

***ENCONTRO COM A
MODERNIDADE***

**permanências e rupturas
nos modos de vida dos
moradores de Manga
(1936-1958)**

Paulo Roberto Ferreira Silva
Mestrado em Ciências Sociais
DUC Minas - 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Paulo Robério Ferreira Silva

**ENCONTRO COM A MODERNIDADE: permanências e rupturas
nos modos de vida dos moradores de Manga (1936-1958)**

Dissertação apresentada ao programa de mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Juliana Jayme Gonzaga
Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alessandra Chacham

Belo Horizonte, MG
2009



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

ENCONTRO COM A MODERNIDADE: permanências e rupturas nos modos de vida dos moradores de Manga (1936-1958)

Paulo Robério Ferreira Silva

Dissertação apresentada ao programa de mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em: 14 de dezembro de 2009.

Prof^a. Dr^a. Juliana Jayme Gonzaga
(Orientadora) – PUC Minas

Prof^a. Dr^a. Alessandra Chacham
(Co-orientadora) – PUC Minas

Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa
Unimontes

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho
PUC Minas

Belo Horizonte, MG
2009

Aos manguenses.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, Luz Maior, que possibilita que nós possamos usar a sabedoria da aprendizagem para fazermos um mundo melhor para todos.

Aos meus pais, por ter me permitido o acesso a um mundo digno, essencial para minha formação.

Aos meus filhos Hannele, Kefren, Ícaro e Roberinho, que alimentam minha vida e, cada um a seu jeito, me incentiva pela vibração de cada conquista e pelo apoio incondicional.

A minha ex-esposa, que muito soube me incentivar nos momentos de dúvida e incerteza.

Ao meu irmão André pela força, dedicação e sabedoria.

A tios, primos e outros parentes que compartilharam comigo momentos de alegria, angústia, conquista e desafios, especialmente a Kiko e a Tia Nadir.

A minha orientadora, professora Juliana Jayme Gonzaga e a minha co-orientadora, professora Alessandra Chacham, pela dedicação, sabedoria e incentivos.

Ao professor Tarcísio Botelho, pelas valiosas contribuições no exame de Qualificação.

Aos professores Carlos Aurélio, Magda Neves e demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas pelos suportes teórico-metodológicos que muito contribuíram para o meu aprendizado.

Aos meus colegas de mestrado, pelos brilhantes momentos de convivência e aprendizado, além de importantes contribuições.

Aos professores Carlos Veriano e João Alfredo Júnior do 41º PREPES da PUC Minas, que contribuíram decisivamente, com suas orientações, para meu ingresso no curso de mestrado.

Aos professores João Batista de Almeida Costa da Unimontes, Márcio Caniello da Universidade Federal de Campina Grande na Paraíba e Rodrigo Castro da Faculdade de Sabará pelas gentis colaborações.

A todos que contribuíram com entrevistas e inúmeras conversas informais: Dona Morena, Dona Dazinha, Seu Manuel da Volta, Seu Sátiro, Dona Dita, Seu Ambrósio, Dona Lourdes e Antônio Bandeira.

A Hamilton Costa pela gentileza de ter disponibilizado seu valioso arquivo pessoal sobre a história de Manga e da CMIE, e pela gentileza de entrevistas e inúmeras conversas-debate sobre a história de Manga.

Ao meu compadre Osvaldo Antunes e a minha comadre Piu, pelo apoio sempre presente e, acima de tudo, por compartilharem das conquistas, angustias e desafios.

Aos colaboradores, que gentilmente contribuíram para que os resultados pudessem ser alcançados: Eustáquio Lima Bandeira (Taquinho), Edvan Bringel, Geraldo Rodrigues de Almeida Júnior, Júnior Messias, Mário Messias da Silva (Marão Carabina), Valcir Alencar, Bia Rocha, Jussara Lima, Remington, Prof. Lelo, Prof^a. Lígia.

A Diogo, pela convivência e sabedoria, e a Nicolau pela colaboração.

Sabendo, enfim, que corro o risco de não contemplar todos aqueles que contribuíram com esta jornada, acima de tudo, dirijo minha sincera gratidão ao povo de Manga, aos inúmeros amigos e amigas, e a todos aqueles que em inúmeras conversas informais contribuíram despretensiosamente para que este trabalho tivesse termo.

“Tudo parece estar impregnado do seu contrário.”

(MARX)

“Os sujeitos construtores da história da humanidade são muitos, são plurais, são de origens sociais diversas. [...] Seus pensamentos e suas ações traduzem, na multiplicidade que lhes é inerente, a maior riqueza do ser humano: a alteridade.” (DELGADO, 2006, p. 45).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações nos modos de vida dos moradores de Manga entre 1936 e 1958 ocorridas a partir da implantação da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A (CMIE). Parte-se do pressuposto que a inauguração da CMIE representou um marco no processo de modernização da cidade e que provocou mudanças significativas no cotidiano daquelas pessoas. Para sua efetivação foram feitas investigações no sentido de identificar os elementos que caracterizaram os modos de vida e as sociabilidades dos moradores de Manga antes e depois da inauguração da CMIE; buscou-se entender a percepção daqueles moradores em relação aos processos de modernização em voga; e, por fim, analisar e interpretar as permanências e rupturas provocadas no encontro entre os modos de vida tradicionais e a modernidade. Destarte, o interesse maior foi saber como os sujeitos individuais e coletivos reagiram àqueles processos de modernização, no entendimento de que mesmo com as mudanças provocadas no cotidiano daqueles moradores por meio do advento da modernidade, as referências ao passado continuaram sendo significativas, consubstanciando, desse modo, sociabilidades que se localizavam na fronteira entre a tradição, a modernidade e os interesses imediatos que se situavam no intervalo entre estas duas dimensões.

Palavras chaves: Manga, modernidade, tradição, modos de vida.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the impact of the installation of the *Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A* (CMIE) in the ways of living of Manga inhabitants between 1936 and 1958. The assumption here is that the inauguration of CMIE represented a milestone in the modernization processes of the city and provoked significant changes in ways people in Manga lived their lives. We sought to identify the elements that characterized the ways of living and sociability among the inhabitants of Manga before and after the CMIE was inaugurated; we also sought to understand the perception that Manga inhabitants had about the modernization processes; and, finally, to analyze and to interpret the continuities and ruptures provoked by this meeting between the traditional ways of life and “modernity”. Our main interest was to learn how both individual citizens and the collective reacted to those processes of modernization, keeping an understanding that in the changes on the daily lives of those inhabitants caused by the advent of modernity, the references to the past continued being significant, consolidating in this manner, a type of sociability that can be placed in the border between tradition, modernity and the immediate interests that were located in the continuum between those two dimensions.

Key words: Manga, modernity, tradition, ways of life

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Domiciano Pastor Filho (Coronel Bembém)	53
FIGURA 2: Coronel João Alves Pereira	53
FIGURA 3: Construção da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A	56
FIGURA 4: Embarque de algodão no Porto de Manga em 1925	57
FIGURA 5: Imagem recente da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A	58
FIGURA 6: Açã da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A	65
FIGURA 7: Inauguração da E.E. Presidente Olegário Maciel	67
FIGURA 8: Iluminação pública e residencial (Rua Olegário Maciel, Manga)	69
FIGURA 9: Construção do cais (fins da década de 1940)	71
FIGURA 10: Rua Olegário Maciel (antes da inauguração da CMIE)	78
FIGURA 11: “Sobrado da beira do rio”	78
FIGURA 12: Recepção da sociedade manguense a Assis Chateaubriand (meados da década de 1940)	83
FIGURA 13: Banda do Seu Meuquiades	83
FIGURA 14: Rua do Bar (1)	84
FIGURA 15: Rua do Bar (2)	84
FIGURA 16: Operários da CMIE (1)	87
FIGURA 17: Operários da CMIE (2)	87
FIGURA 18: Dona Alice tecendo uma colcha no tear	93
FIGURA 19: Fragmento de um panfleto político originário de publicação em um jornal de circulação regional (1952) (1)	97
FIGURA 20: Fragmento de um panfleto político originário de publicação em um jornal de circulação regional (1952) (2)	97
FIGURA 21: Travessa 24 de Outubro (Rua do Cascavel) (provavelmente década de 1950)	104
FIGURA 22: Travessa 24 de Outubro (Rua do Cascavel) (2009)	104
FIGURA 23: Casa de Dona Morena (frenteada pela árvore, ao centro) (2009)	105
FIGURA 24: Dona Morena (2009)	106
FIGURA 25: Anfrísio Gonzaga Lima	151
FIGURA 26: Igreja de São Sebastião	151
FIGURA 27: Coronel Joaquim Lôpo Montalvão	152

FIGURA 28: Mercado Público Municipal	152
FIGURA 29: Rua Olegário Maciel (ao fundo prédio da CMIE)	153
FIGURA 30: Construção do cais (2)	153
FIGURA 31: Casa do coronel Domiciano Pastor Filho (Bembém) (ao fundo)	154
FIGURA 32: Embarque de algodão em vapor (data não disponível)	154
FIGURA 33: Benção da cruz do futuro altar-mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida (06 de Novembro de 1943)	155
FIGURA 34: Pescadores com surubim	155
FIGURA 35: Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida (década de 1950)	156
FIGURA 36: Candeeiro de barro	156
FIGURA 37: Imagem aérea de Manga (contemporânea) (1)	157
FIGURA 38: Imagem aérea de Manga (contemporânea) (2)	157

MAPA

MAPA 1: Localização de Manga em Minas Gerais	158
--	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Distribuição da população segundo o ramo de atividade em 1950 – Manga, MG	61
TABELA 2: Dados do Comércio Varejista e Atacadista (I) de Manga, MG – 1940	91
TABELA 3: Dados do Comércio Varejista e Atacadista (II) de Manga, MG – 1940	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AP – Antes do Presente

APM – Arquivo Público Mineiro

CMIE – Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A

CMVM – Câmara Municipal de Vereadores de Manga

CVSF – Companhia Vale do São Francisco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PREPES – Programa de Especialização *Lato Sensu* da PUC Minas

PMM – Prefeitura Municipal de Manga

PPGCS/PUC Minas – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais

TCC – Trabalho de conclusão de curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. MODERNIDADE, TRADIÇÃO E MODOS DE VIDA: considerações teóricas	26
2.1. Mudança social, modernização e modernidade	26
2.2. Modos de vida: entre a modernidade e a tradição	30
2.3. A modernidade e os modos de vida	34
2.4. O lugar da tradição	38
3. ENCONTRO COM A MODERNIDADE	43
3.1. <i>A modernidade no Brasil: da República Velha aos anos JK</i>	43
3.2. Manga, os coronéis e a CMIE	52
3.3. Que modernidade é essa?	62
4. A SOCIEDADE MANGUENSE: entre a tradição e a modernidade	73
4.1. A sociedade manguense: sua formação histórica e características	73
4.2. Nas fronteiras do local, do tradicional e do moderno	85
4.3. Rua do Cascavel: a rua operária e suas peculiaridades	103
5. EPÍLOGO	114
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
7. REFERÊNCIAS	125
8. APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas	139
9. APÊNDICE B – Ficha de entrevista	143
10. APÊNDICE C – Carta de cessão de direitos sobre depoimento oral	145
11. APÊNDICE D – Quadro de entrevistados	146

12. APÊNDICE E – Relação dos moradores da Rua do Cascavel	149
13. ANEXO 1 – Imagens	151
14. ANEXO 2 – Mapa	158
15. ANEXO 3 – Capítulo XV do Romance <i>Espinhos de Mandacaru</i> de Anfrísio Lima	159

1. INTRODUÇÃO

O pensamento e a experiência moderna têm nos ensinado a ser sensíveis ao que está envolvido na representação, no estudo do Outro, no pensamento racial, na aceitação irrefletida e acrítica da autoridade e das idéias autorizadas, no papel sociopolítico dos intelectuais, no grande valor de uma consciência crítica e cética. Se lembrarmos que o estudo da experiência humana tem em geral uma consequência ética e política, no melhor e no pior sentido, talvez não fiquemos indiferentes ao que fazemos como estudiosos. E que melhor norte para o estudioso do que a liberdade e o conhecimento humano? Talvez devêssemos nos lembrar também de que o estudo do homem em sociedade é baseado na história e na experiência humana concreta, e não em abstrações austeras ou em leis obscuras e sistemas arbitrários. O problema é, portanto, fazer o estudo se ajustar à realidade e ser de certo modo modelado pela experiência, que seria iluminada e talvez alterada pelo estudo. (SAID, 2007, p. 435-6).

Esta dissertação tem como objetivo analisar o impacto que a modernidade provocou nos modos de vida dos moradores de Manga (ver mapa 1 no Anexo 2) entre 1936 e 1958, considerando, sobretudo, a implantação de um grande empreendimento industrial, a Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A (CMIE)¹. Esta empresa, fruto do resultado da associação entre pessoas do próprio município, representou um marco no processo de desenvolvimento pelo qual passava Manga naquele período. As atividades produtivas por ela desenvolvidas, bem como as relacionadas, provocaram mudanças significativas no cotidiano local, caracterizado por modos de vida sustentados, sobremaneira, por referenciais do passado.

O recorte temporal se refere ao ano em que a CMIE entrou em funcionamento e ao fim do ciclo de domínio político dos coronéis Domiciano Pastor Filho (Bembém) e João Alves Pereira, sócios majoritários daquele empreendimento. Como se verá no transcorrer deste estudo, estes coronéis tiveram um papel central nos processos de modernização que ocorreram em Manga naquele período. Por intermédio de suas iniciativas outros empreendimentos também se concretizaram e a cidade ganhou projeção regional e estadual.

O estudo em tela tem suas origens em uma curiosidade que foi se transformando em inquietação ao longo dos últimos cinco anos. A curiosidade se refere à história da região que hoje se conhece por Norte de Minas no período ulterior à chegada dos colonizadores europeus. A inquietação surgiu e vem intensificando-se mediante a recorrência de certos discursos dessa história que tem determinado um lugar “subalterno” para a grande maioria dos sujeitos que ali viveram, em relação a uma minoria que, supostamente, teria conduzido os processos históricos que se desenvolveram naquela região. Exemplo disso são os inúmeros

¹ No transcorrer desse estudo também serão utilizados os termos companhia e Usina, expressões usadas corriqueiramente pelos habitantes de Manga.

estudos que tem reduzido os diferentes povos que habitaram aquelas plagas ao lugar-comum de “índios”, quando as singularidades e peculiaridades são subsumidas nessa dimensão arbitrária e abstrata, que se revelou muito mais ideológica do que real. Tome-se como exemplo produções que vão desde as primeiras narrativas feitas por cronistas que descreveram a região ainda no século XVI, como João de Aspicuelta Navarro (ABREU, 1988), passando por naturalistas europeus que visitaram a região no século XIX, a exemplo de Saint-Hilarie (2000), D’Orbigny (1976) e Burton (1977), até chegar ao século XX em importantes obras historiográficas produzidas por Barbosa (1979), Vasconcelos (1999a e 1999b) e Pires (1979), entre outros.

Na busca por descortinar os “mistérios” daquela região, alguns aspectos foram se evidenciando e tornando-se mais desafiantes a cada investida. Concomitante à pesquisa bibliográfica e em outras fontes, sobretudo, escritas, as observações e as constantes conversas informais com os moradores de Manga – facilitadas em face de minha atuação como professor de História quando as pessoas, sabendo dela, sentiam-se à vontade para informar, expressar concepções e sugerir fontes e caminhos – foram açulando algumas reflexões que levavam a necessidade de mais bem entender como se estabeleceram as relações daqueles sujeitos com certos fenômenos sociais.

Em uma das entrevistas exploratórias, realizada com o auxílio de um estudante cujo avô, por ser morador antigo de Manga, poderia contribuir com informações a respeito da história da cidade e da região, um comentário despretenhoso deu início à jornada que me trouxe até aqui. Dizia ele, ao referir-se a um objeto antigo usado comumente na região, que

Candeeirinho² de azeite era este aqui. Aqui “ela” tinha um cabinho de pegar, “tá” vendo? Pra não melar, que isso melava tudo de azeite. Aqui, botava o pavio, por aqui e sumia. [...] Ah! isso aqui quase todo mundo sabia fazer, porque se não soubesse tinha de pedir aos outros para fazer – só usava era isso. [...] Tem muitos anos... [...] Ia aprendendo com os mais velhos. Todo mundo tinha que aprender a fazer, porque só usava isso mesmo. Depois foi que veio... entrou o querosene. Deram pra comprar o querosene, aí foi entrando a “modernagem”. (Seu Manuel da Volta, 71 anos).³

A percepção de que foi “entrando a modernagem” me chamou a atenção, pois de uma forma ou de outra a mesma idéia se repetia com frequência em outros depoimentos. Tanto se

² Ver figura 35 no Anexo 1.

³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 12/08/06.

comentava sobre a distinção entre dois momentos, o passado e a modernidade, como se informava as reações das pessoas a esse fenômeno.

Outra informação que freqüentemente aparecia se relacionava à importância que a CMIE teve nesse processo de modernização. Para aquelas pessoas a modernidade em Manga estava diretamente relacionada àquela empresa, pois a partir dela a cidade e a vida das pessoas mudaram sensivelmente.

Desse modo, definiu-se, então, como objeto de investigação tanto os modos de vida daqueles moradores antes e depois da inauguração da CMIE, no sentido de que fosse possível fazer dialogar os modos de vida tradicionais com a modernidade, como buscou-se apreender as características dos processos de modernização pelo qual passou Manga naquele período, bem como entender os sentidos dado à modernidade por aqueles moradores.

Nesse sentido, a expressão “Encontro com a modernidade” – título desta dissertação – reflete o objetivo de localizar a qualidade de agência nos sujeitos individuais e coletivos. Estes são compreendidos a partir da concepção weberiana de que as ações sociais só acontecem por meio da motivação dos indivíduos. Conforme observa Weber (1991), para se entender o significado dos fenômenos sociais é preciso considerar tanto as motivações dos agentes no contato com o mundo, como os sentidos que estes lhes atribuem.

O entendimento de *agência* se reporta ao que foi formulado por Giddens (2009) e significa a capacidade que as pessoas têm para agir, no sentido de promover os eventos. Considerando ainda a possibilidade da contingência e também de ações não previstas, essa perspectiva, no meu entendimento, é fundamental para se entender as mudanças sociais, como se quer nesta pesquisa.

Desse modo, a opção pela metodologia qualitativa foi extremamente proveitosa. Por meio de seu arcabouço instrumental foi possível analisar e interpretar as diferentes fontes utilizadas – oral, bibliográfica, documental (documentos oficiais da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A, da Câmara Municipal de Vereadores de Manga, da Prefeitura Municipal de Manga e documentos oficiais e particulares), iconográfica (fotografias), jornais, dados censitários, paródias e poesias. Pautado por um posicionamento crítico, aos moldes do que informa Habermas (*apud* BAUER e GASKELL, 2002, p. 33), quando indica a necessidade do pesquisador em questionar seus próprios pressupostos, no sentido de “determinar quando afirmações teóricas atingem regularidades invariantes da ação social como tal, e quando elas expressam relações ideologicamente congeladas de dependência que podem, em princípio, ser transformadas”, foi possível estabelecer relações entre texto e contexto, cognição e sentimento, subjetividade e coletividade, poder e imposição, local e não-local e outros,

sempre com o objetivo de localizar os sujeitos na qualidade de agentes, sem prescindir, no entanto, do entendimento de que toda pesquisa, necessariamente, está impregnada das próprias concepções do pesquisador.

Com o objetivo de mais bem entender os modos de vida tradicionais, foram feitos investimentos no sentido de apreender algumas características significativas dos processos históricos que contribuíram para a constituição da sociedade mangueense que se “encontrou” com a modernidade entre 1936 e 1958. Por esta investigação, que se pautou em diversas fontes bibliográficas, dados censitários e documentos oficiais da Câmara Municipal de Vereadores de Manga e da Prefeitura Municipal de Manga, foi possível traçar alguns paralelos com aquilo que se pretendia responder com esta pesquisa – o impacto que a modernidade provocou nos modos de vida dos moradores de Manga a partir da implantação da CMIE. Desse modo, visualizava-se como pressuposto que o passado exercia uma forte influência nas percepções de mundo daqueles moradores, dado os inúmeros e complexos eventos que ali se desenvolveram, do encontro entre diferentes formas culturais e da herança do passado que se via com muita evidência ainda em nossos dias.

A sustentação teórica para a construção da história fundamentou-se no entendimento de Jenkins (2001) que distingue pontualmente história e passado. Nesse sentido, a história se reduz a apenas àquilo que foi “revelado” do passado, enquanto que este representa a totalidade do que já aconteceu – condição que impossibilita sua apreensão total pelo conhecimento humano.

Num segundo momento, o esforço foi para construir as informações referentes à CMIE e os elementos da modernidade em Manga. Investigou-se documentos da própria CMIE, como: balanços financeiros, ações, contratos, recibos e ações judiciais; documentos da Prefeitura Municipal de Manga em que constava informações sobre a CMIE e informava os investimentos em infra-estrutura e outros benefícios para a cidade; dados bibliográficos relativos à CMIE e a Manga, dados censitários, publicações em jornais, bem como relatos orais (que serão descritos posteriormente).

Outras informações, como paródias, uma fornecida por Mário Messias da Silva (Marão) e outra de domínio público informada por Lainha, quando da entrevista com Dona Dita; bem como as inúmeras fotografias oriundas de um CD de arquivos de domínio público produzidos pela própria comunidade, e outras publicadas por Silveira (1926) e no Jornal Folha de Minas em 26 de março de 1939, contribuíram para acrescentar importantes informações sobre aspectos dos modos de vida dos moradores de Manga entre 1936 e 1958.

Reunidas essas informações, foi possível construir esquemas analíticos que se fundamentaram na perspectiva da *análise temática*, constituintes, conforme o entendimento de Berelson (*apud* BARDIN, 1977, p. 105) de “uma afirmação acerca de um assunto” a partir do qual podem ser feitas formulações singulares. Nessa acepção, o tema, como unidade de significado, se liberta de um determinado texto analisado a partir de certos critérios previamente estabelecidos. Para Bardin (1977, p. 105), “Fazer uma análise temática, consiste em descobrir os ‘núcleos do sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido.” Desse modo, privilegiou-se, quando do recolhimento e produção dessas informações, uma análise prévia desses documentos, no sentido de localizar tanto sua importância para a pesquisa, como responder a demandas previamente construídas e a outras que fossem surgindo no decorrer da investigação.

Por fim, a última etapa foi decompor o material recolhido e produzido, no intuito de se efetivar as análises e interpretações, quando se procurou fazer dialogar os diferentes documentos, objetivando alcançar o que foi estipulado previamente.

Quanto à utilização de fontes orais, a opção tomada aqui foi pelo uso das *entrevistas temáticas*, que se distinguem das *histórias de vida* e das *trajetórias de vida*, outras modalidades de História Oral, por reporta-se fundamentalmente às experiências vividas ou testemunhadas pelos entrevistados. Em seu conjunto, e associada a outras fontes documentais, as *entrevistas temáticas* contribuem, sobremaneira, para se construir cenários apropriados às análises e interpretações pretendidas.

O lugar da História Oral como elemento que possibilita a construção de conhecimento sociológico se reporta ao seu tratamento como procedimento metodológico que objetiva produzir fontes e documentos. Nesse sentido, é possível demarcar os limites entre a história vivida e a sua representação por meio da memória. Quer se dizer que as narrativas produzidas em depoimentos daqueles que viveram ou testemunharam a história não se confundem com aquilo que de fato ocorreu, restringindo-se a expor a representação construída pelo depoente sobre determinados acontecimentos (DELGADO, 2006).

Essa perspectiva enriquece a utilização desse método aqui, ao possibilitar que a construção das fontes documentais a partir da História Oral que darão suporte às análises, considere a necessidade premente de fazer dialogar diferentes agentes, no entendimento de que, a História Oral como sendo a ciência e arte dos indivíduos (THOMPSON, 1992, p. 137), não prescinde do coletivo em relação aos eventos compartilhados por diferentes sujeitos.

Tendo ainda como pressuposto que a qualidade de agência está nos sujeitos, quando os indivíduos produzem acontecimentos e mudanças, ou ainda podem agir para impedi-los. Quando se reafirma ou se nega o poder e a liberdade (DELGADO, 2006), a opção pela História Oral reporta também à necessidade de discutir a questão da memória, do tempo, do espaço e da história. Nesse sentido, a memória é o substrato que faz mover todo processo de produção do conhecimento por meio dos relatos orais, condição que se verifica quando tem-se que

A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida. (DELGADO, 2006, p. 16).

A memória é, portanto, esse lugar fugidio, em que o passado transita e ganha forma, em que o presente também se intromete, em que o ontem e o hoje muitas vezes se confundem, amalgamam-se, rivalizam-se, impõem-se, submetem-se. É ainda por meio da memória que o passado interroga e questiona o presente, como observou Ricoeur (1994, p. 381). Ou ainda, em outro sentido, é o lugar em que por meio da memória social o passado ganha significado.

Halbwachs (1990) diz ainda que a memória é um fenômeno social que comporta a dimensão coletiva, histórica e individual. A primeira se reportaria à permanência no presente da história vivida por um determinado grupo social, constituindo, assim, a memória social. Já a memória histórica, se contraporía à memória social, ao se referir ao conhecimento do passado, que se exterioriza no domínio do vivido. Por seu turno, a memória individual, constituiria um ponto de vista em relação à memória coletiva.

No vasto cabedal em que se assenta a memória é possível considerar também que ela não se reduz apenas ao ato de trazer o passado para o presente. Como expressado por Benjamim (*apud* BOLLE, 2000, p. 318), “a memória não é um instrumento para a exploração do passado, e sim, seu palco.” Nesse sentido, a memória passa a ser substrato indelével da própria existência por alimentar nossas raízes e nossas identidades. Por outra, é por meio da memória que tempo, espaço e história se encontram, se entrecruzam. A memória não deixa o tempo esvair-se. Este por se reportar a vivências concretas associa-se diretamente a um espaço, que também escapa ao risco de sucumbir diante do esquecimento. Tempo e espaço, fortalecidos pela memória, ganham novos tons, rejuvenescem. Instigam novos movimentos,

realçando as especificidades e multiplicidades ao mesmo tempo em que, por meio da memória e da história, são (re)significados a partir dos valores de cada grupo humano específico.

Entre a memória e a história, todavia, a relação apresenta-se como mais tensa. No entanto, como observa Delgado (2006, p. 40) antes de demarcar oposição, pode-se inferir que há alteridade entre ambas, considerando-se seus distintivos, suas naturezas e estratégias. Nesse caso, numa primeira abordagem, a memória, aos moldes do que descreve Nora (1993, p. 9), é a vida, “sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”, enquanto que a história se reduziria a tentar reconstruir sempre de forma problemática aquilo que não existe mais, transitando entre o pertencer a todos e ao mesmo tempo a ninguém. Pautada por certo criticismo, a história teria como missão destruir e repelir a memória. Numa relação mais complexa, pode-se observar, no entanto, que a memória e a história também se complementariam, se aproximariam e se alimentariam mutuamente.

É necessário considerar ainda que a História Oral também apresenta limites, como restringir a aplicação do método ao tempo presente; privilegiar o imperativo da subjetividade dos depoentes e entrevistados; estar passiva da possível interferência mais incisiva do investigador ao lidar com a produção e análise dos dados e da influência da conjuntura que pode alterar visões sobre o mesmo fato ou processo mediante as circunstâncias etc.. Por outro lado, como aspecto positivo, a História Oral permite que se questione, entre outros argumentos, o caráter estático dos documentos escritos e de certos tipos de vestígios do passado, ao possibilitar que novas hipóteses e versões sobre determinados processos sejam levantadas; instigaria ainda a recuperação de memórias e permitiria que se enfatizassem também os interesses das minorias e não apenas os dos grupos dominantes; possibilitaria a construção de outros tipos de informação que não estariam disponibilizados nos documentos formais; além de que, por meio das narrativas, facilitaria a associação entre os acontecimentos da vida pública e da vida privada.

Como se vê, a História Oral oferece uma série de possibilidades de tratar os sujeitos individuais e coletivos como atores principais e não como meros coadjuvantes. Por meio das narrativas é possível reproduzir as dinâmicas pessoais que não prescindem de estar inseridas nos processos coletivos que dão vazão à vida em sociedade.

Para elaboração do *roteiro de entrevista* (ver apêndice A) foram utilizadas informações da pesquisa exploratória, de fontes bibliográficas e documentos oficiais, bem

como orientações do rico arcabouço teórico e metodológico que trata do tema da modernidade e da tradição.

Considerando que algumas entrevistas exploratórias já tinham sido realizadas⁴ definiu-se por entrevistar aqueles moradores mais velhos que viveram ou testemunharam o período demarcado para a investigação. Primeiramente optou-se pelos moradores da Travessa 24 de Outubro (Rua do Cascavel), por ter sido esta construída para abrigar os operários da CMIE com suas respectivas famílias. No entanto, dado haver poucos remanescentes daquele período, e objetivando ampliar o leque de interpretações daquele fenômeno, definiu-se por outros moradores da cidade que se enquadrassem nos critérios anteriormente estabelecidos. Desse modo, foram entrevistados: Hamilton Pereira Costa (59 anos), Idália Ferreira Dutra (Dona Dazinha) (80 anos), Maria de Lourdes Alkmim Silva (86 anos), Benedita Ribeiro dos Santos (Dona Dita) (85 anos), Antônio Lima Bandeira (68 anos) e Ambrósio Francisco Lima (Seu Ambrósio) (76 anos). Foram feitas ainda atualizações com Virgínia de Souza Santos e Sátiro Francisco da Silva.

Em resposta às questões levantadas por esta dissertação, um dos maiores desafios que se verificou na análise das entrevistas, dado tratar-se de depoimentos singulares, foi construir evidências e instituir correlações mediante os temas sugeridos, além de estabelecer diálogos com outras fontes documentais. Sabendo, enfim, ser impossível a neutralidade do investigador, o esforço maior foi para reproduzir de forma o mais fiel possível as informações colhidas e realizar análises que não se apoiassem em preconceitos ou generalizações, mas que dessem voz aos sujeitos individuais e coletivos como verdadeiros portadores de suas histórias.

Considerando, então, o que foi exposto, o capítulo 2 foi estruturado com o objetivo de apresentar os principais fundamentos teóricos que nortearam o estudo em tela. Nesse sentido, com o intuito de investigar os modos de vida dos moradores de Manga antes e depois da inauguração da CMIE, e partindo do entendimento de que a sociedade está sempre em movimento, o que indica a necessidade de se apreender as qualidades dinâmicas da realidade social (SZTOMPKA, 1998), optou-se por discutir a questão da mudança social por meio da perspectiva da tradição, dos processos de modernização e da modernidade.

Estes elementos mostraram-se satisfatórios, pois permitiram tanto que se refletisse sobre a importância que o passado teve para aquela população no período demarcado para a investigação, como também deu suporte para se entender às nuances dos processos de modernização e da modernidade considerando as singularidades e peculiaridades de Manga.

⁴ Com Manuel Marinho de Almeida (Manuel da Volta) (71 anos), com Sátiro Francisco da Silva (Seu Sátiro) (80 anos) e com Virgínia de Souza Santos (Dona Morena) (94 anos).

No capítulo 3, a discussão girou em torno de três eixos fundamentais para as análises e interpretações pretendidas. No primeiro, foram apresentados elementos dos processos de modernização que ocorreram no Brasil no período entre a República Velha e os anos JK. O objetivo foi construir um pano de fundo que pudesse dar suporte ao entendimento dos processos de modernização que ocorreram em Manga entre 1936 e 1958. Em seguida, foram apresentados alguns elementos relevantes dos processos de modernização pelo qual passou Manga naquele período. O objetivo foi mais bem caracterizar a modernidade em Manga em suas diferentes formas.

Quanto ao capítulo 4, de caráter mais descritivo, primeiramente procurou-se recuperar a discussão em relação à importância dos processos históricos na constituição da sociedade manguense. O objetivo foi facilitar o diálogo entre os modos de vida tradicionais e a modernidade, que se evidenciava, sobretudo, depois da implantação da CMIE. Em seguida, buscou-se analisar e interpretar o lugar dos sujeitos individuais e coletivos naquele universo polarizado entre a tradição e a modernidade. Por fim, com o objetivo de aprofundar um pouco mais as análises e interpretações até então desenvolvidas, investigaram-se certas dinâmicas que permearam o cotidiano dos moradores da Rua do Cascavel.

Antes das considerações finais, quando se buscou acentuar as análises e interpretações do impacto da modernidade nos modos de vida dos moradores de Manga entre 1936 e 1958, abordou-se no *epílogo* o embate entre a perspectiva da modernidade tal qual promovida pelos coronéis Bembém e João Pereira, e uma perspectiva contrária apresentada por Antônio Lôpo Montalvão que, ao derrotar o grupo político dos coronéis na eleição municipal de 1958, contribuiu significativamente para o fim da hegemonia daquela oligarquia.

Enfim, ao se propor realizar uma investigação por este viés, em que o presente é palco onde se encontram o passado e o futuro, considerando ainda o fato de que o cenário é uma cidade pequena, pretendeu-se com este estudo contribuir para ampliar os horizontes de compreensão das complexas relações que se estabeleceram entre a tradição e a modernidade no Brasil, de outro modo, fenômeno que tem sido decisivo na construção das identidades nacionais. Por outro lado, objetivou-se ainda, aos moldes do que propõe Homans (*apud* SZTOMPKA, 1998), trazer de volta os homens e pôr neles um pouco de sangue, ou seja, questionar as abordagens que se limitam a reificar a sociedade e as relações sociais, deslocando dos sujeitos individuais e coletivos a sua qualidade de agência.

2. MODERNIDADE, TRADIÇÃO E MODOS DE VIDA: *considerações teóricas*

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo nihilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz.
(BERMAN, 1986, p. 13-4).

Se na modernidade a razão substitui a tradição e a religião, conferindo ao mundo sentido (IANNI, 1989), não é menos verdade que esta mesma modernidade não tirou dos sujeitos individuais e coletivos a qualidade de agentes. É este o pressuposto básico desta dissertação. Desse modo, neste estudo, ao se buscar apreender aspectos da modernidade em uma cidade pequena, provocados, sobretudo, pelo advento de um grande empreendimento industrial, objetiva-se compreender tal fenômeno por meio de duas dimensões: a histórica e a analítica. Conforme Sztompka (1998, p. 133), o conceito histórico de modernidade se reporta a um tempo e a lugar específico, “define-se pela indicação de exemplos e não pela enumeração de características”, o que indica a necessidade de identificar singularidades e peculiaridades. Para Giddens (1991), a modernidade surgiu na Europa no século XVII e a partir daí adquiriu influência mundial. O conceito analítico busca identificar as características fundamentais da modernidade e de combiná-las sistematicamente.

2.1. *Mudança social, modernização e modernidade*

Discutir a modernidade remete necessariamente à questão da mudança social, tema que tem perpassado os estudos sociológicos desde o século XIX. Entre a microteorização e a macroteorização, em que “cada tipo de discurso implica em distintos critérios de verdade” (ALEXANDER, 1986, p. 11), a entrada em cena de novos sujeitos e novos cenários, trazendo novas demandas, tem instigado novos desafios não só para a Sociologia como também para o vasto campo das ciências que tratam das questões humanas e sociais.

Para o desenvolvimento desta dissertação, localizado no escopo da mudança social, duas questões são levantadas *a priori*: 1) a necessidade de problematizar a mudança social

como elemento investigativo que dará suporte a uma pesquisa sociológica de caráter histórico; 2) fazer dialogar o resultado dessa análise com os processos de modernização e a modernidade, sem prescindir, no entanto, da emergência dos sujeitos individuais e coletivos da qualidade de agência.

A percepção aqui tomada para analisar os fenômenos sociais em estudo, ou seja, o impacto da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A (CMIE) nos modos de vida dos moradores de Manga, parte do princípio de que a sociedade está sempre em movimento, o que indica, por sua vez, a necessidade de apreender as qualidades dinâmicas da realidade social, no sentido de que a ênfase se volta para os processos e não para o “tratamento da sociedade (grupo, organização) como objeto.” (SZTOMPKA, 1998, p. 34).

Nesse quadro, com o objetivo de mais bem caracterizar essa perspectiva investigativa, Sztompka (1998) constrói o entendimento de que as relações que ligam os indivíduos se constituem a partir de quatro dimensões, classificadas por ele como campos socioculturais, quais sejam: ideal, normativo, interativo e de oportunidade. Esses campos formam tecidos que se inter-relacionam e agem nas três grandes dimensões: macro, meso e micro.

As redes interligadas de idéias (crenças, convicções, definições) constituem a dimensão ideal do campo, sua “consciência social”. As redes interligadas de regras (normas, valores, preceitos, ideais) constituem a dimensão normativa do campo, suas “instituições sociais”. As dimensões ideal e normativa contribuem para aquilo que se entende tradicionalmente como cultura. Em seguida, as redes interligadas de ações constituem a dimensão interativa do campo, sua “organização social”. As redes interligadas de interesse (chances de vida, oportunidades, acesso e recursos) constituem a dimensão de oportunidade do campo, suas “hierarquias sociais”. As dimensões interativas e de oportunidade contribuem para o que pode ser chamado de tecido social no sentido estrito. (SZTOMPKA, 1998, p. 37).

Concebe-se, desse modo, que as mudanças sociais são contínuas, jamais discretas, fragmentadas ou separadas. Os estados distintos do campo sociocultural, em qualquer situação, mesmo que simultâneos, jamais são iguais. Por esse entendimento, e considerando que as mudanças sociais apreendidas por esse viés atendem ao objetivo de localizar nos sujeitos individuais e coletivos a qualidade de agência, é possível demarcar claramente as análises dos fenômenos sociais que se dão a partir do modelo orgânico-sistêmico e as análises na perspectiva sociocultural: 1) se no modelo orgânico-sistêmico o entendimento de processos sociais é inerente às potencialidades do próprio sistema, no modelo sociocultural os processos sociais significam uma seqüência de eventos sociais, ou seja, estados consecutivos do campo social, em que o desenvolvimento social significa diferenciação e expansão resultantes das tendências internas; 2) se o progresso social, para o modelo orgânico-sistêmico, constitui-se

uma categoria de valor, definindo, assim, uma visão da sociedade de acordo com certos autores e dentro de uma determinada visão de mundo; no campo sociocultural, conforme Sztompka (1998), progresso social significa qualquer desenvolvimento, desde que benéfico aos próprios agentes.

Nesse sentido, se entende que

uma sociedade (grupo, comunidade, organização, estado-nação) existe somente na medida em que, e somente enquanto, algo *acontece* nela, ações são práticas, mudanças ocorrem, processos continuam a se operar. Ontologicamente falando, a sociedade como um estado constante não existe e não pode existir. Toda a realidade social é dinâmica pura, um fluxo de mudanças com velocidade, intensidade, ritmo e andamento variados. Não é por acaso que muitas vezes falamos de ‘vida social’, talvez uma metáfora mais adequada do que a velha imagem de superorganismo estreito e reificado. Não sendo a vida nada mais que dinamismo, impulso e mudança, quando estes param, não há mais vida, mas uma condição inteiramente diferente – o vazio, ou a morte, poderíamos dizer. (SZTOMPKA, 1998, p. 35).

Desse modo, pode-se considerar também a implicância que os processos de modernização, como substrato da modernidade, têm para o estudo do impacto desse fenômeno nos modos de vida tradicionais. Numa primeira acepção, os processos de modernização estariam diretamente relacionados com o sentido de modernidade que irrompeu na Europa na segunda metade do século XVIII. Conforme observa Kumar (1997) a partir daquele momento a revolução perdeu o seu sentido de ciclo, ou seja, algo que volta ao ponto de partida, e passara a significar a criação de algo inteiramente novo, sem precedência. Esse “senso de um novo começo infundiu novo significado em velhos conceitos” (KUMAR, 1997, p. 92), que, por sua vez, resultou na idéia de que os processos de modernização se dão por meio da transformação de uma determinada realidade em outra que necessariamente rompe com as orientações do passado e que estabelece novas perspectivas de interferência na realidade.

A idéia de que o mundo tornou-se científico e racional, impingindo a concepção de progresso à modernidade, materializou-se, naquele momento, com as revoluções Americana, Francesa e Industrial, quando se instituíram os princípios da mudança por meio da democracia, informada pelo estabelecimento de leis e da soberania do Estado-nação como elemento garantidor da liberdade; pelo imperativo da ciência e da razão; e o determinismo do capitalismo, através do industrialismo e do urbanismo.

Na condição de elemento aglutinador do conjunto de mudanças que se verificava, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos da América, coube ao Estado Nacional um papel

distinto na afirmação dos fundamentos que norteariam os processos de modernização subsequentes. Conforme destaca Bauman (1998, p. 29),

Foi o estado que soube o que a ordem devia parecer, e que teve força e arrogância bastante não apenas para proclamar que todos os outros estados de coisas são desordem e o caos, como também para obrigá-los a viver sob essa condição. Foi este, em outras palavras, o estado moderno – que legislou a ordem para a existência e definiu a ordem como a clareza de aglutinar divisões, classificações, distribuições e fronteiras.

Nesse contexto, os processos de modernização vinculavam-se, por um lado, à necessidade de aniquilar os estranhos, transformando a diferença em semelhança, eliminando as distinções culturais por meio da assimilação, investindo contra toda e qualquer forma de tradição que se opusesse à nova ordem, e promovendo os elementos necessários para garantir sua conformidade. De outro modo, no entanto no mesmo bojo, era preciso excluir os estranhos que não se adaptassem àquela realidade, condição que se verificava, como observa Bauman (1998), por meio da expulsão desses estranhos dos limites de sua fronteira, ou ainda mediante sua completa destruição.

Como se vê, em termos objetivos, pode-se dizer que em condição de modernidade as mudanças sociais são revestidas de elementos político-ideológicos que se coadunam com a necessidade de afirmação de uma nova ordem, independente de vínculo com o universo particular das experiências dos sujeitos. Os processos de modernização que engendrariam o mundo moderno seriam, pois, autônomos e constituídos a partir do próprio sistema.

Numa outra leitura, considerando a perspectiva sociocultural, pode-se argumentar que em termos práticos tanto os processos de modernização como a modernidade seriam necessariamente fruto daquilo que é provocado pelos sujeitos individuais e coletivos em processos endógenos. Quando exógenos seriam primordialmente consubstanciados a partir de suas próprias dinâmicas – a modernização não acontece independente dos interesses proativos ou reativos dos agentes – ou seja, as forças causais, a serem consideradas neste estudo, são fundamentalmente humanas, no entendimento de que nenhum fenômeno social prescinde das ações dos sujeitos.

2.2. *Modos de vida: entre a modernidade e a tradição*

A idéia de modernidade tal qual é concebida contemporaneamente, ou seja, de algo voltado para o futuro, em busca do novo, revolucionária em si mesma, numa percepção de continuação ininterrupta, surgiu na Europa na segunda metade do século XVIII em detrimento de uma concepção predominante que entendia que a “decadência e degeneração eram partes tão integrantes da história humana como o crescimento e o progresso.” (KUMAR, 1997, p. 89). Sentido expresso em pensamentos como o de Bacon (*apud* KUMAR, 1997, p. 89), em que “O sabor tem sua infância, sua mocidade, sua maturidade e sua velhice, quando seca e se exaure”, e de outros pensadores, como Hume, Ferguson, Smith, Voltaire e Rousseau, que concebiam o mundo moderno como um ciclo, culminando com o inevitável declínio tal qual ocorreu com outras civilizações do passado. (KUMAR, 1997).

Sua efetivação se deu por meio da secularização do próprio conceito de modernidade, que deslocou a idéia de um fim apocalíptico para a concepção de um mundo científico e racional fundado, sobretudo, na concepção de progresso como concebido por Kant, Turgot, Condorcet e outros. (KUMAR, 1997). Desse modo, ainda conforme esse autor,

Os tempos modernos finalmente ganhavam vida, não eram mais considerados simples cópias inferiores de tempos mais antigos, mais gloriosos; nem, também, apenas o último estágio de uma existência humana empobrecida que, ainda bem, acabaria com a história humana sobre a terra. Ao contrário, modernidade significava rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípios radicalmente novos. E significava também o ingresso em um tempo futuro expandido de forma infinita, um tempo para progressos sem precedentes na evolução da humanidade. *Nostrum aevum*, nossa era, transformou-se em *nova aetas*, a nova era. (KUMAR, 1997, p. 91).

A concepção de modernidade como um conceito aberto, ou seja, não mais reduzido ao passado, instigou a busca por se entender a idéia de continuação ininterrupta e a premente necessidade de novas coisas. Nesse contexto, décadas mais tarde surge, por meio dos postulados weberianos, a discussão que pretende localizar o lugar dos indivíduos na sociedade moderna, quando todo fenômeno social emergiria fundamentalmente das ações individuais que precedem às coletivas (WEBER, 2001). No que se pretende nesta dissertação, são esses, portanto, os elementos norteadores, considerando que no processo de modernização verificado em Manga entre 1936 e 1958 evidenciou-se a irrupção do novo por meio, sobretudo, da CMIE e, dado tratar-se de uma sociedade de formação antiga, os sujeitos

transitaram entre a forte herança do passado, como se verá nos capítulos seguintes, e as mudanças provocadas pela modernidade.

Para a efetivação do estudo dos fenômenos da modernidade e seu impacto nos modos de vida dos moradores de Manga, postula-se também a necessidade de compreender a modernidade em relação à tradição, no sentido de que a modernidade, em muitos de seus aspectos, se contrapõe às sociedades tradicionais. Por outro lado, a perspectiva de centralizar nos sujeitos a qualidade de agência requer que se demarquem as singularidades e as particularidades da sociedade manguense, que se consubstanciou num longo processo histórico de ocupação do lugar por diferentes grupos sociais, como será discutido no capítulo 4.

A proeminência dos estudos de Weber oferece importantes contribuições para se pensar a relação modernidade-tradição, sobretudo, quando analisa a racionalidade, condição presente em todos os tipos de sociedade. Desse modo, ao identificar as características da racionalidade burocrática – exclusividade do mundo ocidental europeu – Weber (1994b) demarca a emergência da modernidade em relação às sociedades tradicionais. Ao postular que “Diante dos outros portadores históricos da moderna ordem racional da vida, a burocracia destaca-se por ser inescapável em muito maior grau” (WEBER, 1994b, p. 540), o autor assegura que a racionalidade burocrática se sobrepõe às demais formas, ao superar os imperativos da irracionalidade, fundamentados, por exemplo, nas “burocracias patrimoniais” sustentadas por práticas tradicionais e paternalistas. De outra forma, a racionalidade burocrática se assentaria na especialização e no treinamento, condições que se verificariam na proeminência do funcionário moderno, sujeito às especificidades da burocracia e da especialização. Para Weber (1994b), enfim, todas as burocracias modernas tomam esse caminho.

A sociedade moderna se distinguiria ainda das sociedades tradicionais pela premente necessidade do estabelecimento de normas gerais fixas. Sua configuração deve superar todo e qualquer princípio que determine as decisões a partir de interesses irracionais que, grosso modo, fundamentam-se em tradições ou sentimentos particulares. Para Weber (1994b), a modernidade só emergiria por meio do direito estatuído e por regulamentos concebidos racionalmente.

Na crista desses entendimentos fica evidente a singular relação que se estabelece entre o fenômeno da modernidade e as formas tradicionais que dão suporte às sociedades não-modernas. A modernidade, assim, irromperia de certas necessidades que só se concretizariam nas prementes demandas do cotidiano. Nesse aspecto, é possível pensar também o lugar dos

sujeitos. Esses, ao contrário de meros receptores, participariam efetivamente dos processos na perspectiva de poder qualificar também os fenômenos da modernidade.

Em outro sentido, a partir das discussões de Giddens (1991) em relação à modernidade tardia, é possível pensar a relação modernidade e tradição por meio do tempo, do espaço e do lugar. Desse modo, como observa o autor, nas sociedades pré-modernas o tempo estava necessariamente vinculado ao lugar, dado que o cálculo do tempo se dava em referência às atividades sócio-espaciais ou aos fenômenos da natureza. Ainda por este aspecto, o espaço ganhava significado, pois coincidia amplamente com o tempo, “na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela ‘presença’ – por atividades localizadas.” (GIDDENS, 1991, p. 27). Para mais bem entender, é preciso distinguir espaço e lugar. Este se refere ao cenário físico da atividade social, aquele a uma noção que tanto pode se reportar ao mundo concreto, como a algo abstrato.

De outro modo,

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (GIDDENS, 1991, p. 27).

Destarte, em tais condições, o deslocamento do tempo ocorre a partir da mensuração uniformizada; já o deslocamento do espaço se dá por duas situações: 1) a representação do espaço sem referência a um local específico; 2) a possibilidade de substituição de diferentes unidades espaciais. Nesse sentido, é possível pensar o lugar dos sujeitos, no sentido de que, em situação de modernidade, surgem novas necessidades, provocadas, sobretudo, pelo deslocamento das expectativas referenciadas na herança do passado, para novas possibilidades que advêm do contato com o novo. A esses indivíduos emergem condições adequadas que permitem o trânsito entre o tradicional e o moderno.

Os efeitos da modernidade, quando pensados ainda em relação ao tempo e ao espaço, podem ser observados por meio de três dimensões: 1) ao operar com o conceito de desencaixe (tema que será mais bem tratado em seguida), Giddens (1991, p. 28) argumenta que na modernidade “as instituições desencaixadas dilatam amplamente o escopo do distanciamento tempo-espaço”, fenômeno que tem como consequência a liberação “das restrições dos hábitos e das práticas locais.”; 2) a racionalidade burocrática, tal qual apresentada por Weber, mesmo

que em alguns aspectos tenha característica estática, comumente apresenta um dinamismo sem precedente, capaz de conectar o local e o global de forma que não tem similaridade com qualquer outro fenômeno das ordens sociais pré-modernas. Condição esta, que afeta decisivamente o cotidiano das pessoas; 3) a “historicidade radical” provocada pela modernidade, ao implantar um sistema de datação padronizado, tanto possibilita como impõe que se construa uma história uniformizada, transformando o passado unitário em passado mundial, e as experiências locais em experiências mundiais.

Na esteira do exposto, a apreensão dos elementos da modernidade em Manga no período demarcado, pode dar-se também por meio da análise de três categorias apresentadas por Giddens (1991): as fichas simbólicas, os sistemas peritos e a confiança. Por fichas simbólicas, entendem-se os meios de intercâmbio que circulam independentemente das características de indivíduos e grupos, a exemplo do dinheiro; os sistemas peritos referem-se, grosso modo, aos conhecimentos técnicos típicos da modernidade que influenciam, em grande medida, o que fazemos corriqueiramente. Estes seriam fundamentados na “fé” em “conhecimentos peritos”, quando se usa, por exemplo, o trabalho de profissionais como advogados, arquitetos, médicos etc.

Como mecanismos de desencaixe, tanto as fichas simbólicas, como os sistemas peritos corroboram para remover as relações sociais do contexto local, ao mesmo tempo em que promovem o “alongamento” de sistemas sociais por meio da natureza impessoal das relações que promove. No entanto, a efetivação destes fenômenos depende fundamentalmente da confiança, pois se as atividades cotidianas fossem continuamente visíveis, e se houvesse transparência nos pensamentos, não haveria necessidade de estabelecer o princípio da confiança. Em outras palavras, “A confiança pode ser definida como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimentos técnicos).” (GIDDENS, 1991, p. 41). Conclui-se que, em condições de modernidade, a confiança se cristaliza na consciência de que a atividade humana não é dada pela natureza das coisas ou concepção divina, mas, ao contrário, é criada socialmente; e que o escopo transformativo da ação humana é promovido, fundamentalmente, pelo dinamismo das instituições sociais modernas.

No cerne do fundamento esta dissertação, o conceito de desencaixe cumpre ainda uma importante função ao permitir o questionamento da perspectiva evolucionista de entendimento dos fenômenos sociais, que trata a transição do mundo tradicional ao moderno no sentido de uma diferenciação ou especialização funcional, em que pequenos sistemas sociais mudam

para civilizações agrárias e destas para sociedades modernas. O limite dessa perspectiva, conforme pode ser observado, diz respeito à impossibilidade de identificar o problema da limitação dos sistemas sociais, que, grosso modo, se sustentaria freqüentemente por noções funcionalistas. De outra forma, o conceito de desencaixe, conforme observado por Giddens (1991) seria mais proveitoso para capturar as mudanças de tempo e espaço, não só na modernidade, como em qualquer outro aspecto das mudanças sociais.

Outro importante elemento que contribuiu para se entender a relação modernidade-tradição é a reflexividade, que na modernidade assume característica completamente distinta da reflexividade em sociedades não-modernas. Nestas, a tradição integra a ação com a organização tempo-espacial da comunidade, pois ao lidar com o tempo e o espaço insere as atividades e as experiências na continuidade do passado, presente e futuro que, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes. Na modernidade, ao contrário, a reflexividade introduz a própria base de reprodução do sistema. Uma das conseqüências dessa mudança se refere à eliminação da importância da tradição. O passado perde o referencial por si mesmo e passa a ter significado apenas conforme as demandas do conhecimento produzido no presente. Na vida social moderna, as práticas sociais são permanentemente examinadas e renovadas à luz delas próprias, o que provoca, desse modo, alteração em seu caráter. Mesmo considerando que em todas as sociedades as práticas sociais são rotineiramente alteradas por constantes descobertas que as informam somente na modernidade a “revisão da convenção” é radicalizada no sentido de ser aplicada a todos os aspectos da vida humana. (GIDDENS, 1991).

2.3. *A modernidade e os modos de vida*

Não se limitando apenas à relação modernidade-tradição, a apreensão das características da modernidade pode ser feita também no sentido de localizar a sua natureza, pois conforme destaca Giddens (1991, p. 13), “as instituições sociais modernas são, sob alguns aspectos, únicas – diferentes em forma de todos os tipos de ordem tradicional.” Nesse sentido, ao se debruçar sobre temas como burocracia, individualismo, lógica da esfera econômica e outros, pensa-se que é possível trazer à luz novos elementos que corroborem para ampliar o entendimento que o impacto da modernidade provocou nos modos de vida dos moradores de Manga entre 1936 e 1958.

Por esse viés, e tomando como referência a lógica da esfera econômica, quando o domínio da vida social é deslocado dos interesses da família e da comunidade para os interesses do ganho material em face do excedente (SZTOMPKA, 1998), busca-se apreender também os aspectos do cotidiano daqueles moradores por meio da esfera do trabalho. Nesse sentido, pode-se investigar a emergência do trabalho assalariado em detrimento daquelas formas tradicionais destinadas, grosso modo, a garantir a existência; os efeitos que as novas ocupações e profissões provocam nas atividades tradicionais, exigindo, em consequência, novas e mais complexas especializações e habilidades; e ainda o impacto que esses elementos provocam na esfera do consumo, dada a disponibilidade cada vez maior de produtos e serviços, ampliando o que Dahrendorf (*apud* SZTOMPKA, 1998, p. 139) chama de “oportunidade de vida.”

De outro modo, os efeitos diretos do impacto da lógica da esfera econômica em sociedades da base tradicional podem ser observados ainda quando a indústria passa a suplantar em importância os setores tradicionais da agricultura, pecuária, extrativismo, pesca e pequeno comércio, por exemplo. Em consequência, observa-se também a paulatina mudança dos trabalhos movidos à força humana por atividades produzidas por meio de fontes inanimadas de energia; a disseminação de novas tecnologias; o impulso a outras atividades relacionadas direta ou indiretamente com a atividade industrial etc.

Retomando mais uma vez o referencial weberiano, tem-se também como singularidade da modernidade a emergência da burocracia, em que o cálculo e a despersonalização das atividades produtivas em favor de instituições passam a determinar as relações sociais. Nesse bojo, torna-se imperativo também a dimensão da ciência, que como forma de conhecimento irrefutável suplanta os conhecimentos tradicionais.

A burocracia também tem impacto direto no domínio público, caracterizado pelo crescente papel do Estado em diferentes funções que interferem na vida cotidiana, por exemplo, regulação e coordenação de setores produtivos e redistribuição de riqueza e estímulo a certos setores da economia. De outro modo, por meio da burocracia estabelece-se a ligação entre o Estado e os cidadãos, quando se institui e se dissemina o “governo da lei”, caracterizado pela organização burocrática como meio de gerenciamento e administração das diferentes áreas da vida social.

Associando a burocracia à lógica da esfera econômica pode-se, então, demarcar alguns aspectos que passam a ser determinantes na sociedade moderna. Em relação às estruturas de classe percebe-se que o *status* social deixa de ser determinado pela idade, gênero, credo, ou posição na pirâmide social, como ocorre em sociedades não-modernas, e passa a ser pela

propriedade e posição no mercado. Emerge ainda o fenômeno da proletarização e pauperização de boa parte da população, provocado pela transformação da força de trabalho em mercadoria e o não compartilhamento adequado dos lucros que estes geram. Tem-se ainda que a concentração de riquezas em pequenos grupos provoca uma crescente distinção entre estes e a grande maioria da população, ao mesmo tempo em que surge um grupo intermediário, formado por profissionais liberais, empregados da administração pública e do comércio, entre outros.

No aspecto cultural, a modernidade manifesta-se por meio da secularização, legitimada por idéias e regras baseadas na razão material e terrena, em detrimento de crenças, mitos, valores e normas mágicas ou religiosas, típicas de sociedades tradicionais; De outro modo, ao centralizar o “verdadeiro” conhecimento nas ciências, caracterizado por práticas tecnológicas e produtivas, açula a necessidade da educação, que passa a ser disponibilizada para um número cada vez maior de indivíduos.

Outra característica da modernidade é o individualismo, que indica, grosso modo, a autonomia dos indivíduos em relação à comunidade, alterando significativamente os valores morais e os aspectos éticos, estéticos e cognitivos dos sujeitos, quando esses são levados a individualizar-se. Em termos práticos, pode-se dizer aos moldes de Giddens (1993, p. 214), que “a natureza aberta do projeto global da modernidade tem um correlato real no resultado incerto das experiências sociais do cotidiano”, o que, por sua vez, afetaria sensivelmente as relações sociais em sociedades consubstanciadas em processos endógenos.

Ao se reportar ao indivíduo em tempos de modernidade, Berman (1986, p. 13-4) destaca que a existência deste é marcada por paradoxos e contradições. Ao mesmo tempo em que se sente fortalecido pelas organizações burocráticas, no sentido de que essas detêm o poder que controla e freqüentemente destrói os valores comunitários, e ainda ser motivado a enfrentar essas forças, no sentido de construir o “seu” mundo e transformá-lo em “nosso” mundo, é também instigado a ser revolucionário e conservador. Como experiência vital de tempo e espaço, de si mesmo e dos tantos outros, de enormes possibilidades, como também de perigos, ser moderno para Berman (1986) é estar presente em ambientes que prometem poder, crescimento, alegria, aventura, transformação, autotransformação, mas que ao mesmo tempo ameaça severamente destruir tudo que foi produzido, todos os saberes, enfim, tudo o que somos.

Outra característica indelével do individualismo na modernidade, conforme observa Berman (1986, p. 15), diz respeito à unidade. Nesse sentido, em condições de modernidade tem-se que se constrói certa “unidade da desunidade”, quando se despeja “a todos num

turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia”, em que “tudo que é sólido desmancha no ar.” Desse modo, inserido nesse turbilhão de possibilidades – positivas e negativas – o indivíduo é impelido a individualizar-se, ou, pelo menos, “ousa individualizar-se” como expressou Nietzsche (1982 *apud* BERMAN, 1986, p. 21). De outro modo, compelido a dar conta tanto do fim de suas experiências como do eterno vir-a-ser, este “ousado” indivíduo precisa a todo custo construir um conjunto substancial de leis próprias e desenvolver novas habilidades e astúcias, condições necessárias “à autopreservação, à auto-imposição, à auto-afirmação, à autolibertação.” (BERMAN, 1986, p. 21)

Lasch (1990, p. 9) oferece outra importante contribuição para se entender o individualismo ao propor seu entendimento por meio da “individualidade mínima.” Dado, como já observado, que a modernidade é uma “época carregada de problemas” e que viver cotidianamente requer um permanente exercício de sobrevivência, quando “Vive-se um dia a cada vez”, o olhar para trás torna-se tão perigoso como olhar para frente. Conforme observa o autor, ou corre-se o risco de se sucumbir em nostalgia, ou, por outro lado, de deixar-se levar pela “iminência” dos “desastres” que a todos nos aguarda. Nessas condições, a individualidade, tal qual definida anteriormente, torna-se um item de luxo. Dessa forma, quando assediado, o eu se contrai defensivamente diante da adversidade. “O equilíbrio emocional exige um eu mínimo, não o eu soberano do passado.” (LASCH, 1990, p. 9).

Por outro lado, não se limitando apenas a uma resposta defensiva ao evidente perigo da modernidade, essa individualidade mínima origina-se também de uma transformação social mais intensa, que substitui um mundo confiável, em que tanto os objetos como as idéias são duráveis, por um mundo de imagens que oscilam ininterruptamente, provocando, em consequência, uma dificuldade premente de se distinguir realidade e fantasia.

Para Lasch (1990), mesmo que em época de modernidade se dê maior atenção ao indivíduo, essa preocupação relaciona-se, sobretudo, com a sobrevivência psíquica. A perda da confiança no futuro, quando as pessoas passam a se preparar sempre para o pior, pressupõe que o recuo aos compromissos de longo prazo garanta a estabilidade, a segurança, e um mundo ordeiro. Desse modo, em condições de modernidade, quando o indivíduo se expõe à vida urbana, ao industrialismo, à mobilidade, e à comunicação de massa, tem-se que emerge a necessidade de se configurar algumas características da personalidade. Nesse sentido, conforme destaca Inkeles (*apud* Sztompka, 1998, p. 143), “O funcionamento eficiente de uma sociedade moderna exige que os cidadãos tenham determinadas qualidade, atitudes, valores, hábitos e propensões”, condição que provoca, por seu turno, uma interação entre os níveis

institucional e organizacional e o nível da personalidade.

Considerando, enfim, que “A individualidade é a dolorosa consciência da tensão entre as nossas aspirações ilimitadas e a nossa compreensão limitada, entre nossas sugestões originais de imortalidade e o nosso estado criativo, entre a unidade e a separação”, como observou Lasch (1990, p. 13-4), vê-se que nos estudos de modos de vida, quando se busca identificar e entender o impacto da modernidade no cotidiano das pessoas, e como esta, além de interferir nas práticas diárias, é qualificada pelos sujeitos, faz-se mister considerar que o tratamento dos aspectos da individualidade, tanto em estado moderno como pré-moderno, é de vital importância para se atingir tais objetivos, isso porque a singularidade dos indivíduos é substrato da coletividade, condição que se manifesta em situação de modernidade ou não.

2.4. *O lugar da tradição*

Como verificado até aqui, para se entender o impacto que a modernidade provocou nos modos de vida dos moradores de Manga a partir da implantação da CMIE é preciso considerar também a relevância da tradição, que pode ser apreendida tanto por meio de sua relação com a modernidade, como por suas características singulares. Em contraposição à modernidade, especificamente, a tradição se caracterizaria por se constituir a partir da herança do passado no presente, quando os referenciais dos sujeitos se sustentam pela experiência; distinguido-se, desse modo, da modernidade, que estabelece a referência no futuro e no novo.

Quanto à sua natureza, ela implica em organizar o passado no presente e dar suporte ao futuro, quando o presente passa a ser concebido como uma fase transitória entre o que aconteceu e o que está por acontecer. Em termos práticos, pode-se dizer que, como os diversos estados da sociedade não são discretos – novos estados se iniciam antes de totalmente concluídos os anteriores (SZTOMPKA, 1998; GIDDENS, 1991). É exatamente nesse momento, quando “A natureza processual da sociedade implica fases anteriores ligadas por vínculos causais à fase presente, por sua vez portadora das condições causais determinantes da fase seguinte” (SZTOMPKA, 1998, p. 111), que os sujeitos ganham a qualidade de agência, ao poder qualificar tanto o passado, quanto o futuro desejado ou não.

Na medida em que a tradição cumpriria o papel de organizar as diferentes formas de sociabilidade por meio da rotina, que garantiria a estabilidade e a continuidade do passado, presente e futuro (GIDDENS, 1991), nota-se a possibilidade de pensar que a tradição, ao

extrapolar a perspectiva da dicotomia em relação à modernidade, constituir-se-ia também como elemento de sua própria formação, ou, como dizia Giddens (1991, p. 107), “o passado é um meio de organizar o futuro”.

Desse modo, no sentido de mais bem operacionalizar este entendimento, alude-se ao fato de que a ligação do presente com o passado se estabelece por meio de dois mecanismos causais: o material e o ideal. Aquele caracterizado pelos objetos; este pelas faculdades humanas da memória e da comunicação. Estes mecanismos causais, por sua vez, interagem: enquanto os artefatos materiais dão suporte à memória, incitando formas diversas de manifestação, como alegria, tristeza, referência a heroísmos, pujanças, catástrofes etc., em movimento inverso, as crenças, símbolos, conhecimentos, normas, valores e regras herdados do passado contribuem para dar significado aos objetos. (SZTOMPKA, 1998).

Em outro extremo, o passado que nos chega por meio da oralidade, da escrita, dos objetos ou outros vestígios, por ser algo pré-selecionado pelos agentes condutores, como famílias, escolas, empresas, meios de comunicação etc. pode, em certos casos, ser tendencioso, idealizado ou mesmo distorcido, condições que tem implicância na constituição das sociabilidades. Nesse sentido, a “invenção” da tradição, como observa Hobsbawn (1997), pode ocorrer como resultado de um erro, de uma ingenuidade grosseira, um exagero ou até mesmo de uma confabulação, bem como também pode ser construído intencionalmente.

Considerando, pois que

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam articular certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1997, p. 9),

tem-se que a relação como o passado não só é frágil por ser motivada por reações a situações novas referenciadas em elementos anteriores ou estabelecidas a partir de um passado criado, como também, ao contrário das tradições antigas que além de serem específicas são ainda altamente coercitivas, são profundamente gerais e vagas em relação a valores, direitos e certas obrigações.

Impõe-se, por tais perspectivas, a implicação que a análise das tradições tem no sentido de identificar os modos de vida de uma determinada sociedade. Como se vê, a herança do passado não é gratuita, tanto pode acontecer por meio de necessidades imediatas que atendem aos anseios coletivos, como por força de interesses localizados. Nesses dois casos,

considerando que mesmo se irreais as imagens do passado são capazes de exercer influência causal no cotidiano das pessoas, é preciso ter clareza que a herança do passado no presente nunca é absoluta, cabe, portanto, aos sujeitos o direcionamento da ação, no sentido de modificá-la, distorcendo-a e/ou enriquecendo-a.

Ainda quanto à discussão da relação passado-tradição é importante aludir para a necessidade de demarcar os limites entre um elemento e outro. A percepção que se pode ter *a priori* é de que necessariamente o passado não é tradição. Numa primeira abordagem pode-se dizer que o somatório de causas que determinam um dado evento, seria em princípio classificado como origem, genealogia. Do mesmo modo, que os efeitos numa abordagem imediata também não poderiam ser classificados como tradição, pois informariam apenas o que a sociedade é no momento presente, ou seja, seu estado coevo. Para se caracterizar como tradição o vínculo entre o passado e o presente precisa ser necessariamente mais íntimo, “Deve envolver a existência continuada do passado no presente, em lugar de apenas indicar o fato de que o presente se origina no passado.” (SZTOMPKA, 1998, p. 116). Em outras palavras, tanto os objetos como as idéias do passado devem ser encontradas no presente e, de outra forma, precisam ser qualificadas pelos indivíduos coletivamente. Como observado por Shils (*apud* SZTOMPKA, 1998), não é possível que as tradições se formem ou se reproduzam por si mesmas. São, ao contrário, estabelecidas ou modificadas por meio da vivência, do conhecimento e das aspirações dos seres humanos.

Considerando esses postulados, conclui-se que as tradições emergem por duas formas: 1) quando surgem de processos involuntários e espontâneos que envolvem quantidade significativa de indivíduos, ao considerar atraentes certos fragmentos do passado; 2) quando é imposto, de alguma forma, aos indivíduos por operações promovidas por aqueles que têm influência e poder.

A estas questões acrescenta-se a discussão proposta por Ortiz (1985) que dimensiona as culturas populares e a identidade nacional. Nesse aspecto, o autor alerta para a incompatibilidade entre a construção de uma memória nacional e de uma identidade nacional a partir da manifestação das culturas populares. Enquanto estas são portadoras da memória coletiva, que se situa na ordem da vivência, aproximando-se do mito, e manifestando-se ritualmente, portanto, sendo fruto da experiência, ou seja, da herança do passado no presente, aquela se refere a “uma história que se transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano” (ORTIZ, 1985, p. 135), condição que, por sua vez, se vincula ao nível da ideologia. Como implicação, percebe-se que a memória nacional e a identidade nacional ao pretenderem “dissolver” as culturas populares na univocidade de

discursos ideológicos promovidos no âmbito do Estado Nacional põem em risco a própria existência e os significados das tradições.

Em outro sentido, faz-se mister observar que a tradição também está sujeita à mudança, quando se entende que ela obedece às necessidades prementes de cada momento. Situadas ao nível dos diferentes interesses, emergindo das necessidades imediatas de apreensão e qualificação do passado herdado, pode-se argumentar que cedo ou tarde a tradição é passível de ser questionada, pois tanto novos fragmentos do passado são descobertos, como a própria tradição é muitas vezes abalada por fatos novos, revelando, muitas vezes a sua inutilidade. Se “Os seres humanos não podem sobreviver sem tradições, embora estejam freqüentemente insatisfeitos com as suas”, como observa Shils (*apud* SZTOMPKA, 1998, p. 123), é possível então sugerir que estas são resultados contingentes das ações dos sujeitos individuais e coletivos.

Na esteira do que foi até aqui discutido, pode-se concluir elencando alguns aspectos da tradição que têm importância para o estudo de modos de vida: 1) é preciso considerar que não é possível construir a vida social a partir do nada. Nesse aspecto, a tradição é um importante elemento balizador da consubstanciação da sociedade. Por outra, a tradição constitui-se um referencial significativo, a partir dos recursos ideais e materiais, que os indivíduos podem usar para construir o futuro; 2) a tradição também é uma importante legitimadora dos estilos de vida, de credos, instituições e códigos existentes; 3) oferece símbolos de identidades coletivas ao mesmo tempo que fortalece as raízes e revigora a fidelidade à nações, comunidades e grupos; 4) constitui-se um escape para as frustrações, insatisfações e descontentamentos do mundo presente.

Por outro lado, a tradição também apresenta alguns limites: 1) pode reprimir ou inibir as ações criativas humanas quando oferece soluções pré-fabricadas para demandas do presente; 2) impedir, mesmo diante de situações modificadas, que se localize alternativas adequadas para as novas necessidades, provocando, em contrapartida, a inércia; 3) considerando que nem tudo que ocorreu no passado foi positivo, algumas tradições podem ser tanto não-funcionais como prejudiciais devido o seu conteúdo; 4) muitas tradições são aceitas como estilo de vida convenientes e usuais devido se conservarem no nível do “subconsciente social”, prescindindo, assim, de sua necessária avaliação crítica.

Dado o que foi até aqui apresentado, é possível, então, realizar esta investigação considerando que para se entender o impacto da modernidade nos modos de vida daqueles moradores entre 1936 e 1958 faz-se mister, além de identificar as naturezas da modernidade e da tradição, imputar uma compreensão quanto à relação entre ambas. Nesse sentido, e mediante o que se identificou na pesquisa, a contribuição de Weber (1994b) para se entender a modernidade por meio da racionalidade burocrática é de suma importância. Essa contribuição possibilita a análise tanto como se dá e qual o impacto que o deslocamento das relações sociais da esfera local para a do Estado e do capitalismo provocou nos modos de vida daqueles moradores, como é possível discutir ainda outros elementos importantes que informam a modernidade: a emergência do liberalismo, a lógica da esfera econômica, o individualismo e o deslocamento do tempo e do espaço.

De outro modo, a irrupção da modernidade por meio da racionalidade burocrática, atrelada, por sua vez, aos interesses do Estado e do capitalismo, indica ainda a importância de se considerar a relação entre o passado e o futuro nas diferentes formas de sociabilidades que ali se desenvolveram no período demarcado. Visualiza-se, com isso, analisar quais os efeitos que o deslocamento para a perspectiva do futuro, da premente necessidade do novo, e da idéia de continuação ininterrupta (KUMAR, 1997) teve no cotidiano local, orientado, fundamentalmente, pelas heranças do passado.

Por sua vez, ao se considerar a tradição como a permanência do passado no presente por meio da qualificação dos sujeitos (SZTOMPKA, 1998), é possível, então, identificar a sua importância para esta investigação, no sentido de que corrobore, não apenas para localizar os aspectos dos modos de vida constituídos a partir da experiência, quando o passado ganha forma e significado; como também identificar certos elementos utilizados pelos sujeitos na qualificação da própria modernidade.

Quer-se com isso dizer que, se a herança do passado tinha um forte peso das relações sociais em Manga entre 1936 e 1958, contribuindo decisivamente para a constituição de diferentes sociabilidades, a modernidade, por sua vez, açulava novos cenários econômicos, políticos e sociais, que, em consequência, provocava a necessidade de (re)invenção de novas formas sociais pelos sujeitos conforme as demandas imediatas que se faziam presentes, como se verá no transcorrer deste estudo.

3. *ENCONTRO COM A MODERNIDADE*

3.1. *A modernidade no Brasil: da República Velha aos anos JK*

Antes mesmo de discutir a modernidade em Manga, algumas importantes considerações precisam ser pontuadas, a título de esclarecer certos fundamentos que norteiam esta dissertação: 1) no que se refere à abordagem dos processos de modernização em Manga, se utilizará como referencial as dinâmicas da modernidade no Brasil, situando dois períodos cronologicamente demarcados: a República Velha, localizada entre 1889 e 1930; e as décadas de 1930, 1940 e 1950, no sentido de que os diferentes elementos da modernidade localizados nesses dois períodos possam contribuir para o entendimento dos processos de modernização que aconteceram em Manga; 2) em relação às orientações teóricas, o que se quer aqui não é dispensar esforços para adaptar os conceitos construídos em outra realidade à que se estuda, ou mesmo tê-los como parâmetros de validade, mas, fundamentalmente, considerá-los no sentido de que possam contribuir para incitar discussões e balizar as análises e interpretações que permitam apreender as singularidades e peculiaridades da modernidade em Manga no período demarcado; 3) a percepção de modernidade no Brasil se assenta no entendimento de seus processos históricos, que ocorreram conforme as demandas, os interesses, os conflitos de projetos etc., e que envolveram a sociedade como um todo.

Embora o foco de interesse quanto a apreender os aspectos da modernidade em Manga se refira ao período entre 1936 e 1958, como se verá no transcorrer deste estudo, muitos aspectos da modernidade no período ulterior à Revolução de 1930 são caudatários da fase imediatamente anterior, por isso a opção aqui tomada. Por outro lado, o alargamento do estudo da modernidade no Brasil até a República Velha possibilita uma compreensão mais ampla tanto dos processos de modernização pelo qual passou o país, como da constituição de certos discursos produzidos a seu respeito. Nesse sentido, como *discurso*, conforme apontado por Ortiz (2000), o entendimento é que se trata de uma linguagem, uma narrativa, por meio da qual os sujeitos tomam consciência das mudanças, que se reportaria, por sua vez, ao mundo concreto ou idealizado, ou seja, aos processos de modernização que se caracterizariam conforme as especificidades das configurações sociais, políticas e econômicas históricas.

Essa perspectiva se coaduna com a proposta desta dissertação, ao localizar nas dinâmicas sociais os elementos fundadores da modernidade no Brasil, em detrimento, por um

lado de uma interpretação pautada na mera comparação em que “ao tentar explicar o ‘centro’, confirma-se a ‘margem’ como um desvio do primeiro e vice-versa, sem qualquer espaço para questionamentos”, como observou Tavolaro (2005, p. 13) e, por outro de uma abordagem em que certas variáveis independentes são tomadas como parâmetro para explicar as realidades históricas, a exemplo do referencial da colonização lusitana, utilizada largamente para explicar as características da modernidade no Brasil. Quer dizer-se com isso, que é preciso construir abordagens multifacetadas da modernidade, em que se privilegie a dimensão processual das instituições modernas. Nesse sentido, como sugere Domingues (1999), a modernidade é fruto de subjetividades individuais e coletivas distintas, portanto, contingente e histórica.

Por esses vieses, se reportando então à República Velha, observam-se alguns importantes elementos que contribuem para a compreensão das características da modernidade na fase subsequente. A própria emergência da república pode ser tomada como um elemento significativo da modernidade brasileira, inaugurando, em muitos de seus aspectos, uma fase de rompimento com o passado, nesse caso, a herança monárquica e colonial, como se vê com a instituição do aparelho republicano, sobretudo apoiado no federalismo e na ampliação do regime representativo, que redefiniu os princípios do liberalismo no país, característica que, por sua vez, permearia a vida econômica, política e social do Brasil nas décadas seguintes. Junto a essas mudanças, considerando ainda que a República Velha iniciou o processo de consolidação das relações capitalistas no país, pode-se inferir, conforme atesta Caniello (1993), que estaria ali também o embrião do individualismo como princípio norteador da constituição da modernidade no Brasil.

Em outro aspecto, dentro da mesma lógica promovida pelo advento da república, irromperiam de forma incisiva dois elementos particulares da República Velha que, por outra, teria forte ligação com os processos de modernização em Manga (como se verá no transcorrer deste capítulo). Trata-se do fortalecimento das oligarquias regionais e do coronelismo. Orientado pelo pacto federalista, a constituição de oligarquias regionais garantiu a manutenção do poder das elites políticas brasileiras, e centralizou um complexo esquema político em que as diferentes esferas políticas se preservavam mutuamente. Desse modo, ao mesmo tempo em que as forças locais eram garantidas por forças estaduais e pelo poder central, estes eram fortalecidos pelo apoio direto dos chefes políticos municipais, num jogo de troca de favores e apadrinhamentos.

Ao discutir esse fenômeno, Viscardi (2001) destaca que esse modelo foi fundamental para a estabilização do próprio regime republicano. A lógica em que se baseava a afirmação

das oligarquias passava pela exclusão da participação de setores populares no governo, que se efetivava por meio da limitação do voto a apenas aos alfabetizados, pela fraude eleitoral e pela diminuição da competitividade. Nesse sentido, a afirmação das oligarquias locais em sintonia com a oligarquia estadual era fundamental para a manutenção do *status quo* dos grupos dominantes, situação que, por sua vez, ganhava relevância em Minas Gerais, dado ser este Estado, junto com São Paulo e Rio Grande do Sul, um dos líderes no cenário político e econômico do país.

Leal (1997, p. 40), ao discutir o coronelismo na República Velha, observa duas características: 1) o fato de tratar-se de um sistema político em que prevalecem as relações de compromisso pautadas entre um poder privado em decadência e o poder público fortalecido pela nova conjuntura; 2) o resultado de uma “superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequadas.” Ainda conforme o autor, o coronelismo se manifestaria em face das condições econômicas precárias de boa parte da população, o que levaria a um conseqüente domínio econômico, político e social desses chefes locais. Nesse sentido, o coronelismo em Manga poderia também ser visto como uma forma singular do patrimonialismo, em que, conforme observa Carvalho (2003), elimina-se a representação em favor de um poder executivo centralizador que age, grosso modo, em detrimento dos interesses da sociedade.

Baseado, ainda, numa complexa rede de troca de favores interna, em que o homem comum ao apoiar o coronel é por ele protegido, e ao adversário é relegado uma intensa perseguição, Iglésias (1993) evoca o entendimento de que o coronelismo estabeleceu outra singular relação entre as autoridades públicas e a população, dado que a proximidade dos funcionários públicos – como coletores do Fisco, professores, delegados de polícia, agentes de Justiça e outros –, com os coronéis, já que era atribuição destes as suas indicações, fez com que esses servidores fossem executantes, muitas vezes de forma direta, de ordens e desejos desses líderes locais.

Em outro campo, circulava entre a *intelligentsia* brasileira a idéia de que havia certos empecilhos que inviabilizavam a constituição de uma civilização moderna nos trópicos. Por esse discurso, hegemônico no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, consubstanciado por meio de importantes intelectuais brasileiros, como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Arthur Ramos, Silvio Romero e Euclides da Cunha, entre outros, inspirados, fundamentalmente, nas discussões de raça que permeavam as Ciências Sociais e Humanas na Europa e nos Estados Unidos, sobretudo pela emergência da biologia e da psicologia, vê-se a dificuldade de se estabelecer uma sociedade moderna no Brasil em face da origem africana e

autóctone da população. Essa “debilidade”, como queriam esses estudiosos e parte significativa da elite brasileira, para que a sociedade se adaptasse aos preceitos da “civilização”, tal qual se formou na Europa, só poderia ser resolvida com o branqueamento da população, quando, finalmente, se atingiria por aqui os níveis adequados e desejáveis de civilidade. Em conseqüência, a recorrência desse discurso se coadunava com as relações de domínio, relegando a maioria da população brasileira, herdeira da ancestralidade dos povos nativos e africanos, a uma condição de subalternidade, tanto simbólica como material.

Nesse período, pode-se observar ainda outra importante característica do cenário brasileiro em que se construiu a modernidade. Além de investimentos nas estruturas das cidades, a exemplo do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, que passara a ser símbolo da modernidade no país (IGLÉSIAS, 1993) e da inauguração de Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais, eventos que indicavam a importância que se dava à questão urbana como elemento da modernidade; e considerando ainda o vigoroso crescimento populacional, quando entre 1890 e 1920 a população brasileira mais que dobrou, passando de 14,3 milhões de habitantes para 30,6, a característica predominante da população brasileira continuava sendo rural, como pode ser comprovado pela ocupação da população economicamente ativa, concentrada no ano de 1920 em 69,7% no setor agrário, 16,5% no setor de comércio e serviço, e 13,8% na indústria. (IGLÉSIAS, 1993).

Nesse período, pode-se observar ainda outra importante característica do cenário brasileiro em que se construiu a modernidade. Vê-se que mesmo com investimentos nas estruturas das cidades, a exemplo do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, que passara a ser símbolo da modernidade no país (Iglésias, 1993) e da inauguração de Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais, eventos que indicavam a importância que se dava à questão urbana como elemento da modernidade; e considerando ainda o vigoroso crescimento populacional, quando entre 1890 e 1920 a população brasileira mais que dobrou, passando de 14,3 milhões de habitantes para 30,6, a característica predominante da população brasileira continuava sendo rural, como pode ser comprovado pela ocupação da população economicamente ativa, concentrada no ano de 1920 em 69,7% no setor agrário, 16,5% no setor de comércio e serviço, e 13,8% na indústria. (IGLÉSIAS, 1993).

Os movimentos de modernidade no Brasil se acentuaram e ganharam novas roupagens a partir da década de 1920, sobretudo, a partir de 1922 com a Semana de Arte Moderna em São Paulo; com a eclosão do movimento tenentista; e o surgimento do PCB. Em relação à Semana de Arte Moderna a grande contribuição, além da proposta de atualização cultural que permeava o movimento, teria sido no sentido de questionar o pensamento moderno

hegemônico em voga, propor um novo entendimento do Brasil a partir de suas próprias manifestações artísticas e culturais, em busca da superação dos determinismos da cultura européia, sobretudo, a francesa, até então predominante.

Em outro extremo, o movimento tenentista, de caráter revolucionário, acentuava os interesses nacionalistas e de reivindicação social. Entre as demandas apresentadas por seus integrantes estavam a necessidade da nacionalização do subsolo; uma política industrial de cunho nacional; e a instituição de uma legislação voltada para a assistência social, com ênfase na proteção tanto de mulheres como de crianças. Em outra frente, foram ferrenhos opositores das oligarquias, que então dominava país.

Iglésias (1993) observa ainda que naquele período outro importante e singular fenômeno ocorreu no campo da política no Brasil. Trata-se do advento de preceitos ideológicos. No lugar de atividades públicas balizadas em acordos e troca de favores, a política ultrapassou o nível do personalismo e passou também a ser orientada pela razão burocrática.

Tem-se pois de 1922 a 1930 uma verdadeira tentativa de ruptura com o passado no que ele tem de anacrônico, obsoleto, não com o passado criativo que deu marcas notáveis já no século XIX e mesmo antes. Busca de ruptura com a política desligada do essencial, vivendo para favores pessoais sem o sentido do bem comum, ruptura com a arte ou com o pensamento convencionais, mera repetição de fórmulas apreendidas em livros do exterior. Sentido positivo, em parte conquistado. As simples palavras de crítica à rotina se transformam aos poucos em um entendimento mais verdadeiro do que é e deve ser a nação. (IGLÉSIAS, 1993, p. 228).

Pode-se argumentar, enfim, que crescia no Brasil naquele período, pelo menos em parte da classe política e dos intelectuais, um sentimento de que era preciso interferir de forma incisiva nos graves problemas sociais, econômicos e políticos que assolavam o país, marcado por uma população predominantemente analfabeta, sem posses materiais significativas, desassistida e marginalizada em relação aos elementos sociais, como saúde, educação e garantias individuais. Era preciso, finalmente, superar um “certo divórcio entre o governo e a sociedade” (IGLÉSIAS, 1993, p. 206), o que possibilitaria o surgimento de uma nova sociedade, finalmente moderna, orientada, sobretudo, para o progresso e para o futuro.

Com a Revolução de 1930, o ideal de modernidade, em muito de seus aspectos, pode materializar-se por meio das profundas mudanças pelas quais passou o país. O sentimento que prevalecia, sobretudo, no governo revolucionário do pós-1930, era em referência a necessidade de suplantar os vícios da República Velha, sustentado, sobretudo, pelas oligarquias de base patriarcal. Nesse sentido, surgiu um grande movimento de centralização

do poder na esfera do Governo Federal, que, como destacado por Skidmore (1979), resultou em ações administrativas e políticas articuladas. No âmbito administrativo, por exemplo, atribuições dos governos estaduais e municipais foram transferidas para a dimensão federal; receitas antes administradas por municípios e estados passaram ao controle da União; o governo federal passou a agir também em novas áreas, como a economia, por meio de empresas públicas e mistas; surgiu a previdência social e instituiu-se a política de controle dos sindicatos; em termos burocráticos, órgãos de controle social foram criados, como o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

O reflexo dessa nova máquina administrativa no cotidiano da sociedade brasileira pode ser observado pela crescente institucionalização da burocracia. Para Iglésias (1993), o DASP teria sido percussor efetivo desse processo, quando, por seu intermédio, aconteceu a superação da administração cartorial, evidenciada pela eficiência administrativa; pela abertura de concursos públicos, privilegiando, dessa forma, a competência; e pelo estabelecimento de carreiras e promoções baseadas no mérito.

Em relação aos aspectos políticos, embora houvesse uma polarização mais acentuada, também se observou uma tendência de centralização, confirmada pela crescente interferência do executivo federal em setores como o emprego público, empréstimos, obras públicas, controle de importação etc. Conforme salienta Skidmore (1979, p. 57), “Vargas pode usar o executivo federal, grandemente fortalecido, para fundar o que o Brasil não tinha conseguido antes de 1930: um regime verdadeiramente nacional.”

Em outra esfera, o jogo político não se afastou tanto assim do que prevalecia no período anterior. Houve um rearranjo das oligarquias estaduais e municipais, que para garantir a manutenção do poder se adaptaram aos novos rumos políticos do país. O mesmo modelo, com ajustes, continuou prevalecendo, ou seja, os poderes municipais, estaduais e Federal se sustentavam, grosso modo, mutuamente.

O processo de modernização do Brasil, que ora se evidenciava, contemplava ainda mudanças substanciais nas ordens social e econômica, como pode ser observado com as reformas no ensino promovido pelo Ministério da Educação e Saúde, e da emergência das questões dos trabalhadores trazidas à tona por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Além disso, com a Constituição de 1934, a inserção de temas como família, educação, funcionalismo, segurança nacional, justiça eleitoral, direitos trabalhista, crescimento urbano, entre outros, reforçavam o cenário de mudança pelo qual passava o país.

Em outra ponta, no setor produtivo houve avanços significativos da indústria, sobretudo, devido à crise mundial de 1929, que provocou a necessidade de investimentos num parque industrial doméstico para substituir as importações, que foram severamente prejudicadas com o desequilíbrio da balança comercial. Verificou-se um período de crescimento significativo entre 1933 e 1939, seguido de um ligeiro arrefecimento até a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como observou Fausto (2002).

Nesse período, a característica predominante da política industrial brasileira se concentrava em uma estreita relação com os interesses do Estado. Skidmore (1979) destaca que durante os quinze anos de Vargas no poder houve uma intervenção consciente do Governo Federal no processo de industrialização do Brasil, com objetivo de afastar o liberalismo econômico do cotidiano do país, condição que se vinculava a conseqüente necessidade de manutenção da centralidade do poder.

É importante ressaltar ainda, que mesmo como o avanço significativo do parque industrial brasileiro, inclusive com indústrias de base, além do desenvolvimento dos setores de comércio e serviço, a participação dos produtos primários no bojo das riquezas do país saltou de 36% entre 1925 e 1929, para 48,3% entre 1939 e 1946 (FAUSTO, 2002), o que informa que, mesmo com as evidentes mudanças nas áreas urbanas, continuava prevalecendo uma sociedade de cunho predominantemente rural. Pode-se dizer que diante da onda de “progresso” pelo qual passava o país naquele período, afirmou-se também uma peculiar característica da modernidade no Brasil. Trata-se da promoção dos processos de modernização pelas elites políticas e econômicas dominantes. Nesse sentido, Fausto (2002, p. 195-6), destaca que

A corrente autoritária assumiu, com toda a conseqüência, a perspectiva do que se denominou modernização conservadora; ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. Nesse percurso, o Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão, que só serviam para enfraquecer o país.

Com o fim do primeiro período da era Vargas, mesmo computando-se os ganhos significativos do país, como, por exemplo, um parque industrial que atendia às demandas internas e um conjunto de leis que assegurava direitos e garantias às pessoas e aos trabalhadores, uma série de outros problemas veio à tona, revelando outro lado da realidade brasileira. Pode-se destacar a acentuada concentração de riqueza nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; na saúde, a grande maioria dos municípios não possuía

médicos nem hospitais e, quando os tinha, boa parte deles estava em situação precária; na educação, o ensino primário, embora gratuito, era de baixa qualidade e não permitia o acesso da grande maioria das crianças e jovens em idade escolar; o ensino médio era precariamente atendido e pago; no ensino superior a qualidade ainda não era desejável e distante da realidade brasileira; imperava ainda o grave problema da terra, com uma forte concentração de latifúndios improdutivos, bem como a reforma agrária não saía do papel.

Nos quinze anos seguintes ao fim daquela singular fase da História do Brasil, ampliou-se o debate político em face da abertura democrática porque viveu o país e a idéia de modernidade ganhou novos ares com a emergência do desenvolvimentismo propalado nos anos JK. Iglésias (1993, p. 270) observa que naquele momento “Hipertrofia-se a idéia vista das virtualidades econômicas da nação, até aí indevidamente aproveitadas. Tornou-se moda o chamado desenvolvimentismo, em que tudo mais fica em segundo plano, mesmo o desenvolvimento social: este, no entender dos propugnadores daquele, viria como decorrência.”

Nesse contexto, pode-se argumentar que o par democracia-desenvolvimento, que no entendimento de Moreira (2003, p. 188) foi o grande feito do governo JK, quando houve “o aprofundamento do sistema capitalista de produção, sem o sacrifício do sistema democrático, como aconteceu antes, no Estado Novo, e depois, no regime autoritário político-militar de 1964”, contribuiu, sobremaneira, para intensificação do debate sobre a modernização no Brasil. Por um lado, a democracia permitia a emergência de diferentes atores sociais, tornando o debate sócio-político-econômico mais complexo; por outro, o discurso do nacional-desenvolvimentismo, liderado por JK, expunha os problemas estruturais do país, e apresentava uma agenda que, de certo modo, trazia a população para o debate.

Na esteira desse cenário o Brasil mudava a sua cara. A década de 1950 foi marcada, como observou Iglésias (1993), por uma extraordinária produção artística, que viu surgir, entre outras manifestações, a bossa-nova; na literatura tem-se o esplendor das obras de João Cabral de Melo Neto, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, entre outros; houve também significativo incremento nas produções cinematográficas, no teatro e nas artes plásticas; na academia a grande novidade era a Universidade de Brasília, implantada em moldes diferentes dos tradicionais; na produção científica destacava-se o amadurecimento dos debates, sobretudo quanto ao desenvolvimentismo e ao nacionalismo, refletido em teses, livros e criação de instituições de pesquisa. Importante e significativo foi o crescimento industrial, emprestando ainda mais consistência ao impulso modernizador pelo qual passava o

país. No mesmo bojo, a inauguração de Brasília, como nova capital do país, alimentava a certeza de uma era de desenvolvimento sem precedentes.

Retomando algumas questões que surgiram ainda durante a República Velha, pode-se observar que nos anos subseqüentes – entre 1936 e 1958 –, houve, guardado as suas singularidades e peculiaridades, certa afirmação do liberalismo, caracterizado, sobremaneira, por meio do capitalismo e do individualismo. Mesmo mantendo uma tradição agrícola, nesse período o Brasil entrou definitivamente no mundo moderno por meio da industrialização. Em outra ponta, o paulatino crescimento urbano, associado às conquistas individuais, passou a competir de forma incisiva com a predominância da vida comunitária que até então caracterizava a sociedade brasileira.

Em relação ao pensamento moderno brasileiro, a efervescência dos processos de modernização que assolavam o país após a Revolução de 1930 constituiu-se em palco adequado para a propagação de novos discursos. A seminal obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* expôs de forma evidente uma perspectiva de entendimento do Brasil que rivalizava diretamente com a predominância do paradigma racista que dominou o período anterior. Desfocava-se a incapacidade de se construir a modernidade no Brasil em virtude de nossa origem autóctone e africana, para uma perspectiva que, ao contrário, positivava esse passado e a mestiçagem derivada. Ao mesmo tempo, relegava-se à herança do colonialismo português as maiores deficiências de nossa sociedade, como se vê em obras de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., por exemplo.

Como destacou Ianni (1996), a partir daí o Brasil tornou-se contemporâneo do seu tempo. Aflorava definitivamente tudo que vinha sendo germinado. Para a *intelligentsia* brasileira, “Muito do que se pensou antes se polariza e se decanta nessa época. E muito do que se pensa depois arranca das interpretações formuladas então.” (IANNI, 1996, p. 29). Nesse sentido, como se observa, emerge em definitivo a condição de agência nos sujeitos, que passariam a serem construtores de sua própria história. Dito de outro modo, o ideal de modernidade finalmente desloca-se das ideologias e vai buscar em nossa história e no mundo real os seus significados.

Em conseqüência desses processos de modernização, pode-se observar a permanente insistência de construção de discursos de modernidade, originando o que Ortiz (2000) chamou de tradição da modernidade. Especificamente, as nuances da modernidade no Brasil emergiram, sobretudo, pela necessidade de se romper com certas práticas e discursos estabelecidos, como se vê, por exemplo, com a instituição da república, que procurou suplantiar a herança monárquica e colonial; como os movimentos intelectuais e políticos da

década de 1920 que se impôs contra a predominância do pensamento europeu no Brasil; com a Revolução de 1930, que procurou eliminar o passado oligárquico e o pacto federativo, centralizando o poder na esfera do Governo Federal; com a retomada democrática do pós-1945, que expôs as dramáticas realidades social, política e econômica da grande maioria da população; e, ainda, na emergência de um novo paradigma do pensamento moderno brasileiro, que a partir da década de 1930 procurou desconstruir a imagem reificada da sociedade brasileira, no sentido da impossibilidade de se constituir uma sociedade moderna em face da miscigenação, em favor de uma perspectiva que localizava exatamente nessa miscigenação um dos caminhos para a nossa modernização.

Por outro lado, não se quer dizer com isso que nesses momentos de mudança as rupturas fossem extremamente radicais a ponto de eliminar completamente a possibilidade de certas permanências. Guardadas as singularidades de cada evento, o que se tem é que os processos de modernização que ora foram apresentados informam, grosso modo, uma disposição para o novo, em questionamento ao que estava posto que, por sua vez, nem sempre se reportava ao antigo; e ainda, uma orientação para o futuro, em busca de novas possibilidades. Como se pode ver, contingente e histórica (DOMINGUES, 1999), a modernidade não prescinde dos sujeitos.

3.2. *Manga, os coronéis e a CMIE*

Em relação a Manga, os processos de modernização que se verificaram entre 1936 e 1958 estavam diretamente relacionados tanto ao poder público municipal, como se verá a seguir, como com a Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A (CMIE), por se tratar de um grande empreendimento industrial que centralizou significativamente a vida econômica da cidade durante aquele período. Em comum a esses elementos, observam-se os coronéis⁵ Domiciano Pastor Filho (Bembém) (ver figura 1) e João Alves Pereira (ver figura 2), visto que, por um lado, como líderes políticos locais detinham o poder municipal, e por outro, eram os principais acionistas da CMIE. Naquele período, pode-se argumentar, então, que Manga, os coronéis e a CMIE em muitos de seus aspectos se confundiam, se interpenetravam.

⁵ Não se localizou durante a pesquisa informações que indicassem a origem deste título imputado a Domiciano Pastor Filho e a João Alves Pereira. A sua utilização está condicionada ao uso popular do termo, corriqueiro entre os moradores de Manga, como se verificou nas entrevistas realizadas e nas inúmeras conversas informais.

Pretende-se, portanto, nesta seção, com o intuito de facilitar o entendimento dos processos de modernização que ocorreram em Manga no período demarcado, e na busca de localizar suas singularidades e peculiaridades, apresentar as trajetórias dos coronéis e as características da CMIE que facilitem o entendimento das mudanças que ocorreram em Manga naquele período.



Figura 1: Domiciano Pastor Filho (coronel Bembém)
Fonte: Domínio público



Figura 2: Coronel João Alves Pereira
Fonte: Domínio público

De origem pernambucana, Domiciano Pastor Filho e João Alves Pereira se fixaram em Manga nas primeiras décadas do século XX. Envolvidos em atividades comerciais, paulatinamente foram conquistando reconhecimento popular como figuras ilustres do lugar, que se concretizaria com os vínculos matrimoniais destes com descendentes do coronel Joaquim Lôpo Montalvão (ver figura 27 no Anexo 1), até então o principal líder político do lugar. Dada a habilidade que possuíam tanto para os negócios como para a política, e após a morte deste assumiram definitivamente a liderança política e econômica do lugar.

A década de 1920 foi marcada pela emancipação política de Manga. Embora não se tenha acesso a documentos que indiquem como se deu o desenrolar dos eventos que antecederam a implantação do município em 1924, duas situações explicariam a importância desses dois líderes para o lugar. Primeiramente, o fato de eles terem conduzido o processo de emancipação do município, como fica subentendido com o estabelecimento do domínio político que perdurou até 1958; em segundo lugar, a possível contribuição que tiveram em relação à projeção do lugar como um núcleo urbano importante para a região, no sentido de que se tornara sede do distrito do Japoré em substituição a São Caetano do Japoré (atual Brejo São Caetano) e, posteriormente, sede do município, conforme Lei Estadual nº 843 de 07 de Setembro de 1923.

Quando de sua emancipação, Manga possuía uma população de 16.798 habitantes num território de 9.247 km² (SILVEIRA, 1926), residente, principalmente, na zona rural. Na vila de Manga existiam apenas 250 casas (SILVEIRA, 1926), em 10 ruas e 2 praças (CÂMARA MUNICIPAL DE MANGA, 1924). O lugar era servido por uma farmácia, Imaculada Conceição, de propriedade da firma Gonzaga & Pereira; pequenos estabelecimentos comerciais; escola primária; as associações: Irmandade do Santíssimo Coração de Jesus, Conferência de São Vicente de Paula, Mães de Família, Sociedade Musical Arthur Bernardes e Manga Foot-Ball Club; possuía uma igreja católica dedicada a São Sebastião. O poder municipal era constituído pela Câmara Municipal de Vereadores, que tinha como presidente e chefe do executivo municipal Anfrísio Gonzaga Lima, irmão do coronel Bembém; pelo poder judiciário, delegacia de polícia, conselho escolar e caixa escolar, e no âmbito federal pela agência dos Correios e Telégrafos e por posto meteorológico. Em relação à produção econômica, destacavam-se as lavouras de algodão, cana-de-açúcar, mandioca, arroz e outros cereais; na indústria possuía usinas de beneficiar algodão, arroz e outros produtos; destilação de aguardente e fabricação de açúcar, rapadura, farinha e cal, entre outros, que eram escoados por meio, sobretudo, do transporte fluvial e pela Estrada Central do Brasil, conforme informado por Silveira (1926).

A partir da emancipação do município, a aproximação dos coronéis João Pereira e, sobretudo, Bembém com os poderes estaduais, numa relação de troca de favores e apoio – característica do modelo político então em voga no Brasil –, contribuiria para reafirmar o domínio político e econômico daquela oligarquia no âmbito municipal. A dimensão dessa relação pode ser medida por meio de uma série de eventos, que incluía, entre outros, intensa troca de correspondências por meio de telegramas, em que, por um lado, os poderes locais tinham acesso às questões estaduais e nacionais e, por outro, usavam desse instrumento para informar as manifestações de apoio ao governo estadual, situações que em seu conjunto garantiam simbolicamente o *status* do poder local, como pode ser exemplificado pelo texto da seção do Conselho Consultivo Municipal de 15 de julho de 1931, que expressa o incondicional apoio do poder público local à recém-criada Legião Liberal Mineira: “O Conselho Consultivo da Prefeitura Municipal de Manga, plenamente identificado com os princípios sãos e altruísticos que norteiam e caracterizam a vida política de Minas Gerais, vota uma moção de aplausos, franco apoio e absoluta solidariedade ao grande partido ‘Legião Liberal Mineira e aos seus eminentes chefes’.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA, 1931b).

Também recorrente foi a visita de autoridades públicas estaduais a Manga, como a do governador Benedito Valadares em 1936, entre outras; a participação efetiva de Manga em eventos nacionais, como a Revolução Constitucionalista de 1932, quando foi enviado um grande contingente de mangueses ao conflito em São Paulo; e ainda o envolvimento do município em questões internacionais, como no esforço de guerra, quando foi feita a doação de Cr\$ 12.100,00, arrecadados junto à sociedade local, tendo como principais contribuintes a CMIE com Cr\$ 4.000,00 e Domiciano Pastor Filho com Cr\$ 2.000,00 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA, 1943). Outro exemplo, foi a colaboração da Prefeitura Municipal de Manga com a construção de um monumento em uma praça de Belo Horizonte, como se vê no Decreto-Lei nº 79 de 01 de Setembro de 1947 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA, 1945), entre outros. Esses eventos, ao que tudo indica, foram substanciais para consolidação do poder político dos coronéis Bembém e João Pereira, que utilizavam como estratégia a própria projeção do lugar como um centro político atuante, reforçando tanto interna como externamente as imagens de liderança.

A hegemonia política dos coronéis Bembém e João Pereira, por outro lado, ganharia novo impulso com a criação da CMIE em 15 de fevereiro de 1936 (ver figura 3). Além dos aspectos econômicos, dado tratar-se de um grande empreendimento industrial, a CMIE também foi utilizada em larga medida como elemento político que corroborou para reforçar o

domínio dos coronéis. Nesse sentido, simbolicamente representou o ápice daquela força política, tanto por ter sido idealizada pelo coronel Bembém, como por ter sido construída com recursos oriundos do próprio município, a partir da constituição de uma sociedade anônima, que tinha os coronéis Bembém e João Pereira como seus principais acionistas; em termos práticos, além do dinamismo econômico que emprestou ao município, quando movimentou cerca de 300 contos para sua criação e faturou mais de 600 contos no ano de sua inauguração (LACERDA, 1964), foi também o maior empregador, condição que favoreceu significativamente aos mandos políticos do grupo dos coronéis, como se verá no capítulo seguinte.



Figura 3: Construção da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A
Fonte: Domínio Público

É importante destacar ainda que, ao contrário do que ocorreu a nível estadual – quando a modernização em Minas Gerais via industrialização se deu por meio da aproximação dos setores industriais com o Estado, no sentido de que a burguesia se organizava em busca de espaço nos escalões do próprio governo (DULCI, 1999) –, em Manga não se pode dizer que, naquele período, irrompeu um movimento burguês semelhante. A particularidade do evento em tela estava no fato de que convergiam os interesses econômico-industriais com os do próprio Estado, por meio da atuação direta dos coronéis Bembém e João Pereira, que articulavam as duas esferas dentro de um mesmo objetivo – a manutenção da liderança política e econômica local.

No que se refere à implantação da CMIE, algumas particularidades de Manga foram decisivas para que tal empreendimento se concretizasse. É preciso considerar de antemão que

a região em que está localizada a cidade, o Vale do Alto-Médio São Francisco, desde tempos remotos tinha sido uma grande produtora de algodão. Há vestígios, conforme apresentados por Prous (2006), de que a 3.000 A.P.⁶ o produto já era cultivado pelos habitantes primitivos, como o povo Una. No século XIX, por exemplo, segundo dados do Recenseamento de 1831/32, a região despontava como a maior produtora de algodão de Minas Gerais (PAIVA e GODOY, 2006). Nas primeiras décadas do século XX, a existência de uma pequena e rústica unidade de beneficiamento de algodão em Manga, localizada na Travessa da Usina (atual Travessa 19 de Outubro), confirmaria a importância que o algodão tinha para Manga (ver figura 4).



Figura 4: Embarque de algodão no Porto de Manga em 1925
Fonte: Silveira (1926)

Desse modo, considerando a importância do produto para a região, e dadas as dimensões daquele empreendimento industrial, os anos que se seguiram à instalação da CMIE foram marcados por um vigoroso crescimento da empresa, proporcionando ganhos significativos para Manga. Em 1937, por exemplo, a CMIE implantou, conforme observado por Lacerda (1964), o mais eficiente sistema de distribuição de energia elétrica do Vale do Alto-Médio São Francisco (seus efeitos serão comentados na seção seguinte). Na década de 1940, ampliara significativamente suas estruturas físicas com a construção de vários prédios tanto concomitantes ao prédio original, como em outras ruas da cidade, com destaque para a

⁶ Antes do presente.

construção da Travessa 24 de Outubro (Rua do Cascavel) em 1944, destinada aos operários da CMIE. Afora isso, participou ativamente de outros setores da sociedade manguense, com incentivo aos transportes, às atividades recreativas e sociais, e ao desenvolvimento da infraestrutura da cidade, entre outros.



Figura 5: Imagem recente da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A
Fonte: Acervo do autor

Reflexo desse momento singular da história manguense, pode ser observado em relatos como o de Salomão de Vasconcelos que visitou Manga em 1939:

Manga é uma miniatura de cidade, começando na barranca do rio, onde há um caes bem trabalhado e dali se estendendo em suave elevação para oeste, até à caatinga. Séde do antigo districto do Japoré e hoje cabeça de município, é a mais florescente povoação do extremo-norte mineiro sob a competente direcção prefetural do Sr. Domiciano Pastor Filho e a actividade industrial dos não menos esforçados e inteligentes moços, Manoel de Oliveira Vianna e João Alves Pereira, entre outros. Possui ruas bem lançadas, boas habitações, um excellent grupo escolar, cadeia publica, iluminação electrica, comércio dos mais animados e uma importante Empresa de beneficiamento do algodão de cereaes e de outros productos da região. (JORNAL FOLHA DE MINAS, 26 de março 1939).

E de Vitor Figueira de Freitas que esteve em Manga no início da década de 1950:

Espera-nos aí, e já quase noite, a alegria de ver tudo em progresso. Magnífico cais, ruas algumas calçadas e com passeios, comércio ativo e bem provido, iluminação elétrica razoável, grande edifício de Hospital construído pela C.V.S.F., à espera de aparelhamento e de médico para ser inaugurado.

Várias indústrias prosperam e dão serviço à população: serraria que trabalha as madeiras da zona rural e a distribuí para muito longe; Companhia Manga Industrial que beneficia o algodão, arroz e milho que, com a mamona, são os principais produtos do município.

Exporta, também, couros, peles, feijão, farinha e rapaduras, tudo dali saindo por caminhões, via Montes Claros, e, em pequena parte por aqueles ronceiros navios antiquados da Navegação Baiana e da C.V.S.F. Esta benemérita ali tem feito alguma coisa: além do Hospital amplo, ainda não inaugurado, o serviço de captação planejado, da água do rio e sua distribuição, depois da decantação e filtragem.

Sai-se dali com o espírito arejado, principalmente ouvindo nos degraus do cais, a viola e aquelas cantigas de cego, preto velho, velhíssimo, mas não cansado do todo, como talvez o ateste a companheira ao lado, que recolhe os desvalorizados cruzeiros das espórtulas... (FREITAS, 1960, p. 147-8).

Nos dois depoimentos, como se observa, fica evidente que repercutia em Manga, tal qual ocorria no país, um discurso que associava os ganhos materiais com a idéia de progresso, por outra, característica da modernidade no Brasil propalada a partir da instituição do governo Vargas. Entre os dois depoimentos há, no entanto, uma distinção bem acentuada quanto à abordagem: enquanto Salomão de Vasconcelos destaca como sinônimo dos benefícios auferidos por Manga a associação dos poderes político e econômico exercido pelos coronéis, quando o coronel Bembém ocupa o cargo de prefeito e o coronel João Pereira o de líder, naquele momento, da CMIE; Freitas informa, por outro lado, a permanência dos ganhos materiais conquistados pelo lugar nas décadas que se seguiram à inauguração da CMIE, e destaca ainda como se efetivava de forma direta a presença do Governo Federal por meio da C.V.S.F.⁷ Nesse sentido, é importante ressaltar que o processo de modernização pelo qual passava Manga ganhava mais um impulso com a participação do Governo Federal em ações de desenvolvimento do Vale do São Francisco, condição que, ao que tudo indica, teria sido também vantajosa para a manutenção do poder do grupo político liderado pelos coronéis Bembém e João Pereira.

Ainda no intuito de entender os processos de transformação pelo qual passava Manga naquele período, tome-se o exemplo do crescimento populacional, quando entre 1925 e 1940

⁷ A Comissão do Vale do São Francisco foi criada em 15 de Dezembro de 1948 por força da Lei nº 541, e tinha como atribuição promover o desenvolvimento do Vale do São Francisco, por meio de ações relacionadas à “regularização do curso de seus rios, melhor distribuição de suas águas, utilização de seu potencial hidroelétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização dos seus transportes, incremento da imigração e da colonização, assistência à exploração de suas riquezas.” (BRASIL, 2009).

houve um acréscimo de 9,46% no número de habitantes, que passou de 16.798 para 18.387. Já entre 1940 e 1950, o aumento foi ainda mais significativo: 15,81%; atingindo o número de 21.294 habitantes. Como se vê, em 10 anos, durante a década de 1940, o crescimento da população de Manga foi bem superior aos 15 primeiros anos da existência do município. Levando-se em conta as estimativas do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, que previa uma população de 22.519 habitantes em 1955, comparando-a a 1940, num intervalo, portanto, de 15 anos, o crescimento populacional atingiria 22,47%; número superior em 137,53% ao mesmo intervalo de 15 anos do período anterior a 1940. (IBGE, 1959). Esse crescimento populacional vertiginoso, sobretudo a partir da década de 1940, associa-se ao *boom* econômico pelo qual passava Manga em virtude, sobretudo, das atividades da CMIE, que se constituía em um grande atrativo de emprego, direto e indireto, na região.

Especificamente em relação às atividades produtivas em Manga observa-se, conforme dados do Censo de 1950 (IBGE, 1959), uma diversidade acentuada de atividades no setor terciário em comparação com aquilo que foi informado por Silveira (1926) quanto ao ano de 1925 e a presença significativa, tratando-se de uma cidade pequena, de pessoas envolvidas no setor secundário, com 186 indivíduos (ver tabela 1). Essas informações, associadas ao fato de que 43,95% da mão-de-obra ativa estava concentrada no setor primário, e considerando ainda que 83,89% da população residia na zona rural (IBGE, 1959), sugerem que, embora o crescimento econômico fosse impulsionado sobretudo pelo setor industrial, e houvesse um incremento significativo das atividades relacionadas ao comércio e ao serviço, Manga mantinha uma característica predominantemente rural, que se explica, entre outras razões, tanto pela tradição da própria região, como pela produção dos próprios insumos utilizados pela CMIE – principalmente o algodão, o milho e o arroz, configurando-se um quadro simétrico ao que ocorria no Brasil no mesmo período.

TABELA 1
Distribuição da população segundo o ramo de atividade em 1950 – Manga, MG

	População presente de 10 anos e mais			
	Homens	Mulheres	Números absolutos	% sobre o total geral
Agricultura, pecuária e silvicultura	5.563	644	6.207	43,95
Indústrias extrativas	9	-	9	0,06
Indústrias de transformação	144	33	177	1,25
Comércio e mercadorias	109	7	166	0,82
Prestação de serviços	59	116	175	1,23
Transporte, comunicações e armazenagem	86	5	91	0,64
Profissões liberais	4	1	5	0,03
Atividades sociais	4	35	39	0,27
Administração pública, Legislativo e Justiça	33	6	39	0,29
Defesa nacional e segurança pública	14	-	14	0,09
Atividades domésticas, não remuneradas e atividades escolares discentes	230	6.495	6.495	45,99
Condições inativas	463	301	764	5,40
Total	6.718	7.413	14.131	100,0

Fonte: IBGE, 1959

Em termos de estrutura, na década de 1950 era evidente o crescimento tanto da cidade de Manga, como do município, que era cortado por 120 km de estradas de rodagem; contava com um dos portos mais movimentados do Vale do Rio São Francisco; dispunha de 3 caminhões para o transporte de carga e pessoas; e possuía campo de pouso de avião. Na cidade existiam 5 estabelecimentos comerciais atacadistas e 63 varejistas; 6 pensões, e 2 correspondentes bancários. O município contava ainda, em 1954, com 34 escolas, com 1.818 alunos matriculados, conforme dados do IBGE (1959).

Como pode se observar, entre 1936 e 1958 foi evidente a intensa relação que se estabeleceu entre as atividades da CMIE e as conquistas em infra-estrutura e econômica da cidade de Manga. Nesse ínterim, tem-se que os processos de mudança em que vivia o lugar estavam intimamente relacionados aos interesses políticos e econômicos dos dois principais líderes locais, os coronéis Bembém e João Pereira, que tanto conduziam a vida política como a econômica de Manga. Considerando esse cenário, na seção seguinte, o objetivo é identificar alguns aspectos predominantes da modernidade em Manga.

3.3. *Que modernidade é essa?*

Nesta seção procurar-se-ão localizar as nuances da modernidade em Manga, no sentido de que possam contribuir para se entender o impacto que esse fenômeno provocou nos modos de vida daqueles moradores entre 1936 e 1958. É oportuno ressaltar ainda que, dado o caráter fugidio da modernidade, no sentido de que nem sempre seja possível estabelecer os limites entre o que é moderno e o que não é, a pretensão desta investigação não se assenta, em absoluto, em construir um entendimento definitivo da modernidade em Manga nesse período. Pretende-se, ao contrário, identificar elementos que possam contribuir para fazer dialogar os modos de vida predominantes até então, com aqueles que passaram a fazer parte do cotidiano local, impulsionados, sobretudo, pela CMIE.

No que se segue, a modernidade em Manga pode ser apreendida considerando-se dois elementos emergentes naquela realidade – conforme se verificou no processo de levantamento de documentos para análise. Por um lado, a presença efetiva da racionalidade burocrática, no sentido apresentado por Weber (1994b); e por outro, o vínculo direto da modernidade com a idéia de progresso. Não se quer dizer com isso, no entanto, que a modernidade em Manga naquele período se restringisse a apenas essas duas dimensões. O que se verificou é que esses dois elementos, dada a maior evidência, satisfizeram os critérios previamente estabelecidos para o desenvolvimento das análises.

Especificamente em relação à racionalidade burocrática, nota-se que entre 1936 e 1958 tanto a CMIE, em face de sua singular importância nos aspectos econômicos, políticos e sociais, como os poderes públicos municipais, como representantes legítimos do Estado, eram seus efetivos promotores. Até então, a experiência com a burocracia em Manga restringia-se a esparsas interferências e pouca presença do Estado constituído. Manifestou-se por meio da Igreja Católica, que durante um longo período foi vinculada ao Estado; pela criação de um Cartório de Registro Civil em 1889; pela cobrança de taxas e impostos vinculados às atividades comerciais, sobretudo, em relação ao comércio fluvial; e por eventuais interferências diretas do Estado em contendas ou conflitos armados, como o que ocorreu em 1879, quando quase a totalidade da população participou de violentas disputas entre grupos rivais de Januária, como relatado por Sampaio (2002).

Com a criação do município em 1924, quando se instalaram as instituições públicas, bem como se fixaram as regras sociais por meio das leis, esta realidade mudaria. No entanto,

não se trata de afirmar que de uma hora para outra a população se viu desprovida de seus valores, códigos, posturas, hábitos, costumes e práticas, mas, sobretudo, de dizer que emergia de forma prática a modernidade em um de seus mais significativos aspectos – a efetivação direta das características do Estado Nacional.

Desse modo, pode-se inferir que a racionalidade burocrática passou a modificar de forma mais incisiva o cotidiano local a partir da instituição das primeiras leis municipais⁸. A determinação de normas de conduta e preceitos por meio de regras fixas, (como pode ser observado nas leis: nº 1, de 31 de Outubro de 1924, que trata da Lei Básica do Município; nº 2, de 31 de Outubro de 1924, que se refere ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores; e nº 3, de 06 de Novembro de 1924, que trata da estrutura de arrecadação do município – mesmo em se tratando de situação ideal), bem como a proximidade dos poderes municipais legais, no sentido da promoção da coação, deslocou em grande medida as representações e práticas das referências familiar e coletivo-comunitária para a esfera da burocracia.

Na década seguinte, além da ampliação da interferência burocrática do Estado promovida pelo governo Vargas – observado localmente, por exemplo, por meio da atribuição de novas funções ao poder público municipal, como a instituição do cargo de prefeito e do Conselho Consultivo Municipal, com poderes de decisão sobre os mais diferentes aspectos da vida cotidiana –, outro importante acontecimento veio corroborar com a institucionalização da burocracia como elemento referente da vida daqueles moradores. Trata-se da implantação da CMIE, que passara nos anos seguintes a instituir novas formas de relação econômica, com efeitos diretos tanto nos aspectos políticos, como sociais.

Em termos práticos, dado a dimensão do empreendimento, pode-se tomar como exemplo de racionalidade burocrática implementada pela CMIE, entre outros, o complexo sistema de aquisição de algodão. A instituição de contrato de financiamento e compra do algodão produzido no município e na região interferiu diretamente nas práticas agrícolas tradicionais, orientadas até então, grosso modo, para o abastecimento familiar e comunitário e para o pequeno comércio. A ausência de instituições bancárias e a premente necessidade do produto para industrialização e posterior comercialização, fez surgir um sistema de financiamento próprio, que, por meio de intermediários – os “compradores da Usina”, como relataram Antônio Bandeira (68 anos) e Seu Sátiro (80 anos) – chegava aos produtores finais. Desse modo, estabelecia-se um vínculo contratual entre a CMIE, os intermediários – aqueles

⁸ É importante ressaltar que no período em estudo a presença do Estado federado e do próprio governo federal em cidades pequenas se dava fundamentalmente por meio dos poderes municipais.

que adquiriam o produto diretamente e repassam para CMIE – e os produtores. Conforme descrito por Seu Sátiro (80 anos) esse teria sido o modelo predominante na região:

Não tinha banco para a gente trabalhar naquela época. Então, aqueles... tinha o velho Paulo, o Erasmo, aquele pessoal velho que mexia com depósito, e eles faziam assim: na época de fazer a roça eles arrumavam o dinheiro pra gente. Empresta sem juro, sem nada. Aí precisava, por exemplo, de 500 reais. Reais não, Cruzeiro. Não, não é Cruzeiro é “minreis” (Mil Reis). Aí chegava lá e dizia eu quero um dinheirinho, eu quero 500 “minreis” (Mil Reis). Pegava... voltava... Aí vinha fazer o serviço. Quando aquele acabava, se eu precisasse tornava voltar lá. E aí no tempo da safra eu tinha que vender tudo para eles. E ainda não tinha juro, não tinha nada, eu vendia pra eles e eles vendiam para companhia. Naquele tempo era uma mixaria, mas era bom. Dava tudo certinho. A gente pagava e sobrava pra gente. Aqui na região todo mundo plantava algodão. E caiu a crise aqui depois que acabou o plantio de algodão aqui na região. Porque aquilo ali era um dinheirinho sagrado que a gente tinha. A lavoura de algodão que acabou aqui foi a que fez mais falta. Todo mundo plantava algodão. Todo mundo na época da colheita tinha dinheiro. E todo mundo vivia melhor do que hoje.⁹

Como se observa, o sistema de financiamento implementado pela CMIE, além de garantir a regularidade da produção e ganho mais ou menos “certo” para os produtores de algodão, atividade então predominante, pois “todo mundo plantava algodão”, também instituiu novas formas de relação social. O produtor que recebia o financiamento, disponibilizado conforme a sua necessidade – “Quando aquele acabava, se eu precisasse tornava voltar lá” – comprometia-se com repasse da produção para a CMIE. Desse modo, diante de um benefício, ou seja, a possibilidade do ganho imperava uma série de decisões que não remetida necessariamente ao universo familiar e comunitário dos produtores – exceto, provavelmente, em relação à decisão de plantar –, mas dependia diretamente do conjunto de circunstância que regia o funcionamento da CMIE, como, por exemplo, disponibilidade de recursos para o financiamento, estrutura de transporte, de armazenamento e de capacidade produtiva da própria CMIE, mercado consumidor etc.

Vê-se ainda a emergência da lógica da esfera econômica, no sentido de que a própria existência das famílias envolvidas estava diretamente relacionada àquele tipo de produção. Considerando que “caiu à crise aqui depois que acabou o plantio de algodão aqui na região”, pode-se inferir que com os ganhos “regulares” possibilitados pela eficiência do modelo de financiamento e compra de algodão implementado pela CMIE, surgiram novas necessidades e demandas que se orientavam não mais pela relação direta com a exploração dos recursos naturais disponíveis, como até então prevalecia, mas pelos ditames do mercado capitalista, que em face do lucro, instiga outros tipos de consumo. Dito de outro modo, a idéia de “crise”

⁹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 03/03/07.

se refere não às práticas tradicionais de produção, mas à diminuição do poder monetário das pessoas envolvidas com a produção de algodão, o que caracteriza o determinismo da lógica econômica em certos aspectos da vida cotidiana daquelas pessoas.

Ainda em relação aos efeitos da lógica da esfera econômica na sociedade manguense, pode-se observar a própria constituição da sociedade anônima (ver figura 6) que permitiu a criação e funcionamento da CMIE. Considerando que para a sua criação foram reunidos recursos de 65 sócios locais, conforme descreveu Lacerda (1964) – número significativo para uma cidade pequena –, a constituição daquele modelo de sociedade, ímpar, até então, na história da cidade e do Vale do Alto-Médio São Francisco¹⁰, corroborou para efetivar percepções, entendimentos e a própria prática de relações sociais em que os fundamentos se assentavam não mais nas experiências herdadas, visto que, as decisões de produção e comercialização não se reduziam às necessidades imediatas dos indivíduos, das famílias e da comunidade, mas, de outra forma, aos ditames do mercado.



Figura 6: Ação da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A

Fonte: Imagem produzida pelo autor a partir dos arquivos pessoais de Hamilton Costa

Ao comentar que o que possibilitou a implantação da CMIE em Manga foi a sociedade constituída sob a tutela dos coronéis Bembém e João Pereira – “Os sócios, moço, era seu João

¹⁰ Conforme consta de registro feito no Livro de Honra da Prefeitura Municipal de Manga de 07 de dezembro de 1936, relativo à visita do então Governador do Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares e de uma comissão que constava, entre outros, de Carlos Luz, Otacílio Negrão de Lima e Juscelino Kubitschek.

Pereira. Quem era o chefe daí era seu Bembém, que era o pai de Pedro Pastor, era o Domiciano Pastor. Nessa época teve a sociedade com muitos que moravam no centro e tinha recursos, tinha algodão, porque tinha aquelas plantações”¹¹ –, Dona Dita (85 anos) lança luz sobre os efeitos da lógica da esfera econômica no cotidiano daquelas pessoas, quando distingue a sociedade entre os que detêm certo poder econômico e, portanto, residem no centro da cidade, e uma outra parcela da população que moraria na periferia. Se por um lado, tal observação trata-se de uma representação que efetivamente podia não corresponder à realidade, quando comparada ao histórico de boa parte daquela população ganha significado, haja vista que as relações econômicas que acentuavam as distinções de classe não eram preponderantes, como será discutido no próximo capítulo.

Evidencia-se, objetivamente, nessas duas situações os efeitos da modernidade nas práticas locais por meio da lógica da esfera econômica, que, ao levar para o cotidiano daquelas pessoas novas formas de relacionamento e novas percepções de mundo, contribuem decisivamente para alterar seus modos de vida.

A percepção da modernidade em relação ao progresso, idéia recorrente no Brasil desde o século XIX (IANNI, 1996), emergiu em Manga, conforme se verá a seguir, de maneira mais visível. O próprio processo que possibilitou a transformação do lugar em sede do município informa os ganhos políticos, econômicos e sociais de Manga em relação a outras localidades que seria por ela incorporada como distrito ou povoado, quando da criação do município e mesmo em relação a outras cidades do Vale do Alto-Médio São Francisco. Nesse aspecto, a idéia de progresso em Manga é fortalecida com a instituição dos poderes públicos municipais, considerando o entendimento de Ianni (1989, p. 5) de que uma das características determinantes da concepção de progresso no sentido de modernidade é que “a ordem social é uma exigência dos interesses representados ou simbolizados no governo, regime, estado.” Dito de outro modo, a partir da constituição do município e da legitimação dos poderes municipais emergiu a idéia de progresso relacionada à melhora da infra-estrutura da cidade, a ampliação e melhora dos serviços públicos e a ganhos materiais, entre outros.

Considerando que esses elementos ocorreram simultaneamente, numa interação em que se alimentavam mutuamente, é possível construir entendimentos dos processos de modernização em Manga orientados pelo viés do progresso. Afora a percepção que se criou desse fenômeno com a emancipação do município e a elevação de Manga a qualidade de Vila, foi a partir da década de 1930, no entanto, que o progresso se evidenciou com maior intensidade. Antes mesmo da implantação da CMIE, a inauguração da E.E. Presidente

¹¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.

Olegário Maciel (ver figura 7) em 1934 representou, dada a imponência da construção e a repercussão que o ensino público significava para a sociedade, um marco dos ganhos materiais em Manga. Exemplo do significado dessa obra pode ser auferido pela presença do então Governador do Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares, em sua inauguração.



Figura 7: Inauguração da E.E. Presidente Olegário Maciel
Fonte: Domínio público

De outro modo, uma observação de Dona Dazinha (80 anos) sinaliza a forte relação entre a CMIE e o progresso, ao destacar que durante muitos anos em Manga “A única melhora que teve foi a escola: o Olegário Maciel. No tempo de Valadares, Assis Chateaubriand, desse povo aí. Foi melhorando. Não tinha escola, só tinha escola noturna. [...] Foi depois da Companhia. Os empregados da companhia cansou de estudar.”¹² Mesmo considerando que a inauguração da E.E. Presidente Olegário Maciel antecedeu a da própria CMIE, o que se visualiza é que se estabeleceu uma relação direta, no imaginário popular, da CMIE, em face da sua influência econômica, política e social, com outros ganhos da modernidade em Manga.

Por esse aspecto, a partir de 1936, com a implantação da CMIE, Manga passou a experimentar ainda de forma mais intensa o progresso, uma vez que se instituiu em escala significativa algumas características da modernidade. Entre outras, pode-se destacar o trabalho assalariado, com a institucionalização da classe operária – importante elemento do mundo moderno; o impulso às atividades comerciais sem precedentes de forma direta e

¹² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

indireta, como descreveu Antônio Bandeira (68 anos), ex-funcionário da CMIE, ao informar que nenhuma outra atividade competia, em “destaque e posição com a Usina”, pois “a Usina era o grande motor de tudo isso”;¹³ além da efetiva participação da CMIE nas benfeitorias que dava ao lugar os ares de modernidade em face das mudanças, não só nos aspectos materiais, como também nos sociais e políticos, como se verá a seguir.

De outro modo, ao que tudo indica, é provável que se instituísse ainda em maior amplitude os próprios preceitos do liberalismo, caracterizados pelas relações capitalistas e, conseqüentemente, pela intensificação do individualismo, quando os elementos da burocracia passaram também a competir com os padrões familiar e coletivo-comunitário de relação social.

Tal foi a importância desses dois empreendimentos em Manga – a E.E. Presidente Olegário Maciel e a CMIE – que mereceram destaque no registro feito no Livro de Honra da Prefeitura Municipal de Manga quando da visita da comitiva do então governador do Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares, em 07 de dezembro de 1936. Em relação à CMIE, informou-se a sua singularidade como empreendimento industrial no Vale do Alto-Médio São Francisco, e evidenciou-se a relação da modernidade com a idéia de progresso: “*é uma obra que nos impressionou da maneira mais agradável, porque vai concorrer para o desenvolvimento econômico desta terra.*” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA, 1936).

Em relação direta com a estrutura da cidade, a contribuição mais visível da CMIE, conforme os inúmeros relatos feitos, a exemplo do que disse D. Dita (85 anos), foi o fornecimento de energia elétrica (ver figura 8). Perguntada sobre as mudanças que ocorreram em Manga com a implantação da CMIE, a resposta imediata foi: “mudou moço, mudou muito, você sabe por quê? Porque até luz da companhia... Porque antigamente era lampião, não tinha luz elétrica, e depois da companhia foi que teve. Era só até doze horas da noite que a luz ficava, depois apagava. Fornecia luz pra rua, pras casas, pra tudo.”¹⁴ Nesse caso, como pode ser observado, o benefício do fornecimento de energia elétrica se contrapõe ao passado, representado pelo lampião, que até então era utilizado na iluminação de ruas e residências, dando significado concreto à idéia de modernidade no cotidiano local.

De um trecho do depoimento de Dona Dazinha (80 anos) podemos destacar outro importante elemento que justificava a idéia de progresso que se disseminava em Manga naquele período, ao observar que a disponibilidade de energia elétrica para as residências contribuiu para alavancar o trabalho remunerado, que também passou a ser disponibilizado

¹³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 31/07/09.

¹⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.

para as mulheres: “Aí quando veio à luz melhorou um pouco, porque elas (as mulheres) remendavam saco nas casas. Outros iam preparar o algodão. Gerou muito serviço para muitas pessoas, pra jovens, pra idosos.”¹⁵

A importância da energia elétrica fornecida a Manga pela CMIE foi destacada também por Lacerda (1964, p. 78-9) quando de sua visita à cidade em 1937: “O grande orgulho de Manga é a luz, realmente superior à de todas as cidades ribeirinhas, produzida por uma bomba de aspirar água do S. Francisco (7 metros de sucção por 35 de elevação), alimentando a caldeira com a capacidade de 8.400 litros por hora.”

Como se observa nos relatos, a idéia de progresso em relação à modernidade em Manga estava diretamente relacionada ao conforto e a comodidade material proporcionado pelo fornecimento de energia elétrica pela CMIE, como também pelo incremento dos ganhos facilitados pelas atividades produtivas; o que, desse modo, se converteu em “orgulho” para aquela população.



Figura 8: Iluminação pública e residencial (Rua Olegário Maciel, Manga, possivelmente década de 1940)
Fonte: Domínio público

Nas décadas de 1940 e 1950, o crescimento econômico da CMIE, trouxe para Manga uma série de outros benefícios que também se vinculavam à idéia de progresso que se disseminava pelo lugar. Exemplo disso foram os ganhos tecnológicos auferidos pelo município, entre eles a irrigação com equipamentos de vanguarda importados da Inglaterra,

¹⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

feito por meio da Fazenda Manga de propriedade dos Diários Associados, que destacou o município regionalmente em relação à produção agrícola; e também a introdução de uma espécie de algodão mais produtivo, que provocou um aumento substancial na produção local e regional, beneficiando, sobretudo o pequeno agricultor. A importância dessa inovação foi destacada por Antônio Bandeira (68 anos):

Eu me lembro que meu pai era comerciante, comprava algodão para a Usina, e eu tenho assim gravado na minha memória, que a introdução do algodão herbáceo foi uma inovação tecnologia importante para a região. Trabalhava-se como o algodão seridó, que era um algodão perene – várias colheitas da mesma planta –, e depois a usina começou a comprar o algodão herbáceo – não sei se você já ouviu esse depoimento. O algodão herbáceo era uma semente nova, e uma semente nova sendo introduzida aqui, com um conteúdo tecnológico certamente inovador, porque ela aumentava a produtividade da terra, aumentava a produtividade da mão-de-obra, e resultava num ganho econômico e de qualidade para a fibra. O algodão herbáceo teve um papel muito importante aqui na região. Isso aí deve ter sido tudo na década de cinquenta, ou final da de quarenta – eu não sei precisar bem.¹⁶

Em outro importante setor, os transportes, tanto a presença como a influência da CMIE foram decisivos para a sua dinamização. No transporte fluvial, em face do volume de produtos negociados pela CMIE, o porto de Manga passou a ser no período um dos mais movimentados do Vale do Rio São Francisco, o que ensejou a necessidade de melhoras em sua estrutura, concretizado com a construção do cais em fins da década de 1940 (ver figura 9). Em relação ao transporte terrestre, vê-se que a necessidade de transportar o algodão e outros produtos beneficiados e/ou comercializados pela CMIE provocou a construção de estradas e a conservação das mesmas e das que já existiam. Nesse setor, a presença da CMIE teria sido ainda mais significativa, considerando que corroborou diretamente para a sua dinamização, não só no sentido dos transportes de carga, como também de pessoas. Exemplo disso pode-se ver no financiamento feito com recursos próprios da CMIE em 1947 à Prefeitura Municipal de Manga para aquisição de um caminhão, que posteriormente foi incorporado aos bens da própria empresa e destinado ao transporte de pessoas entre a cidade e os distritos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA, 1945).

¹⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 31/07/09.



Figura 9: Construção do cais (fins da década de 1940)

Fonte: Domínio público

Esses dois exemplos evidenciam a efetiva relação que se estabeleceu entre a CMIE e os processos de modernização em Manga por meio do progresso, condição que também se materializa nas próprias percepções do poder municipal, como pode ser observado na Resolução nº 1 de 16 de Fevereiro de 1947 da Prefeitura Municipal de Manga, que diz: “Tendo em vista que a aludida Cia., concessionária de importante serviço público que é a iluminação pública desta cidade, é a maior firma comercial e industrial do município, ao qual tem prestado reais e inestimáveis serviços, sendo, sem favor, a maior propulsora do nosso desenvolvimento econômico” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA, 1945).

Vê-se ainda, conforme o apresentado, que tanto a racionalidade burocrática como o progresso, elementos que informavam o processo de modernização pelo qual passava Manga naquele período, associavam-se por meio da efetiva participação dos coronéis Bembém e João Pereira nos rumos econômicos e políticos da cidade. De outro modo, estes elementos eram fundamentais para a própria manutenção do *status quo* daqueles coronéis. No capítulo seguinte essa discussão será retomada, no sentido de analisar os efeitos diretos desses fenômenos no cotidiano daqueles moradores.

Como uma primeira conclusão, pode-se observar que, aos moldes de Iglésias (1993), Fausto (2002) e Carvalho (2003), em Manga prevaleceu uma “modernidade conservadora”, associada, sobretudo, à idéia de progresso, que naquele período qualificava a modernidade no Brasil, sustentada pelo avanço significativo da racionalidade burocrática. Observa-se ainda que a modernidade estava intimamente relacionada à manutenção do *status quo*, dado que a idéia de progresso, cristalizada nas conquistas materiais e simbólicas da cidade, positivava as relações de domínio que se verificavam tanto nos aspectos econômicos, como também no político e no social.

De outro modo, essa era uma estrutura que se alimentava pela conciliação dos interesses da elite local com a elite estadual, em consonância com o modelo nacional vigente, objetivando a conservação do poder, como se verificou nos mais de 30 anos de domínio político do grupo liderado pelos coronéis Bembém e João Pereira. A lógica que regia tal situação se apoiava na idéia de que cabia ao Estado interferir na sociedade, no sentido de garantir a ordem, a estabilidade, o progresso e o bem-estar dos cidadãos.

No capítulo seguinte, se discutirá as características da sociedade manguense naquele período, considerando sua formação histórica; o impacto que a modernidade provocou nos modos de vida daqueles moradores; e as especificidades desse fenômeno em relação aos moradores da Rua do Cascavel – primeira e única rua operária em Manga.

4. A *SOCIEDADE MANGUENSE: entre a tradição e a modernidade*

A experiência com a modernidade em Manga entre 1936 e 1958 colocou em lados opostos duas realidades. Por um lado, por meio da modernidade foram criadas novas necessidades e expectativas. Como se viu, as mudanças pelas quais passava o lugar eram evidentes; modificavam as percepções de mundo e, conseqüentemente, as relações sociais. Por outro, a trajetória histórica do lugar, relacionada tanto aos processos de ocupação do Vale do Rio São Francisco, como a importância que as migrações tiveram para formação da sociedade manguense, como se verá a seguir, foram elementos significativos na constituição das diversas formas de sociabilidade que ali se desenvolveram. É a partir daí que se pretende apreender o impacto que a modernidade provocou nos modos de vida daqueles moradores no período demarcado.

4.1. *A sociedade manguense: sua formação histórica e características*

A cidade de Manga, localizada no Vale do Alto Médio São Francisco, tem sua origem da Fazenda de Amador Machado, fundada na década de 1830 (COSTA, 1997). Os processos de ocupação dessa região, no entanto, são bem mais antigos. Conforme Prous (2006) há vestígios da presença de grupos humanos nessa região do Vale do Rio São Francisco desde 9.000 A.P.¹⁷ Quanto aos colonizadores, relatos informam a sua presença desde meados do século XVI¹⁸, e a fixação destes a partir do século XVII, por meio das expedições baianas e paulistas (PIRES, 1979). No mesmo período se tem informação da presença de povos de origem africana nas fazendas de gado que foram implantadas na região. (NEVES, 1998).

Dado a diversidade das relações sociais que se desenvolveram nessa região, ao longo, sobretudo, dos últimos 400 anos, quando diferentes grupos sociais se mesclaram ou rivalizaram-se, originou-se ali complexas formas de sociabilidade que provocariam o surgimento de sociedades distintas em vários de seus aspectos. Inúmeros estudiosos, pelo menos desde o século XIX, a exemplo de Halfeld (1998) e Sampaio (2002), têm dedicado

¹⁷ Antes do Presente.

¹⁸ A primeira expedição de europeus a singrar o Vale do Médio São Francisco foi a de Espinosa e Navarro em 1554. (ABREU, 1988).

esforços no sentido de tentar identificar e analisar suas características. Nesse sentido, independentemente de tentar entendê-la considerando que “sofrera” certo isolamento em relação ao Brasil, como querem alguns, a exemplo de Unger (1978) e Mata Machado (1991), ou não, o fato é que no Vale do Rio São Francisco formou-se tipos de sociedades que contribuíram para a configuração da unidade nacional, como expressaram Cardoso (1979) e Abreu (1988), ou ainda para se entender a própria sociedade brasileira, como defende Costa (2003).

Especificamente em relação a Manga, entre 1936 e 1958, afora aqueles descendentes dos moradores que se fixaram no lugar ainda no século XIX, era significativa a presença de indivíduos e famílias oriundas do Nordeste, dada a forte migração que se fazia por meio do Rio São Francisco. Destacavam-se principalmente cearenses, pernambucanos e baianos, estes chegados ao lugar, sobretudo, devido à fuga do Barulho¹⁹. Esse fenômeno social, que expulsou, conforme observado por Souza (s/d), quase toda a população de Carinhanha contribuiu significativamente para o crescimento populacional de Manga naquele período. Nas entrevistas e nas conversas informais foi recorrente a informação de que a família viera de Carinhanha, como comentado por Dona Morena (94 anos):

O que fez minha família vir para Manga foi o Barulho de dezenove. O Barão de João Duque. Disse que foi uma carta. Disse que a mulher que se chamava Lulu escreveu de uma política para outra. Então, isto rendeu: quando foi a meia-noite a Carinhanha estava cercada de jagunço – naquele tempo era jagunço –, e aí nós corremos pra aqui. Meu pai era polícia naquele tempo que chegou pra lá – ele era de Pernambuco. Então, eles o enganaram para deixar a farda para entrar na política. Então Deus tirou nós debaixo de bala, para aqui. Barulho... ninguém sabe porque, nem por que não, era barulho mesmo, de bala... muita bala. E aí o João Duque mandou chamar nós, pra lá, né. Mandou chamar meu pai pra ir embora pra lá que não ia ter mais. Então quando foi em vinte e oito formou outro Barulho e nós viemos e não voltamos mais. A gente só acabando as coisas, tudo que tinha, acabou tudo. Nós saímos só com as roupas do corpo, os jagunços “panhou” tudo, eram muitos jagunços;²⁰

Dona Dita (85 anos) afirma: “Os que vieram de Carinhanha, corrido do Barulho, chegaram, compraram casa, alicerçaram, arranjaram seu serviçinho.”²¹

¹⁹ Conflitos envolvendo coronéis na vizinha cidade de Carinhanha, BA. Na primeira fase, entre 1919 e 1920, a disputa envolveu o doutor Josepino Moreira de Castro, então intendente do lugar, e o coronel João Correia Duque. Nesse episódio houve a participação de tropas de vários coronéis do Vale do Médio São Francisco, inclusive dos coronéis Bembém e João Pereira, que ficaram a favor do coronel João Duque. Na segunda fase do conflito, em 1928, a contenda se deu entre o mesmo coronel João Duque e o intendente local João Alkmim. Mais uma vez os coronéis Bembém e João Pereira apoiaram seu antigo aliado. Ao final do conflito, o coronel João Duque assumiu o poder local e o grupo político sob sua liderança o manteve até 1982. (SOUZA, s/d).

²⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 16/10/07.

²¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.

Ao comentar sobre a sua família, Dona Dazinha (80 anos) exemplifica em detalhes essa característica da sociedade manguense. Observa-se tanto a diversidade em relação às origens, como se enfatiza também a questão da fuga do Barulho:

meu pai era é de Juazeiro da Bahia, ele morava numa ilha chamada Ilha Tamanduá. E minha mãe é descendente daqui, de índio. Quando veio esse descobrimento aqui de Manga, minha... minha... a família minha era de índio, lá pro lado do Japoré, em frente aí do vale do Japoré. Com essa matança, com essa correria de índio, minha vó foi lá pra Carinhanha. Ela não é mesmo descendente de Carinhanha. Minha mãe nasceu lá. Mas eles são descendentes daqui.

E acrescenta:

Minha bisavó foi pega com um balaio [...] na fazenda de Cecílio Lôpo – minha bisavó. Então o sangue esta aí, né. Então, eles vieram para aqui no Barulho de Carinhanha. As brigas dos coronéis lá. O coronel João Duque. Era João Duque e Josefino. Então eles se espalharam e vieram muitas famílias pra cá, dos Araújo... porque minha avó é descendente dos Araújo. Meu pai é dos Ferreira, lá de Juazeiro. E vó... o marido dela era de... Salinas, não. Esqueci o nome do lugar da cidade da Bahia. Então, ela tinha três filhos. Minha mãe casou com meu pai aqui, aí eu nasci aqui. Sou manguense: com sangue de baiano, de mineiro, de índio.²²

Para mais bem entender as características da sociedade manguense entre 1936 e 1958 serão investigados dois desses vestígios do passado. Trata-se da influência do colonialismo, no sentido de que se estabeleceu uma sociedade fortemente hierarquizada, em que houve, grosso modo, a imposição de subalternidade à maioria da população pela elite colonial, gerando, por sua vez, o que vamos chamar aqui de relações entre grupos sociais distintos; e, em outra vertente, como se instituíram as relações sociais fundamentadas no caráter coletivo-comunitário. Nesse sentido, o entendimento é que as relações sociais se consubstanciavam por meio da troca e da reciprocidade (MAUSS, 1974), gerando a perspectiva do compartilhamento, como será discutido no transcórre desta seção.

Para se entender a formação da sociedade manguense balizada em relações entre grupos sociais distintos é preciso retornar ao processo de expansão da colônia lusitana na América em direção ao Vale do Médio São Francisco no século XVII. A partir daquele momento, a crescente presença de colonizadores de origem européia provocou a instituição de modelos de sociedade caracterizadas pela imposição política, social, religiosa e econômica de indivíduos e pequenos grupos que fundaram ou ocuparam núcleos habitacionais ao longo do Vale do Rio São Francisco. Grosso modo, pode-se dizer que era por meio da expansão pecuária, da exploração dos recursos naturais, da perseguição e destruição de sociedades

²² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

nativas ou de quilombos, acompanhada por doação de terras e títulos feita pela coroa portuguesa, que estes indivíduos se fixavam.

A evidência desse modo de sociedade baseada em relações entre grupos sociais distintos se reporta, por um lado, ao próprio caráter da ocupação espacial, quando era preciso estabelecer relações de poder para salvaguardar os interesses coloniais; e por outro, pela formação de uma rede política interna, baseada em laços familiares ou de interesses econômicos que respaldaria a preservação do próprio grupo dominante. Tome-se o exemplo do poder constituído por Manuel Nunes Viana²³, que conforme consta tanto do imaginário popular local, como da própria historiografia, tratava-se de um homem extremamente poderoso que se auto-intitulava o “cangussu do Brasil” – referência ao animal mais feroz que habitava o interior da colônia –, desafiando inclusive as ordens da coroa portuguesa, como relatou o Conde de Assumar, então governador da Capitania de Minas Gerais, ao dizer que seria muito mais fácil aos súditos desobedecerem a uma ordem real do que a uma sua. (GOLGHER, 1982). Nesse exemplo, recorrente, ao que tudo indica, entre a classe dominante, fica evidente, conforme já observado por historiadores brasileiros a exemplo de Freyre (1983), Prado Jr. (1975) e Furtado (1999), como a classe dominante colonial impôs seus interesses diante dos demais grupos sociais e mesmo em relação aos poderes coloniais constituídos.

Relatos de exploradores estrangeiros que visitaram a região no século XIX confirmaram não apenas a constituição de núcleos habitacionais fundados em relações entre grupos sociais distintos, como também instituíram outro valor que permearia essas relações ulteriormente. Trata-se das questões raciais. Exemplo disso foi o que descreveu o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (2000), que estivera na região em 1817, sobre a importância que os descendentes de Matias Cardoso de Almeida²⁴ ainda gozavam na região em detrimento de uma população substancialmente não-branca. Outro vestígio que caracterizava esse tipo de sociedade foi deixado pelo explorador inglês Richard Burton (1977), que percorrera o Vale do Alto-Médio São Francisco em 1867, ao destacar que entre uma população predominantemente de pessoas escuras, o rosto mais claro indicava sempre uma posição social privilegiada. Nesse sentido, a instituição do caráter racial nas relações entre grupos sociais distintos – tema recorrente desde fins do século XVIII no mundo ocidental, propulsionado pela ciência

²³ Principal líder do movimento Emboaba que eclodiu na região mineradora de Minas Gerais no início do século XVIII. Conforme informa GOLGHER (1982), Manuel Nunes Viana viveu na Fazenda Tabua nas proximidades do lugar em que surgiria mais de um século depois o núcleo habitacional que deu origem a cidade de Manga.

²⁴ Foi o principal líder bandeirante que se fixou na região em fins do século XVII.

européia – se reportaria, quanto à especificidade brasileira, sobretudo, ao domínio econômico, político, religioso, social, entre outros, pela elite de origem européia.

Para mais bem caracterizar o significado dessa situação na composição de parte significativa das sociedades que se constituíram no Vale do Alto-Médio São Francisco, tome-se de Neves (1998) a seguinte observação em relação à estrutura social da região em fins do século XX:

Quem viaja pela região pode ainda constatar a predominância do homem branco nas classes dominantes e nas categorias sociais intermediárias, ao passo que os negros e mestiços (conhecidos como mulatos e cafuzos) integram a grande massa que forma as categorias subalternas constituídas de trabalhadores não qualificados, no campo e nos centros urbanos. (NEVES, 1998, p. 194).

Em relação à Manga, essa distinção social fundada em relações entre grupos sociais distintos está no cerne da constituição da própria sociedade, que, como já observado, originou-se da fazenda de Amador Machado, então um dos potentados do Vale do Alto-Médio São Francisco durante a primeira metade do século XIX. Herdeiro dessa tradição foi o coronel Joaquim Lôpo Montalvão, que por meio de atividades comerciais e da exploração pecuária e agrícola exerceu o domínio político, econômico e social em Manga durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Para exemplificar materialmente aquela realidade em Manga, tome-se o exemplo das residências. Enquanto a grande maioria da população morava em construções simples e pequenas²⁵, oferecendo pouco ou quase nenhum conforto (ver figura 10), as maiores construções demonstravam, grosso modo, a inclusão daquela família no *status* social mais elevado (ver figura 11).

²⁵ Essa situação em relação às casas pequenas se manteve até meados da década de 1930, quando construções maiores começaram a prevalecer, conforme consta nos Livros de Alvarás de Licença para Construção e Reconstrução da Câmara Municipal de Vereadores de Manga de 1924, e da Prefeitura Municipal de Manga de 1931.



Figura 10: Rua Olegário Maciel (provavelmente antes da inauguração da CMIE)
Fonte: Domínio público



Figura 11: “Sobrado da beira do rio”
Fonte: Domínio público

Os efeitos mais visíveis daquelas relações entre grupos sociais distintos na primeira metade do século XX em Manga, fruto do período colonial, podem ser verificados quando da instituição de relações sociais, políticas e econômicas hierarquizadas promovidas pela elite dominante, como observou Dona Dazinha (80 anos):

Era uma política de primeira e segunda aqui na Manga, que eu vou te falar. A turma que era da primeira era a turma dos funcionários, do povo de Bembém, do povo de João Pereira. Esse povo aí era de primeira. Quem trouxe isso aí foram as Marianas. E de segunda eram os empregados da companhia. Era de segunda porque eram empregados, né. Eram os empregados, as lavadeiras, as faxineiras, esse povo aí todo – primeira e segunda. Tinha revolta nessas coisas. Terno de Reis aqui tinha um grupo de primeira, tinha um grupo de segunda. Tinha o terno de Versinho, tinha o terno de meu pai, que era dos homens. Tinha muitos ternos de reis aqui – era animado (ênfase). Tinha divisão: de primeira e de segunda. [...] O terno de Versinho mais o de meu pai eram de segunda. O de primeiro era lá de Mariana com a turma dela. Foram elas que trouxeram essa divisão aqui pra Manga. Exigiam... é... tinha primeira e segunda. Mas, eu mesma não entrei de festa e de dança, porque eu comecei a namorar muito nova, e meu namorado era da segunda e eu era da primeira, e eu não podia dançar nenhum. Se você fosse da primeira e dançasse na segunda você caía na tapa, botava até pra correr.²⁶

Como se revela no depoimento, os efeitos dessas relações não se restringiam apenas à manutenção do *status quo* do grupo dominante, perpassava também as práticas regulares dos indivíduos e interferiam diretamente em suas representações de mundo. É possível observar que, ao mesmo tempo em que se reportava ao repúdio, quando informa que não havia tal divisão da sociedade e sendo esta imposição da classe dominante – as Marianas eram parentes do coronel João Pereira –, percebe-se também uma situação de ambigüidade no que se refere à própria posição social: se “Tinha revolta nessas coisas”, ser do grupo de “primeira” parecia indicar, no entanto, alguns privilégios, como se esquivar dos conflitos que envolviam os dois grupos, como ficou expresso no seguinte comentário: “eu mesma não entrei de festa e de dança, porque eu comecei a namorar muito nova, e meu namorado era da segunda e eu era da primeira, e eu não podia dançar nenhuma.” (esta discussão será retomada da seção seguinte).

Ao se analisar certas relações intra-grupais é possível, no entanto, identificar algumas características que se rivalizaram com a perspectiva até aqui apresentada. Se, por um lado, as elites sociais, econômicas e políticas pautavam sua existência pela afirmação de seu *status*, “determinando”, inclusive, aos demais membros sua posição no âmbito da sociedade, como ficou expresso no relato de Dona Dazinha (80 anos), por outro, uma parcela significativa da população desenvolveu outros tipos de sociabilidades. Fundamentando-se, sobretudo, em relações de parentesco, compadrio e vizinhança, além do compartilhamento de um ambiente

²⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

social comum, condições que davam sustentabilidade ao universo social (DAMATTA, 1997), ou ainda impulsionadas pelas necessidades de sobrevivência e exploração do meio ambiente, instituíram-se, grosso modo, relações sociais em que os referenciais da ordem capitalista – um dos elementos provocadores das relações entre grupos sociais distintos – eram deslocados para outras dimensões, como os costumes e as tradições, o universo mítico, o respeito aos mais velhos, as necessidades de troca etc. Veja-se o exemplo dado por Seu Sátiro (80 anos), ao descrever o cotidiano comum de homens e mulheres em Manga no período que antecedeu as mudanças sociais provocadas pelo advento da modernidade propulsãoada, sobretudo, pela CMIE:

A obrigação dos homens naquela época... as coisas eram fáceis e difíceis, mas pela lei mesmo era fácil. Porque o homem desde o casamento, ele chegava em casa e a obrigação dele era cuidar da roça, porque ele sobrevivia da roça, não tinha outro ramo. Se mexia com o gado... ele mexia com a roça dele. Tinha o dia dele de ir para o campo ver o gado, que também se criava na solta. Ele tinha o dia de correr o campo. Às vezes na volta mesmo ele ficava na roça. Ele ia... volta... Mas quando o dia amanhecia a primeira coisa que o homem fazia: bebia o café, pegava uma lima ou uma pedra, amolava a enxada e ia para roça. Quando era onze horas chegava, almoçava, ficava por ali. Quando era uma hora voltava pra roça. E a mulher cuidando da casa. Era lavar roupa, era cuidar da casa. Eram as coisas que a mulher fazia, porque naquele tempo não tinha esse negócio de... conforme hoje.

E acrescenta:

Quando dava um caso desses, que a mulher às vezes era dessas pessoas moles, sem interesse, o que o homem fazia: ele ia onde estava o pai dela. O pai dela chamava a atenção. Chamava a atenção, e ela tinha que obedecer a ordem do pai: você tem que fazer assim, assim, você tem que cuidar da casa, porque você casou. Você hoje é dona de casa então você tem que assumir sua responsabilidade de uma dona de casa. Aí controlava. (quando ela não tinha pai quem respondia era) ou o tio, se tivesse, ou o padrinho. Aí tinha que vir, chamava a atenção e “encanava” tudo. Dava tudo certo. (Quando o homem não fazia a parte dele, da roça, do gado), era a mesma coisa. Naquela época era assim. De um lado e de outro, qualquer um que não tivesse cuidando das coisas certas, o pai ou de um ou de outro, qualquer um, com as fraquezas tinha que chamar a atenção. Era assim que vivíamos. Era assim que podia andar.²⁷

Como se percebe nesse tipo de relação – corriqueira entre os moradores de Manga na primeira metade do século XX, como também se referiu D. Morena (94 anos), ao comentar que “Pai, não, coitado andava trabalhando, plantando roça antes da hora, pra gente ter as coisas de comer. Pai trabalhava na roça e minha mãe cuidava dos filhos.”²⁸ –, a orientação dos indivíduos se pautava em laços familiares e de compadrio e estava diretamente relacionada,

²⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 03/03/07.

²⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 16/10/07.

por um lado, à posição que cada um ocupava na estrutura familiar e coletiva – observe-se no depoimento a relação entre indivíduos mais novos e mais velhos, estes portadores de certa autoridade em relação àqueles –, e por outro, se reportava ao estabelecimento de certos padrões de comportamento ligado ao cumprimento das funções a ser exercidas por cada membro no conjunto daquele universo específico, o que permite inferir a existência de outros padrões de relacionamento. Em consequência, como observado por Dona Dazinha (80 anos), estabeleceu-se um sentimento de pertencimento a um determinado grupo: “Naquele tempo os grandes eram lá com os grandes e os pequenos eram lixo.”²⁹

Embora fosse possível nas relações inter-grupais se construir certos sentimentos de “inferioridade”, demarcando uma posição de subalternidade no conjunto da sociedade, como se vê no comentário de Dona Dazinha (80 anos), por outro lado, constituíam-se laços mais intensos entre determinados indivíduos e famílias, como ficou expresso no seguinte depoimento:

O que eu admiro hoje, daquele tempo era a união do povo. O povo era mais unido. Só em chegar na casa sua, ô fulano você hoje não tem café. “Cê” tá triste hoje, o que foi, é o café que você não tem? Você ia na sua casa, “panhava” o café e levava. Tem muita gente aqui, vizinho da gente, morava aí... Você chegava tava todo mundo cochilando, o que é gente? O que é que tem aí, que eu não gosto de ver ninguém triste? O café. Eu já ia, apanhava o café. A gente ajudava muito, tinha muita ajuda às pessoas.³⁰

Como se vê, estabelecia-se uma lógica distinta das relações entre pessoas de primeira e pessoas de segunda. A idéia de que “o povo era mais unido” e que “a gente ajudava muito, tinha muita ajuda às pessoas” indica que o que regia essas relações sociais era a perspectiva do dar e receber – condição básica para se viver em estado de união – no entanto, sem a pretensão de afirmação de uma relação de domínio fundamentada num *status* político, social e/ou econômico. Nesse sentido, é possível inferir também que inserir-se no universo coletivo-comunitário suscitava tanto compreender as singularidades e peculiaridades daquele universo, como demandava certas obrigatoriedades. O compartilhamento nas dinâmicas cotidianas, justificando a necessidade de reação diante da adversidade, por exemplo, era condição imprescindível.

O comentário de Dona Dita (85 anos) acrescenta outras informações:

Como meu avô mesmo era lavrador, no tempo da cheia ele estava na ilha. Quando era no tempo da seca, ele passava por lado de cá, trabalhava de oleiro, fazendo telha,

²⁹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

³⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

tijolos. Era assim, fui criada assim. Tanto que eu falo com as minhas filhas: vocês não passaram a vida que eu passei. Porque eu nunca tive foi dinheiro, nunca fui rica, mas de necessidade nunca passei. Porque meu avô dava em tudo. Tinha uma canoa que vinha cheia de verdura, cheia de coisas. A vida era desse jeito. De maneiras, que tinha uma fartura. Criava galinha, porco e tudo lá na ilha. Ele tomou conta. Depois fez oficina de mandioca e ali mesmo ele fazia farinha, fazia beiju, trazia para todo mundo, era desse jeito. Eu digo: vocês não tiveram a fartura. Nunca tive dinheiro, mas fartura, graças a Deus, não faltou. As outras pessoas eram desse mesmo jeito. O meu avô fazia isso. Ele pegava a canoa e enchia de verdura, moranga, abóbora, até tomate eles plantavam lá na ilha. Ele tinha aqueles trabalhadores que faziam aquele serviço para ele, mas também ele fazia o dobro como os trabalhadores, e pegava um por um, os pescadores, ficava na coroa – antigamente tudo era à vontade, não é como hoje – ele vinha e enchia a canoa de verdura e vinha trocar como os pescadores. Trocava as verduras por peixe, cada peixe enorme. E era desse tipo, por isso que eu falo que tinha fartura.³¹

Note-se que, além da evidência da troca e da reciprocidade – “ele tinha aqueles trabalhadores que faziam aquele serviço para ele, mas também ele fazia o dobro como os trabalhadores” –, os limites daquele tipo de sociabilidade eram também informados por meio de uma lógica de produção que necessariamente não estava vinculada à economia de mercado. Nesse aspecto, anti a idéia de acúmulo, o que prevalecia era percepção de se produzir aquilo que fosse suficiente para atender às necessidades básicas: “porque eu nunca tive foi dinheiro, nunca fui rica, mas de necessidade nunca passei.” De outro modo, ao informar que “as outras pessoas eram desse mesmo jeito”, observa-se, então, que em seu conjunto aqueles elementos significavam uma condição particular de sociabilidade dentro de um universo social, político e econômico mais amplo – a sociedade mangueense.

Vê-se, desse modo, que enquanto para uma parcela da população as sociabilidades se fundamentavam na distinção entre pessoas de primeira e pessoas de segunda, caracterizadas, sobretudo, pela competição, quando era preciso estabelecer hierarquias sociais, políticas e econômicas que justificassem a manutenção do *status* de elite, para outro grupo – a grande maioria –, a realidade se manifestava de forma distinta. Ao mesmo tempo em que compartilhavam a troca e a reciprocidade que gerava o compartilhamento, estavam também inseridos nessas relações entre grupos. Estabelece-se uma tensão difícil de ser conjugada. A competição provocaria, então, uma incapacidade para o compartilhamento.

É, portanto, a partir desse cenário, considerando que a modernidade em Manga não prescindiu da qualificação dos sujeitos, que se pretende apreender o impacto que a modernidade provocou nos modos de vida daqueles moradores entre 1936 e 1958. Antes, no entanto, a título de ilustrar alguns aspectos do cotidiano local naquele período, veja-se as figuras 12, 13, 14 e 15.

³¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.



Figura 12: Recepção da sociedade manguense a Assis Chateaubriand (meados da década de 1940)
Fonte: Domínio público



Figura 13: Banda do Seu Meuquiades
Fonte: Domínio público



Figura 14: Rua do Bar (1)
Fonte: Domínio público



Figura 15: Rua do Bar (2)
Fonte: Domínio público

4.2. *Nas fronteiras do local, do tradicional e do moderno*

“para mim ser manguense é isso aí: estar sempre conversando com o passado”
(Antônio Bandeira)

“A tradição está do jeito das plantas: você tem que fazer ela viver para dar vida para os outros. Quando vamos brincar com as crianças elas ficam tão satisfeitas, então não pode acabar, é vida.”
(Dona Dazinha).

Como se viu até agora, em Manga entre 1936 e 1958 tanto os elementos do passado, como os da modernidade eram significativos na constituição dos modos de vida daquelas pessoas. Se por um lado, os apelos da burocracia de Estado e do capitalismo, bem como os efeitos do liberalismo e do individualismo, por exemplo, se faziam valer, por outro, a herança das experiências contidas na trajetória histórica da população também alimentavam o dia-a-dia local, gerando, em consequência, novas realidades. Quanto à modernidade, esta estava condicionada, como já discutido, aos interesses dos coronéis Bembém e João Pereira. No que se segue, com o objetivo de apreender certas nuances dessa relação entre o passado e o novo, e ainda, como os sujeitos qualificaram à própria modernidade, serão analisadas algumas formas de sociabilidade que indiquem as manifestações da tradição e da modernidade, seus efeitos nos modos de vida, suas apropriações, recusas, resistências e (re)elaborações. Para efeitos de interpretação, será utilizada também a categoria local, que se entende como a dimensão do “entre-lugar” (BHABHA, 1998), ou seja, o lugar de fronteira entre a tradição e a modernidade. Nesse sentido, *local* se refere ao interstício em que, conforme as demandas dos sujeitos individuais e coletivos, suas visões de mundo, expectativas e necessidades, os agentes portadores da história agem entre a perspectiva da experiência e a expectativa do futuro.

Um dos elementos mais visíveis das efetivas mudanças porque passava Manga depois de 1936 com a implantação da CMIE foi a instituição do trabalho formal, provocando em consequência o surgimento de uma classe operária. Até então nenhum empreendimento industrial da cidade teria sido capaz de produzir tal fenômeno. As singularidades das atividades, o número significativo de pessoas envolvidas, bem como o próprio reflexo do processo de modernização pelo qual passava o país, sobretudo com a instituição do trabalho assalariado e das leis a ele vinculadas, possibilitou que esse grupo de trabalhadores se distinguisse dos demais.

Antônio Bandeira (68 anos), ao comentar sobre as mudanças provocadas pela CMIE, destaca como se constituiu a classe operária (ver figuras 16 e 17) ligada a esta empresa, e destaca alguns aspectos significativos de sua repercussão social:

Eu diria que aqui... pensando hoje no que era naquela época, eu diria que tinha, até porque não existia aqui uma classe operária. E a Usina, eu acho que ela criou isso aqui, porque nesta cidade não tinha operário, então, naquela época o contingente de pessoas que dependiam diretamente da atividade da Usina, e que se definiam e se compunham para definir essa classe operária era grande naquela época, era muita gente que trabalhava ali, desde a exploração da lenha, que era uma atividade devastadora da região; e a Usina teve esse papel. Ela conseguiu muita lenha. Os caminhões trabalhavam o dia inteiro transportando lenha para a caldeira da Usina, além dos vapores que se abasteciam aqui no porto. Então, você imagina qual foi a repercussão dela no meio ambiente de então, tá certo. Então, você tinha essa relação de organização social de operários fazendo tudo, fazendo time de futebol, fazendo uma rua, tinha uma rua. Aquela Rua do Cascavel era só de operário, só morava ali operário da Usina. Era a Rua do Cascavel e a rua em frente ali... todo mundo, até aqui em cima, e por aqui, eram só operários.³²

Como se vê, tanto as atividades diretas, como as atividades indiretas relacionadas à CMIE configuraram uma dimensão singular ao trabalho em Manga, que repercutiu na instituição de uma classe operária abrangente, capaz de extrapolar os limites do trabalho direto, e envolver todo o universo de pessoas que participavam daquele tipo de produção. De outro modo, o impacto da CMIE se verificava também em outras esferas da vida social, como o meio-ambiente, o incentivo a associações, e a (re)configuração do próprio espaço urbano, como se tem, por exemplo, com a criação da Rua do Cascavel – a rua operária.

³² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 31/07/09.



Figura 16: Operários da CMIE (1)
Fonte: Domínio público

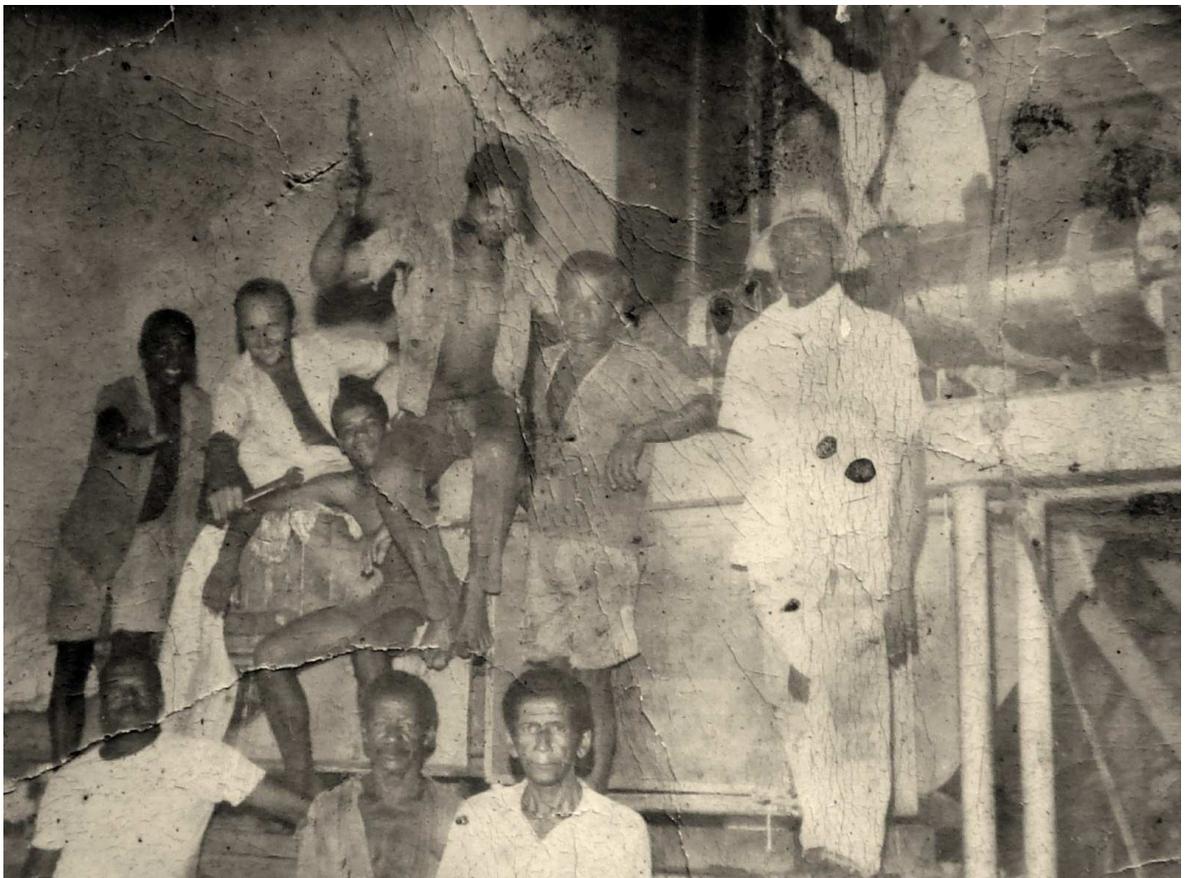


Figura 17: Operários da CMIE (2)
Fonte: Família de Seu Felipe

A possibilidade de trabalho na CMIE ou em atividades a ela relacionadas atraiu muitos indivíduos e famílias. Nesse sentido, a trajetória de Seu Ambrósio (76 anos), ex-funcionário da CMIE, pode ser utilizada como exemplo de como esse empreendimento industrial atraía as pessoas em virtude do trabalho. Conforme descreveu, depois de abandonar a família que residia no interior no município e pretender se deslocar até Remanso na Bahia, ao passar por Manga resolveu se fixar no lugar devido à oportunidade de trabalhar na referida empresa. Num primeiro momento se vinculou aos sócios majoritários da CMIE por meio do trabalho em serviços gerais. Num segundo momento, ascendeu à condição de funcionário efetivo:

Logo, logo eu comecei a entrar aqui, entrar nessa Usina, trabalhando. Só que eu era pequenininho, que não agüentava nem carregar saco de algodão. Você sabe, né, que vinha aqueles caminhões cheio de algodão para aí, para essa Usina, né, e eu ficava era varrendo era quintal para aquele povo, para aqueles chefes da Usina, todos. E foi indo, foi indo, foi indo, e que comecei a entrar na Usina.³³

O crescimento significativo da população de Manga no período, como se viu no capítulo anterior, também promoveu mudanças na própria percepção daqueles moradores quanto ao trabalho. Novos valores passaram a circular e a se contrapor às lógicas que até então prevaleciam. Dona Dazinha (80 anos) exemplifica:

Muita gente de fora traz as coisas boas para o manguense, como encorajar para trabalhar, que muita gente era acomodada. Depois que foram chegando os de fora, que viu os de fora trabalhando, ele também criou coragem para trabalhar. E a única coisa que o povo de Manga tem, e eu falo e não peço segredo: porque é muito acomodado. Porque muitas pessoas têm condição de ser alguém, e não é. Fica só “queixando”: ah! fulano é isso, fulano ganhou aquilo, fulano está fazendo isso. Por que ele mesmo não vai fazer? É comodismo mesmo.³⁴

Este entendimento expresso por Dona Dazinha (80 anos), simétrico ao que prevalece ainda hoje no imaginário popular, como se verificou durante a pesquisa, informa o estabelecimento de uma tensão entre os modos de vida fundamentados no caráter coletivo-comunitário, quando a percepção do trabalho estava relacionada, sobretudo, à troca e ao compartilhamento, e as novas formas de trabalho que surgiam em virtude dos processos de modernização pelo qual passava Manga. Manifestava-se de forma mais visível o princípio da competição: “depois que foram chegando os de fora, que viu os de fora trabalhando, ele também criou coragem para trabalhar”, condição que, por sua vez, modificava a percepção do

³³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 01/08/09.

³⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

trabalho, como ficou expresso na possibilidade de “ser alguém”, ou seja, de obter retorno a partir dos esforços individuais.

De outro modo, ainda na esteira dos efeitos do trabalho na CMIE nas sociabilidades em Manga tem-se a emergência do trabalho feminino. Nesse aspecto, vê-se uma mudança significativa na perspectiva das mulheres numa sociedade pautada, até então, por demarcar o limite das atividades femininas aos afazeres domésticos. Ao comentar sobre as mudanças pelas quais passava Manga naquele período, Dona Morena (94 anos) destaca:

Mudou, que as mulheres deram pra ganhar dinheiro. Pra separar o algodão. Tirar aquele algodão vermelho, para deixar a lã branca. Manga mudou. As mulheres “deram” ganhar um dinheirinho, né. Elas ganhavam era muito dinheiro. Muitas mulheres trabalhavam aí. Eu que nunca fui, nem deixei meus filhos ir comer lã de algodão. Aí dava uma poeira maluca. Teve umas pessoas aqui que ficaram tuberculosas.³⁵

Observa-se que, ao mesmo tempo em que o trabalho da CMIE significava a possibilidade de uma alternativa econômica para as mulheres, um ganho adicional para a família, como expressou em outro comentário Dona Dita (85 anos): “tudo com combinação, não chegou ao ponto de nenhum (marido) largar, não – e com isso foi tocando a vida”,³⁶ o trabalho na CMIE também oferecia riscos. Ao comentar que “eu que nunca fui, nem deixei meus filhos ir comer lã de algodão,”³⁷ Dona Morena (94 anos) expressa o receio que aquela nova modalidade de trabalho provocava. Em seu entendimento, as vantagens do ganho financeiro não correspondiam aos riscos da exposição àquele ambiente insalubre. De outro modo, a exploração dos recursos naturais, como a pesca, a extração e a exploração das atividades agrícolas familiares eram suficientes para atender as necessidades básicas.

Dona Dita (85 anos) acrescenta ainda alguns detalhes que contribuem para explicar como o trabalho na CMIE contribuiu para o progresso pelo qual passava Manga:

Mudou num ponto, num sentido, como eu estou falando, foi o tempo que inventaram o bairro do Sossego. Aí era cheio de gente que vinha justamente por causa do serviço. As mulheres trabalham por dia; outras trabalhavam sem horário certo, mas na hora que chegava... Sempre rendendo qualquer coisa, muitas fizeram casinhas, aí no Sossego – era desse jeito.³⁸

Nota-se que o trabalho feminino também colaborou para a própria expansão da cidade, quando as mulheres passaram a contribuir para a construção de casas e abertura de bairro.

³⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 16/10/07.

³⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.

³⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 16/10/07.

³⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.

Situação que, por sua vez, se contrapunha ao papel que até então a mulher desempenhava naquela sociedade. A instituição do trabalho feminino assalariado, ou fora do ambiente doméstico modificaria, sobremaneira, as percepções de mundo não apenas das mulheres, como também do restante da população. Até então tal perspectiva era inimaginável, dado que na trajetória histórica do lugar não se contemplou situação que gerassem tal grau de “independência” feminina.

Em outra situação, descrita no depoimento de Dona Dita (85 anos), relacionado aos eventos sociais, quando observou que “de vez em quando tinha uma festinha, e os da companhia, já viu, tinha um lugarzinho reservado – os primeiros. Mesmo como o ‘salarinho’ do jeito que era, mas ainda faziam ‘farramba’³⁹,”⁴⁰ observa-se que se instituíam uma nova forma de hierarquia social no contexto local. Além das relações entre pessoas de primeira e pessoas de segunda, a constituição da classe operária trouxe consigo um novo *status* social, evidenciando os operários da CMIE dos demais moradores da cidade, pois estes tinham “um lugarzinho reservado – os primeiros”, ou seja, por estarem vinculados à CMIE mereciam certa distinção.

O trabalho direto ou indireto na CMIE modificou as percepções dos moradores de Manga em relação ao trabalho em si. Por um lado, o trabalho assalariado instituiu a perspectiva dos ganhos materiais e simbólicos, condição que dependia dos esforços individuais, criando a possibilidade de “ser alguém”, como comentou Dona Dazinha (80 anos); estabeleceu novo paradigma por meio do trabalho feminino fora do ambiente doméstico; além de ter acrescentado novos elementos nas relações sociais, por meio da constituição da classe operária. De outro modo, também estava vinculado a certos riscos, como, por exemplo, a possibilidade de contração de doenças em virtude da exposição a uma nova modalidade de trabalho; além de competir com as formas tradicionais de produção, em que prevalecia a lógica de se produzir, principalmente, para a satisfação das necessidades, como expressou Dona Dita (85 anos). Nesse sentido, pode-se argumentar que o trabalho fundamentado nos princípios capitalistas contribuiu, sobremaneira, para modificar as relações sociais em Manga. A partir dos processos de modernização pelo qual passava o lugar novas expectativas em relação ao trabalho contribuían para colocar em xeque as formas tradicionais de produção, situação que, por sua vez, trazia novos desafios, bem como certas incertezas para aquela população.

³⁹ Designa festa. Segundo a depoente significa a junção de farra e samba.

⁴⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.

No bojo das mudanças pelas quais passava Manga naquele período em face das atividades da CMIE, destacavam-se ainda as profundas transformações provocadas tanto na esfera comercial, como por esta nos aspectos materiais e simbólicos do lugar. Em termos comparativos foi visível o impulso que a CMIE deu ao comércio local. Se em 1925, como mostrou Silveira (1926), Manga possuía um comércio insignificante, com destaque para a farmácia Imaculada Conceição da firma Gonzaga & Pereira, o quadro se transformaria substancialmente na década de 1940, como se vê pelos dados censitários informados nas tabelas 2 e 3, quando o número de estabelecimentos comerciais recenseados chega a 51, com um volume de mercadorias que se aproximava de 300 itens comercializáveis (ver tabela 2) e 49 empregados diretos⁴¹ (ver tabela 3).

TABELA 2
Dados do Comércio Varejista e Atacadista (I) de Manga, MG - 1940

Manga			
Comércio e varejo	Estabelecimentos recenseados		38
	Capital aplicado (Cr\$ 1.000)	Bens imóveis	43
		Mercadorias	291
		Outras aplicações	18
	Pessoal ocupado	Total	64
Viajantes, agentes compradores, caixeiros e vendedores.		11	
Comércio por atacado e misto	Estabelecimento recenseados		13
	Capital aplicado (Cr\$ 1.000)	Bens imóveis	99
		Mercadorias	270
		Outras aplicações	7
	Pessoal ocupado	Total	24
Viajantes, agentes compradores, caixeiros e vendedores.		9	

Fonte: IBGE, 1950

⁴¹ É possível considerar ainda que o número de pessoas envolvidas nas atividades comerciais fosse bem superior, dado ter sido comum a participação dos próprios proprietários e familiares na execução das atividades comerciais como informou Dona Lourdes (86 anos) (entrevista realizada em 21 de Julho de 2009) e Hamilton Costa (59 anos) (entrevista realizada em 21 de Julho de 2009), e estes não estarem inseridos na formalidade do trabalho assalariado.

TABELA 3
Dados do Comércio Varejista e Atacadista (II) de Manga, MG - 1940

Manga			
Comércio e varejo	Salários e vencimentos	Total	18
		Viajantes, agentes compradores, caixeiros e vendedores.	6
	Diversas despesas (Cr\$ 1.000)		44
	Compras e consignações (Cr\$ 1.000)		436
Comércio por atacado e misto	Vendas (Cr\$ 1.000)		391
	Salários e vencimentos	Total	29
		Viajantes, agentes compradores, caixeiros e vendedores.	5
	Diversas despesas (Cr\$ 1.000)		22
Compras e consignações (Cr\$ 1.000)		737	
Vendas (Cr\$ 1.000)		551	

Fonte: IBGE, 1950

Em 1950, o crescimento do número de pessoas envolvidas em atividades comerciais era ainda mais significativo: chegava a 166 indivíduos. Se somados ainda aos 175 que atuavam no setor de serviço; aos 91 do setor de transporte, comunicação e armazenagem; aos 44 que agiam em atividades comerciais ou eram profissionais liberais, num total de 476 indivíduos (IBGE, 1959), tem-se uma amostra do crescimento exponencial das atividades urbanas em Manga naquele período.

Um dos reflexos significativos desse progresso pode ser verificado pelo aumento da circulação de dinheiro, conforme indicou Dona Dazinha (80 anos), ao destacar que “Ninguém sabia o que era salário, não. Não tinha não. Assalariados foram só os da Cia. Manga.”⁴² Esse fenômeno repercutiria, por sua vez, profundamente nas relações sociais até então predominantes, quando a circulação de dinheiro, antes circunscrita preferencialmente a uma pequena parcela da população, formada, sobremaneira, por fazendeiros e poucos comerciantes que negociavam com outras localidades, competiu de forma evidente com as formas sociais até então predominantes, que se construíram num ambiente em que prevalecia a busca pela auto-suficiência, relacionados à exploração dos recursos naturais e da agricultura e pecuária, bem como pelo escambo. Realidade que pode ser observada no seguinte comentário de Dona Dazinha (80 anos):

Uns plantava roça, no tempo da roça. Se você tinha mandioca, fazia sua farinha, guardava sua farinha. O que tinha rapadura trocava a farinha com a rapadura. Cada um tinha seu mantimento dentro de casa, mas de troca. Naquele tempo não tinha venda, era troca. Quem tivesse feijão trocava pela farinha, quem tivesse o arroz... Eu lembro que eu troquei muito... troquei muito: ela plantava na ilha, tinha feijão

⁴² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

catador; eu trabalhava na companhia; meu marido beneficiava arroz, eu tinha o arroz... ela trocava o arroz com feijão. E era em de troca.⁴³

E reforçada no que disse Hamilton Costa (59 anos) sobre como a CMIE corroborou para alterar os modos de produção tradicionais:

O pessoal passou a produzir mais: vamos supor o algodão – essas coisas – porque sabiam onde ia se vender. Porque as fazendas eram os núcleos familiares. Lá se produzia o arroz pro consumo, o feijão, o milho para criação dos animais, é... inclusive tinha até os teares (ver figura 18) em que era feita as roupas desse pessoal – até isso. Quer dizer, o que é que o pessoal muitas vezes precisava da cidade: pra comprar o sal, ou outras coisas de desejo daquela época. Existia inclusive aquelas pessoas que freqüentavam quando eram fazendas com uma quantidade de gente maior e um núcleo na realidade maior, eram os mascates com suas malas vendendo as bugigangas deles. Mas eles na realidade não precisavam da cidade. À cidade, eles vinham justamente para comprar esse tipo de coisa. E era uma vez por ano. Eu me recordo perfeitamente, não é... Pra você vê: o comércio nosso... isso aqui foi constituído em quarenta e dois. Quer dizer tem hoje 67 anos. Meu pai vendia aqui para receber no ano seguinte, na outra safra. Então, era de safra em safra.⁴⁴

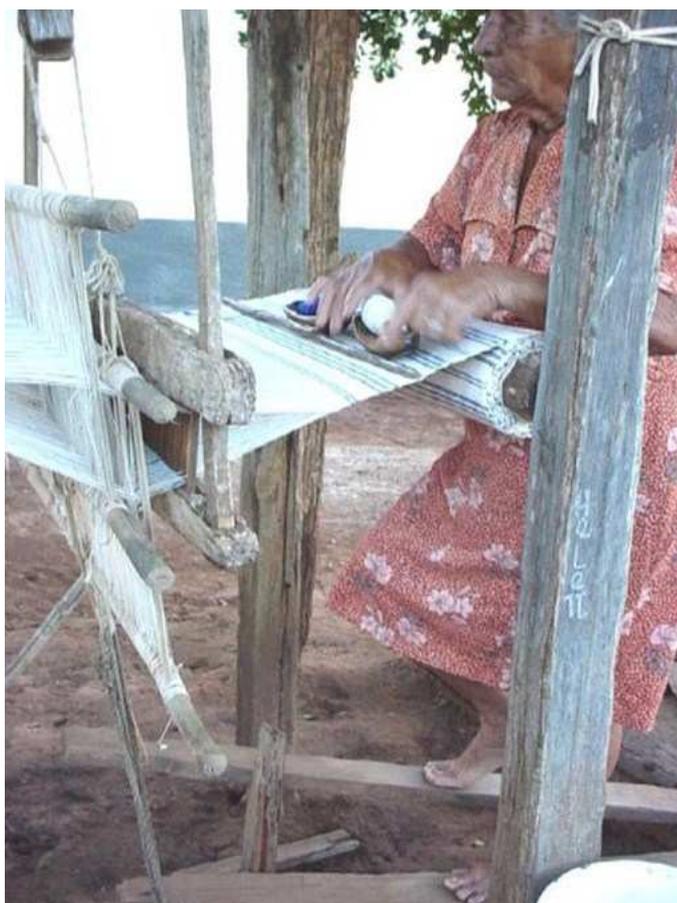


Figura 18: Dona Alice tecendo uma colcha no tear
Fonte: Souza e Santana, 2005

⁴³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

⁴⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 21/07/09.

Em seu conjunto, pode-se dizer que as condições econômicas favoráveis, proporcionadas por uma circulação mais intensa de dinheiro e a possibilidade de acesso a certas comodidades materiais, como uma maior oferta de produtos industrializados, por exemplo, bem como, a melhora na infra-estrutura da cidade, como comentado no capítulo anterior, contribuíram sensivelmente para modificar a relação entre o universo rural e o urbano em Manga. Embora não se afirme que a vida urbana sobrepujou, a partir daquele momento, a vida rural, é possível argumentar, no entanto, que houve um paulatino deslocamento dos referenciais constituídos no longo período de convivência de boa parte da população como o meio natural, para uma vida urbana que simboliza antes de tudo a efervescência da modernidade.

Em outra dimensão, observa-se também como a CMIE influenciou decisivamente as relações sociais e políticas naquele período em Manga, ao ser importante instrumento de manutenção da ordem que permitiu que a elite oligárquica dos coronéis Bembém e João Pereira permanecesse no poder, em detrimento de outras pretensões da sociedade. A lógica em que esta estava inserida se fundamentava numa associação entre os interesses do Estado, pautados, sobretudo, pelo discurso do progresso, e os do capitalismo, com a instituição de certo tipo de liberalismo, constituído por aberturas reguladas pelo próprio Estado e sob a sua tutela econômica, culminando finalmente com o objetivo de garantir a permanência das oligarquias dominantes nas diferentes esferas do poder público.

Em termos práticos, as relações pautadas no domínio político, econômico e social propugnadas pelos coronéis Bembém e João Pereira repercutiram sensivelmente no cotidiano local, não apenas nos aspectos materiais, como também no imaginário e nas representações que se constituíram naquele período. Nesse sentido, a evidência do poder dos coronéis, como observou Antônio Bandeira (68 anos), ao destacar que “eles tinham uma liderança tão grande, eles dominavam completamente o meio aqui. Seja através da via econômica, seja através da via política eles moldavam toda essas configurações sociais”,⁴⁵ informa o embate que se constituiu entre aquela realidade e os demais segmentos da sociedade manguense, muitas vezes pautadas por perspectivas distintas, seja no aspecto político-partidário, seja na própria percepção de mundo, como já foi discutido.

Ao comentar sobre o porquê da constituição de tal liderança por parte do coronel Bembém, Antônio Bandeira (68 anos) acrescenta ainda alguns importantes elementos que indicam tanto como se formalizavam as suas práticas, como também como se construía a sua representação popular no seio da sociedade manguense:

⁴⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 31/07/09.

Primeiro era a astúcia política mesmo. Cabra inteligente, empreendedor. O Seu Bembém era um homem empreendedor. O forte dele era a parte “negocial”, o negócio, o empreendedorismo, mesmo. Inovador, ele era um cara inovador. Agora, ele usava bem isso como instrumento de dominação política, também. E ele sabia conjugar muito bem essa função de comércio, de negócio, com a política. Ele via perfeitamente que a política era instrumento também para dar sustentação aquele sistema dele de dominação.⁴⁶

Em correspondência àquela realidade, a narração de um episódio vivenciado por Dona Lourdes (86 anos), então coletora de impostos, contribui para se entender como funcionava aquele esquema de poder, sustentado pela parceria entre o coronel Bembém e o coronel João Pereira:

O pessoal da roça é muito bobinho, acha que eles não são capazes de ir numa repartição pagar um imposto, tem que ser através de um outro, que aquilo ali é um favor. E João Pereira chegava lá na coletoria... [...] Ele chegava lá acompanhado daquele pessoal da roça, daqueles tabaréus com tudo a tira-colo... com as mochilas... com os talões do imposto... Ele chegava: “Dona Lourdes aqui é o meu compadre Manuel, esse aqui é meu afilhado ‘não sei como’, essa aqui é minha comadre ‘não sei como’ (risos)...” e me apresentada tudo. “Eu vou ali na Usina para fazer uma vistoria, e depois a senhora atende aí o meu pessoal com a máxima boa vontade.” “Pois não coronel.” Quando ele saía: “olha, vocês não precisam vir aqui acompanhado de João Pereira para pagar o imposto. Vocês não têm o talãozinho. Chega com o talão, a gente vai no livro, vê o quanto vocês devem e cobra. Nós estamos aqui como funcionário do governo. João Pereira não nos paga para fazer esse serviço, não. Vocês não estão devendo favor nenhum a João Pereira. Começa a vir espontaneamente...”

E acrescenta:

Ele soprava... ele matava, depois soprava. Ele era pernambucano. Ele era de uma habilidade política nunca vista, o João Pereira. Era muito habilidoso, muito habilidoso. Tanto era que ele, apesar de eu ser política contra ele, quando ele viu que eu tinha sido nomeada e estava ali patrocinada pelos políticos, ele me tratava muito bem. Ele era terrível.⁴⁷

Habilidosos, portanto, em suas práticas econômicas, políticas e sociais, os coronéis Bembém e João Pereira conseguiram converter os esforços em consecutivos ganhos político-partidários entre 1936 e 1958, acentuando as relações com a população local por meio da troca de favores, quando os cargos públicos eram distribuídos entre os líderes correligionários, como observou Dona Dazinha (80 anos):

Saiu muita gente daqui por causa dessa política, dessas encrencas, dessas coisas...

⁴⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 31/07/09.

⁴⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 21/07/09.

foram desgostando. Tinha marcação. Quando fazia um curso para trabalhar nos Correios a pessoa que passava não tinha direito de trabalhar; quem trabalhava era o povo de João Pereira (coronel), porque eram parentes dele. Teve muita gente daqui que saiu por isso. Fazia curso para trabalhar na Caixa Econômica, quando chegava era gente dele que ia trabalhar. Na prefeitura ninguém de fora trabalhava, só a família deles. Então, o povo foi saindo;⁴⁸

por uma forte repressão aos opositores, como descreveu Dona Lourdes, ao destacar que:

Em resposta à perseguição, comecei também a trabalhar mais diretamente contra os desmandos em minha terra natal. Transformei-me em líder comunitária, promovendo festas, criando movimentos sociais, fundando clubes, em sociedade com amigos políticos, criando orquestras e, até mesmo, a Filarmônica, cujo maestro João Moreira, foi contratado pelo prefeito Antônio Montalvão. (ALKMIM, 2005, p. 176);

e ainda pela afirmação de um sistema opressivo que se caracterizava pelo uso da força econômica, por meio, principalmente, da CMIE, para afirmação do domínio político, como comentou Antônio Bandeira (68 anos):

Do ponto de vista econômico ela não trouxe problema. O que ela trouxe assim de negativo na visão de alguns, na visão de qualquer pessoa, de algum estudioso, é a questão da moldagem das razões políticas locais. Quer dizer aquele exercício brutal do poder político, fazendo a submissão do popular ao jogo de um pequeno grupo de mandantes. E isso é um fator gerador do atraso. Porque quem lê e estuda sabe fazer essa qualificação. Mas naquela época não existia essa consciência de que isso era um fator de atraso. Os que sabiam eram em termos. Tinha um Nezinho Viana, um Antônio Montalvão que identificavam perfeitamente isso. Mas, eu acho que se existiu um mal da Usina, esse foi um mal. E aquele uso da máquina pública como elemento de importância para concentração da riqueza, para concentração do poder, eu acho que é por aí.⁴⁹

Nesse cenário, a oposição direta aos coronéis se fazia valer tanto pelo grupo político rival, liderado por figuras como Paulo Alkmim, Zuza Diamantino, Nezinho Viana, e mais tarde Antônio Montalvão⁵⁰, como pela insatisfação popular com aquele tipo de domínio que se apoiava também na ameaça, na truculência, na violência física e moral, no confisco, na apropriação indevida de bens, na corrupção etc. Enquanto estes faziam valer resistências veladas, aqueles protagonizaram uma série de confrontos que ia desde a disputa por meio de discursos políticos em reuniões, encontros, panfletos (ver figuras 19 e 20), publicação em jornais etc., até conflitos diretos como o que envolveu a expulsão de um juiz de direito,

⁴⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

⁴⁹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 31/07/09.

⁵⁰ Esse fora o primeiro político de oposição a derrotar os coronéis Bembém e João Pereira nas urnas na campanha política de 1958, episódio que, por sua vez, daria início a derrocada política do grupo dos coronéis.

violência corporal e moral e assassinatos, como registrou Dona Lourdes em depoimento publicado no livro *Recordações de Minha Tia*:

A cidade de Manga era um barril de pólvora. Recebeu, naquela época, o apelido de “Coréia”, devido à violência, em referência a uma das guerras mais sanguinárias da época. Os coronéis tinham o poder nas mãos e usavam de todo tipo de força para se manter, inclusive buscando reforço policial para intimidar os adversários. E era comum encomendar a morte daqueles que os desafiavam ou pretendiam atropelar suas ordens, como foi o caso de Antônio Montalvão, que teve sua vida por várias vezes em risco. (ALKMIM, 2005, p. 199).



Figura 19: Fragmento de um panfleto político, originário de publicação em um jornal de circulação regional (1952) (1)

Fonte: Imagem produzida pelo autor a partir dos arquivos pessoais de Hamilton Costa

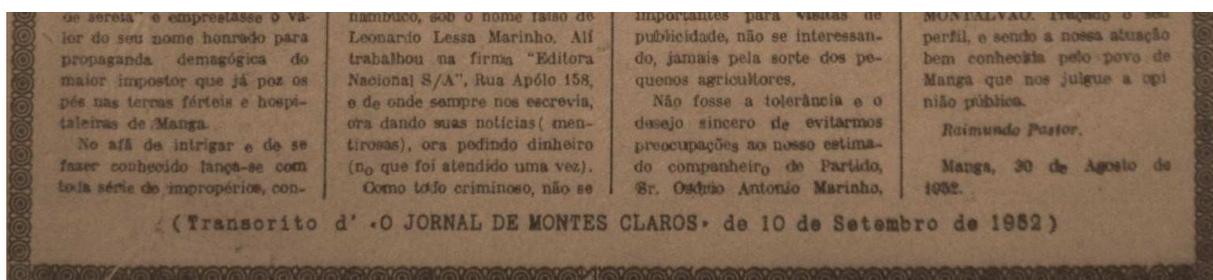


Figura 20: Fragmento de um panfleto político, originário de publicação em um jornal de circulação regional (1952) (2)

Fonte: Imagem produzida pelo autor a partir dos arquivos pessoais de Hamilton Costa

Em outra extremidade, as representações daqueles indivíduos que não se enfileiravam na disputa política direta – diga-se: a grande maioria da população –, se reduzia ao papel de meros coadjuvantes nos rumos que tomava o lugar, como ficou expresso no fragmento da

obra literária *Espinhos de Mandacaru* de autoria de Anfrísio Lima, considerado o intelectual orgânico do grupo dos coronéis, no sentido de que era de sua responsabilidade direta a organização dos discursos que orientavam as contendas contra a oposição, bem como o estabelecimento das diretrizes teóricas que açulavam as práticas políticas, além de ser irmão do coronel Bembém. Nela, usando da ficção, Anfrísio Lima descreve como um determinado coronel usava de certas vantagens para afirmar o seu poder em uma sociedade pequena e vulnerável:

Era homem que se fizera pelos seus próprios esforços, com dinamismo, trabalho e pela agudez de sua inteligência, embora sem nenhuma cultura. Vindo da legua para o comércio, casando-se em rica, conceituada e tradicional família da terra, nascera ele com o dom político de cativar, pelo que enfeixava, dia a dia, em suas mãos, o prestígio político do município, isso desde o tempo de distrito, antes de sua emancipação político-administrativa. Sabia, como ninguém, cortejar popularidade. Perdia horas e horas dos seus afazeres, a prestar atenção e a prostrar com qualquer matuto, indistintamente, que o procurasse em qualquer ocasião. Era o verdadeiro homem do povo. Conta-se que, certa feita, perdeu ele um dia inteiro, entrando pela noite até a hora de recolher-se, em palestra com um tabaréu, seu correligionário político. Todavia a sua ascensão política tinha como baluarte o seu grande amigo de todos os tempos, Coronel Porfírio. (LIMA, 2009, p. 95-6).⁵¹

Como se observa, a emergência do coronel ao poder não foi gratuita. Tratava-se, de antemão, de um homem que “se fizera pelos seus próprios esforços”, e que, mesmo sem uma formação erudita adequada, usou do “dom político” e da “inteligência” para conquistar o domínio do lugar, que, por sua vez, embora possuísse uma elite, era tomado por matutos – “qualquer matuto” –, condição que indicava bem a demarcação entre o estabelecimento do poder do coronel e as características predominantes daquela sociedade.

Discurso similar se vê também nos versos produzidos por Dona Lourdes que retratam o contexto político em Manga entre 1936 e 1958, realçando o lugar comum daqueles que não faziam parte da elite local:

O voto da minha terra,
Nas eleições municipais,
É o voto no cabresto – sem folga!
Arrebanhado como bicho do mato,
Arrastado, alimentado, encurralado nos quintais
Como a fortuna dos coronéis.

Costela de boi bem passada,
Lingüiça de porco, carne seca e, até
Galinha ao molho pardo com quiabo e macarrão.
Na mistura do arroz carreteiro,

⁵¹ Veja no Anexo 3 trecho do referido livro que retrata um certo cotidiano e os questionamentos que surgiam em relação ao poder dos coronéis – retrato ficcional do que ocorreu em Manga entre 1936 e 1958.

Farinha de mandioca e batata-doce,
Tudo misturado nos pratos que se esparramam sobre as mãos
Calejadas, sob os olhos sem brilho da fome que os consome.

Enfastiados se jogam nas redes de cores berrantes.
As bocas escancaradas, entre dentes de porteiras arreganhadas,
Mastigam o voto digerido pelos patrões.
Sem voz, sem direção, ruma-se às urnas com cédulas marcadas;
Marcadas como animais ferrados – amarados no mourão.
Prontos para a paulada fatal – bem na nuca do “cidadão”.
Até o abate final da democrática eleição. (ALKMIM, 2005, p. 56-7).

Desse modo, se, por um lado, esse lugar comum possuía um significado no cenário local, ao demarcar claramente as relações entre pessoas de primeira e pessoas de segunda, determinando os limites entre uma pequena elite que se digladiava pela manutenção ou ascensão ao poder, ante uma sociedade que era excluída pela violência dos ditames econômico e político, por outro lado, vê-se que aquela realidade não passou despercebida e não deixou de ser questionada por aqueles atores tidos como “coadjuvantes”, como demonstrou Seu Sátiro (80 anos) ao descrever as estratégias utilizadas pelos coronéis para construir suas riquezas. Assim, ao se reportar ao julgo coercitivo do coronel João Pereira, lembra que:

Quando meu pai morreu, ele fez minha mãe juntar o gado todinho, e tomou o gado que tinha, e só não tomou as terras que tinha porque nós não deixamos. Ele disse que meu pai devia a ele, sem estar devendo, nem nada. Todo mundo aqui ele tomou terreno. E assim com quem tinha terra era assim... Quando ele morreu a riqueza dele acompanhou o caixão, e não ficou nada para a família.⁵²

Informação que, por sua vez, entra em sintonia com a percepção de Dona Morena (94 anos) sobre os coronéis, ao informar que “eram eles tomando tudo que era dos velhos e dos bestas. Eram donos de tudo dos outros, das viúvas. Eles tomavam tudo. Eu vi muita coisa...”⁵³

A própria Dona Morena (94 anos) expõe outro meio de apropriação de riquezas empregado pelos coronéis Bembém e João Pereira: “o governo mandava as verbas para os pobres, mas o pobre não recebia, quem ficava era eles que eram ricos. Mandava muitas cobertas, muito corte de linho pra dar a pobreza, e pobre nenhum recebia era nada, quem recebia era a mulher deles, e de prefeitos. Quem fica eram eles com as coisas. Pobre aqui não ganhava era nada.”⁵⁴

⁵² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 03/03/07.

⁵³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 16/10/07.

⁵⁴ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 16/10/07.

Dona Dazinha (80 anos), de outro modo, ao comentar sobre os processos políticos em Manga naquele período, revela aspectos significativos de como se estabeleciam as relações entre as elites políticas e econômicas locais e o restante da população:

ele (o indivíduo) era obrigado a votar para quem dava uma sandália, dava uma ajuda, e a gente tinha aquele negócio: ah! eu vou votar pra fulano. Respeitando os votos de fulano. Nem que ele não prestasse, mas ele votava para ele. E tinha os partidos: eram o João Pereira e Paulo Alkmim. João Pereira mais Bembém, este povo aí. Foi uma política besta que não serviu de nada. Não teve benefício nenhum. Não teve melhora nenhuma, nem nada.⁵⁵

Como pode ser observado, a participação da população classificada como “coadjuvante” naquele processo não era necessariamente gratuita. Se, de um modo, não se constituía um grupo político delimitado que participava efetiva e diretamente dos processos eleitorais e das disputas políticas recorrentes, de outro, era capaz de também estabelecer um território de negociação. Nele, ao que tudo indica, o voto em si poderia se tornar mero apetrecho e ser utilizado como meio para se obter algum retorno imediato. Se o julgo político e econômico era imposto, a realidade não deixava de ser questionada, contrabalanceada com a própria experiência dos sujeitos, como deixou transparecer Dona Dazinha (80 anos): “foi uma política besta que não serviu de nada. Não teve benefício nenhum.”⁵⁶

Considerando que a modernidade era um instrumento poderoso em favor dos interesses dos coronéis Bembém e João Pereira, é possível argumentar que a reação aos ditames daqueles líderes locais poderia também representar, em certos aspectos, uma reação aos processos de modernização em voga. Se a modernidade trazia novas perspectivas para aqueles sujeitos, de outra forma a evidência da opressão também vinculada à modernidade poderia provocar ojeriza às mudanças, o que estabelecia um estado de tensão entre a perspectiva da experiência, fundamentada nas heranças do passado, e aquelas alternativas que se evidenciavam no cotidiano daqueles moradores.

Ao se buscar, enfim, interpretar o impacto que a modernidade provocou nos modos de vida daqueles moradores no período demarcado, algumas questões precisam ser retomadas. Primeiramente, dimensionar os *discursos da modernidade* em Manga em relação ao Brasil. Nesse sentido, como se viu, a modernidade em Manga estava diretamente vinculada ao Estado e ao capitalismo. Havia também ali discursos e práticas centralizadoras reduzidas ao poder dos coronéis Bembém e João Pereira, que além do esforço para manter o domínio político, por meio de uma incisiva demarcação de lugar entre eles e um grupo opositor, e

⁵⁵ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

⁵⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

também em relação ao restante da população, sustentava-o ainda por meio da força econômica, simbolizada, principalmente, pela CMIE. A junção do poder político e econômico, desse modo, garantiu as condições necessárias para a manutenção daquela ordem que se apoiava, sobretudo, na coerção física e moral.

Nesse sentido, os processos de modernização em Manga entre 1936 e 1958 se caracterizariam, sobretudo, em virtude da importância da CMIE. Como um grande empreendimento industrial esta empresa centralizou ou influenciou direta e indiretamente durante o período as mudanças pelas quais passava o lugar. Se por um lado, o progresso era uma realidade, vivenciado por meio do trabalho assalariado, do trabalho feminino, do desenvolvimento das atividades comerciais e de serviço, do impulso a diferentes setores produtivos, da melhoria da infra-estrutura da cidade, da instituição de novas perspectivas para os moradores de Manga, por outro, a modernidade estava condicionada aos interesses políticos e econômicos dos coronéis Bembém e João Pereira. Como idealizador, no caso do coronel Bembém, e como sócio-proprietários da CMIE, estes líderes locais souberam tirar proveito da força econômica e política desta empresa, que foi utilizada como um dos principais instrumentos para afirmação e manutenção daquele domínio oligárquico. Ao mesmo tempo em que contribuía no sentido de oferecer novas oportunidades para aqueles moradores, como instrumento político era uma arma poderosa para subjugar opositores e a população. Materialmente, tanto em face dos recursos financeiros movimentados anualmente, como por ser o maior empregador da cidade, parte significativa das práticas cotidianas daqueles moradores estavam a ela relacionadas. Simbolicamente, garantia o *status* de poder dos coronéis por meio da repercussão de suas atividades e da visibilidade política do próprio empreendimento.

Em termos práticos, a idéia de progresso promovida pela modernidade estabeleceu novas percepções que influenciariam o modo de vida daqueles moradores. Por meio do trabalho vinculado à CMIE, assalariado ou não, instituiu-se a idéia de novas formas de ganho, atreladas, por sua vez, ao princípio do acúmulo. Em consequência, evidenciou-se às vantagens da modernidade em relação aos ganhos materiais, verificados, sobretudo, na melhoria significativa da infra-estrutura da cidade, bem como nas facilidades advindas do crescimento dos setores de comércio e de serviço. Benefícios que, por sua vez, permitiram uma rápida distinção de Manga em relação às outras cidades daquela região, e a associaram à euforia de progresso pela qual passava o país após 1930, como já foi comentado.

De outro modo, as novas formas de racionalidade instituídas pelo Estado e pelo capitalismo deslocaram significativamente o tempo e o espaço do contexto local para o não-

local. Se até então o tempo e o espaço ganhavam significado por meio dos fenômenos da natureza e das atividades sócio-espaciais localizadas no ambiente comunitário (GIDDENS, 1991), com a modernidade o tempo e o espaço passaram a obedecer também a outras lógicas, que independiam das decisões daqueles indivíduos, como, por exemplo, o “tempo da indústria”, que impôs novos padrões e ritmos às práticas cotidianas.

Os efeitos dessa nova realidade foram observados na acentuação da contraposição entre os modos de vida baseados na tradição e as novas formas impregnadas pela modernidade. Se por um lado, para grande maioria da população, a tradição indicava segurança e estabilidade, quando o mundo ganhava significado pela experiência, por outro, as conquistas da modernidade se vinculavam também a certas formas de opressão econômica, política e social que, em muitos casos, desestabilizavam o caráter coletivo-comunitário que até então prevalecia para a grande maioria da população.

Nesse ínterim, viu-se que, mesmo diante da imposição dos *discursos de modernidade*, quando a idéia de mudança associava-se à percepção de algo melhor, seu significado não se tornou necessariamente hegemônico. Coube aos sujeitos individuais e coletivos, conforme as suas expectativas e necessidades, qualificá-la. Estabelecia-se um lugar de fronteira, onde se encontravam as heranças do passado e as perspectivas de futuro, que eram negociadas conforme as demandas imediatas. Nesse *entre-lugar*, aqueles sujeitos podiam transitar entre os benefícios e os limites tanto da tradição, como da modernidade.

Pode-se, então, argumentar que como fenômeno social a modernidade é contingente e histórica; multifacetada; em que os sujeitos encontram espaço para a projeção, para a reivindicação, para o questionamento e para a reflexão; em que tanto o futuro, como o próprio passado são colocados em xeque, quando é preciso ser discutidos, negociados, inventados e reinventados. A modernidade seria ainda esse lugar fugidio, delicado e áspero, instigante e desconcertante, certo e incerto, que cativa e liberta, que ao mesmo tempo absorve, consome, renova e destrói. Viver em modernidade, enfim, não é simplesmente abandonar o passado, a experiência, mas dar à vida novos e constantes significados.

Na seção seguinte, se procurará ampliar um pouco mais esse entendimento a partir das especificidades da Rua do Cascavel, no sentido de que os seus moradores estavam diretamente vinculados às mudanças pelas quais passava o lugar naquele período. O pressuposto é que a aproximação mais intensa com as nuances da modernidade por meio do trabalho operário e da convivência direta com os poderes econômicos e políticos em voga possa trazer contribuições para o que foi até aqui discutido.

4.3. Rua do Cascavel: a rua operária e suas peculiaridades

A Rua do Cascavel (ver figuras 21 e 22) e as dinâmicas a ela relacionadas podem ser tomadas como um exemplo desse local de fronteira, em que o passado, o futuro e o presente dialogaram com frequência. No que se localizou na pesquisa, é possível concluir que a rua foi sendo construída paulatinamente. Dona Morena (94 anos) informa que a primeira casa a ser feita foi a dela (ver figura 23), erguida concomitante à construção da CMIE, iniciada antes de 1936. Dona Dita (85 anos), de outro modo, comenta que “a primeira casa que foi construída foi justamente a que eu morei, que essa foi a que o filho de Erasmo comprou e reformou. Antes da casa que nós morávamos ainda tinha entre uma casa e outra uma máquina que eles colocavam algodão para imunizar.”⁵⁷ Esta informação, no entanto, se refere a um período posterior, conforme pode ser constatado por meio do Alvará nº 30 de 20 de Setembro de 1944 do Livro de Alvarás da Prefeitura Municipal de Manga que autorizava a CMIE a construir 6 casas contíguas em uma área de 2.014 m², tendo como limites a Praça do Mercado (que estava em construção) ao poente, e uma casa da própria Usina, ao nascente. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA, 1931a).

⁵⁷

Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.



Figura 21: Travessa 24 de Outubro (Rua do Cascavel) (provavelmente década de 1950)
Fonte: Domínio público



Figura 22: Travessa 24 de Outubro (Rua do Cascavel) (2009)
Fonte: Acervo do autor



Figura 23: Casa de Dona Morena (fronteada pela árvore, ao centro) (2009)

Fonte: Acervo do autor

Quanto à denominação da rua – Travessa 24 de Outubro –, não foram localizados documentos que explicassem o porquê da escolha desse nome, nem exatamente a data em que foi instituído. No entanto, pode-se sugerir que a escolha seja uma homenagem ao dia da vitória da Revolução de 1930. Contribui para esse entendimento o registro feito na Ata da sessão extraordinária do Conselho Consultivo da Prefeitura Municipal de Manga realizada em 24 de Outubro de 1931, em que se comemorou a passagem do primeiro aniversário da *“revolução libertadora que veio restituir ao país o governo de si mesmo e reajustal-o nas verdadeiras normas da sã democracia.”* (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA, 1931b), e o fato de que, conforme consta no registro, o evento ter sido utilizado com ênfase pelo coronel Bembém, então prefeito local, para justificar a importância de “homens patriotas” para o país, numa alusão ao Presidente da República Getúlio Vargas, ao Presidente do Estado Olegário Maciel e a si próprio. De outra forma, não foi localizado nenhum outro evento importante que pudesse justificar essa escolha.

Em relação a se tornar conhecida como Rua do Cascavel – em referência à cobra cascavel –, sua origem se reporta às constantes confusões internas que envolviam seus moradores. Seu Ambrósio (76 anos), que morou nessa rua na década de 1970, afirma: “Dizendo o povo que lá era uma briga doida – eu mesmo não vi, não. Começava pelos

meninos, depois as mulheres, e quando os homens chegavam, eram os homens. Dizendo que era desse jeito. Por isso se chamava Rua do Cascavel.”⁵⁸

Dona Dita (85 anos), por outro lado, afirma que o uso do termo é de autoria de um operário da CMIE, Isaac, marido de Dona Morena:

Foi o marido de Morena. Ele bebeu umas pingas e saiu pra rua. Quando ele voltou as mulheres estavam discutindo uma com a outra, ele disse: ave-maria, a gente mora ali... ali é uma toca de cascavel. E com isso ele ficou chamando a rua de Cascavel, sempre que as mulheres brigavam muito e discutiam umas com as outras. O marido dela disse que a mulher era uma cascavel. E com isso ficou chamando a rua: a Rua do Cascavel.⁵⁹



Figura 24: Dona Morena (2009)
Fonte: Acervo do autor

Essa peculiaridade da Travessa 24 de Outubro, associada à singularidade de ser a única rua operária de Manga repercutiu sobremaneira no imaginário coletivo, não apenas dos próprios moradores da rua, como também no do restante da população. A recorrência dos conflitos envolvendo crianças, mulheres e homens, contrabalanceada por um sentimento de

⁵⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 01/08/09.

⁵⁹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.

pertencerem a um grupo distinto da sociedade – os operários da CMIE com suas respectivas famílias –, imprimiu certa distinção àqueles moradores. Estar vinculado à CMIE e, conseqüentemente, aos coronéis Bembém e João Pereira representava usufruir também de certas prerrogativas daquele poder, condição que se fazia valer, sobretudo, nas relações com os demais moradores da cidade, como será comentado posteriormente.

No que se refere aos conflitos internos, estes ocorriam tanto por situações banais, como por questões mais complexas.

Nessa rua tinha muito era briga de mulher, por causa de menino. Tinha muitas mulheres que tinham muitos filhos. Quem tinha pouco era só eu. Eu só tinha dois: Adão e Conceição. Porque o João veio depois. Porque as mulheres aqui brigavam, sabe. Uma vez, aqui chegou uma. Eu tinha João, pequeno. Mas ele já andava por aí de bicicleta. Uma que eu comprei pra ele. Uma pequena. Aí chegou a mãe dele (de outro menino): “eu vim aqui pra você dar um jeito em João.” “O que foi Mercês?” “Ele passou a bicicleta no pé de... daquele... não sei o nome dos meninos. De Laleza, aí. Eu falei: “ó Ana, eu não vou dar jeito em João, porque João eu pari foi com dor.” Com pouco vem Dozinha – e Dozinha era danada, viu. Lá vem Dozinha: “ah! eu vim da parte a você: Conceição deu uma queda em Durico ali”. Eu disse: “não. Ele correu e ela correu atrás. Ela pisou na alpercata dele e ele caiu.” Aí eu enchi a bacia d’água. Quando ela tornou a vir eu derrubei a bacia d’água nela. Aqui só tinha mesmo era briga. Ela chegou lá e falou pra mãe dela que eu tinha jogado nela uma bacia d’água. E a mãe falou assim pra ela: “ô minha filha, ninguém não vai proposital pra porta dos outros fazer pergunta.” Depois ficou amiga minha. Ela morreu agora a pouco, com 101 anos. [...] Brigava, brigava, e ninguém ficava com raiva, não. Por causa de menino, não. (Dona Morena, 94 anos).⁶⁰

Quando a Olga foi ficando moça – todos da companhia tinham filho. [...] Essa Olga arranhou um casamento, e o povo achava que era coisa de outro mundo. O marido dele era fiscal, e assim... branco. E o povo achou que Olga merecia demais. E começou as intrigas. E depois de Olga casada, uma outra colega ainda foi ficar com o marido de Olga. E a mãe dava asa. O episódio maior foi esse, porque a mãe ainda dava asa, porque dizia que: “se o rapaz serviu para casar com minha filha, porque não casava com a dela, nem que fosse no civil.” Todo mundo morava na Rua do Cascavel, morava vizinho, as casinhas, assim. (Dona Dita, 85 anos).⁶¹

Nas situações relatadas, exemplo corriqueiro daquele universo comunitário, observa-se que por um lado os conflitos não passavam de contendas sem maior gravidade, como expressou Dona Morena (94 anos): “ó Ana, eu não vou dar jeito em João, porque João eu pari foi com dor”, ou seja, esse problema é pequeno diante da dificuldade de pô-lo e mantê-lo no mundo. Por outro, certos conflitos eram mais complexos, principalmente quando extrapolavam os limites do universo coletivo-comunitário. Ao destacar que o marido da filha era “fiscal, e assim... branco. E o povo (moradores da Rua do Cascavel) achou que Olga merecia demais”, Dona Dita (85 anos) exemplifica como entravam em choque aquela

⁶⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 16/10/07.

⁶¹ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.

perspectiva, fundamentada, sobretudo, na troca e no compartilhamento, e o princípio da competição. Instituíam-se a lógica da necessidade de ascensão social, que estaria vinculada ao emprego formal e ao pertencimento ao grupo pessoas de primeira, em que associar-se aos “brancos” significava, grosso modo, pertencer a um estrato social elevado, como foi comentado anteriormente.

Desse modo, observa-se que não era apenas por questões internas ao grupo de moradores da Rua do Cascavel que os conflitos aconteciam. O ambiente de fronteira em que estavam, onde se manifestava tanto as experiências herdadas do passado, como as novas perspectivas advindas das mudanças pelas quais passava a cidade, também provocavam as demandas.

Em relação especificamente aos homens, as contendas eram localizadas. Participavam eventualmente de alguns conflitos entre as famílias, porém sem maior gravidade, exceto por único caso extremo, quando, por questões pessoais e passionais um operário assassinou outro.

De outro modo, a relação deles com os demais moradores de Manga, se dava, em alguns aspectos, de forma mais impetuosa. Unidos pelos laços do trabalho e pelo ambiente comunitário que os cercava – a Rua do Cascavel – formavam um grupo singular, quando valia, como observou Dona Morena (94 anos), “o fato de ser um por todos e todos por um.”⁶² Situação que, por sua vez, repercutiu no imaginário popular como descreveu um cronista local:

Nos fins de semana, a cachaça corria solta. As vozes se exaltavam, os ânimos eram visíveis. As conversas de porta em porta, com tom forte e despreocupaste, era o retrato vivo do extravasar da rotina pesada da semana de trabalho, na usina. Outros visitavam parentes próximos ou roçavam suas terras na plantação do milho, melancia ou feijão de corda. (ALKMIM, 1999, p. 56).

Dona Morena (94 anos), ao comentar sobre o seu marido, exemplifica como ocorria na prática aquela distinção: “‘Vixe’, mãe, bebia. [...] No dia que bebia fechava o comércio. Você pode perguntar a todo mundo. Zé Dourado era o primeiro que fechava a loja, que era na Rua do Bar. Então, ele já descia pra lá. No dia de sábado ele saía. Todo mundo. Daqui da rua nós ouvíamos o turro dele no cabaré.”⁶³ A idéia de “fechar o comércio”, ou seja, impor aos comerciantes temores, ao que tudo indica, se reportava à conquista por parte dos operários da CMIE de certo *status*, considerando que a projeção social em voga estava diretamente

⁶² Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 16/10/07.

⁶³ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 16/10/07.

associada ao universo de poder dos coronéis Bembém e João Pereira, os líderes políticos e econômicos locais. (este tema será retomado mais adiante).

A recorrência desse comportamento mais agressivo dos moradores da Rua do Cascavel fixou-se no imaginário popular e deu origem a inúmeras interpretações dos diferentes episódios que aqueles moradores protagonizaram. Um dos exemplos ficou expresso na paródia criada por Jair de Clara (informado por Dona Dita, 85 anos), freqüentemente utilizada tanto nos eventos carnavalescos, como nos encontros informais cotidianos.

Na Rua do Cascavel
Ninguém pode mais passar
Com a cachaça de Mateus
E a zoadá dos meninos
Se ele não parar eu vou dar parte ao coronel
Que o homem mais valente dessa rua é Rafael.⁶⁴

Outra dessas criações populares, de autoria de Mário Messias da Silva (Marão Carabina), destaca-se não apenas pela riqueza do próprio episódio, como pelo envolvimento dos personagens:

Assassinaram Mateus Tiú
Assim começou a tragédia no Cascavel
Ambrosinho levou preso Rafael
Felipe seqüestrou seu Erasmo, tentando fazer confessar.

Adelson Moura não se apavora
E disse: eu que vou investigar
Vou dar um pau em João Pezão lá fora
Vocês vão ver: ele vai ter que entregar.

Logo, ao saber da notícia
Pereirinha tratou de se mandar
Até Antônio dos Passos também foi se tocar
Malandro foi Neco Cóqui, bateu asas e voou
Até hoje não sabe como a briga terminou.⁶⁵

Se o pano de fundo é a “tragédia no Cascavel”, ainda mais “trágico” é pensar que Ambrosinho (Seu Ambrósio) franzino e baixo seria capaz de “levar preso” Rafael, tido como o homem mais valente da rua; ou ainda seu Felipe, homem pacato e recatado, seqüestrar Seu Erasmo, seu vizinho e político do lugar. Nesse sentido, numa primeira interpretação, pode-se aventar para o entendimento de que o que autor procurou expressar foi a lógica dos conflitos

⁶⁴ Existem outras versões dessa paródia, com pequenas variações nos versos. Esta, no entanto, foi a que mais bem retratou aquela peculiaridade dos moradores da Rua do Cascavel.

⁶⁵ Os personagens citados aqui e que não estão na relação dos moradores da Rua do Cascavel (Apêndice E), são moradores de fases subseqüentes ao período estudado.

que se pautava pela disputa generalizada, em que as situações mais pitorescas não se davam por impossível.

De outro modo, vê-se ainda que perpassava as dinâmicas daquele contexto o entendimento de que a resolução dos conflitos deveria ocorrer internamente, como ficou expresso nas iniciativas de Ambrosinho, Seu Felipe e Adelson Moura, ou, quando muito, se apelava para a interferência dos coronéis, como retratado na paródia anterior.

Em outro aspecto, se era possível identificar como se iniciavam as demandas, muitas vezes não era fácil localizar o seu término. Na frase: “até hoje não sabe como a briga terminou”, e no comentário de Dona Morena (94 anos) de que “brigava, brigava, e ninguém ficava com raiva, não”, pode-se observar outra peculiaridade daqueles moradores. Trata-se do estabelecimento de certo “código” que reduzia os conflitos aos eventos momentâneos, característica que ficou impressa também no imaginário popular, como observou Alkmim (1999, p. 56), ao comentar que as disputas “não passava(m) de um dia ou de uma hora. O ódio não prevalecia entre os vizinhos da rua operária de Manga.”

Para refletir sobre essas particularidades da Rua do Cascavel, faz-se necessário retomar algumas discussões. Em primeiro lugar, dimensionar como os próprios moradores daquela rua representaram suas relações com a CMIE; em seguida é necessário articular essas representações com o cenário político-econômico local, caracterizado pelo domínio dos coronéis Bembém e João Pereira. No primeiro aspecto, o comentário de Dona Dazinha (80 anos) em relação à construção da Travessa 24 de Outubro, indica a importância que a CMIE teve na constituição daquele universo social distinto em Manga:

De lá... eu fui, passei, mudei para lá. Morava, porque fizeram as casas dos operários... dos empregados, então eu fui morar lá, na rua, morava todo mundo. Ali a gente tinha água, pegava lá da Usina. A lenha, a gente pegava lá na Usina. Não tinha que ir para o mato pegar lenha. Naquele tempo a energia era... Tinha energia, né, nas casas. Os empregados da companhia ficavam perto do trabalho.⁶⁶

Como se observa, um dos elementos que distinguia os moradores da Rua do Cascavel dos demais era o acesso aos benefícios materiais proporcionados pela CMIE, como a casa, a disponibilidade de água e de lenha, a energia elétrica e o morar próximo ao trabalho. Associado ainda a idéia de que a rua foi construída exclusivamente para abrigar os operários da CMIE com suas respectivas famílias, tem-se, então, que em seu conjunto aquela peculiaridade daquelas pessoas estava também relacionada ao poder econômico daquele grande empreendimento. Ou seja, pode-se argumentar que, mesmo se havia uma pré-

⁶⁶ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 06/10/08.

disposição para o conflito entre aqueles indivíduos, era principalmente por meio da importância política e econômica da CMIE que se sustentavam às práticas distintas dos moradores da Rua do Cascavel.

A repercussão dessa condição singular em relação a Manga pode também ser observada em outras situações do cotidiano daqueles moradores, como destacou Dona Dita (85 anos):

Agora os da companhia sempre tinham os dias de festa para eles. Se era o carnaval, tinha aquela distinção: “ali é da turma dos empregados”. Era assim. Se fosse um terno de reis, eles inventavam: “vamos na casa de tal empregado.” Era assim. Era desse jeito. Os empregados tinham muito prestígio nessa época. Mas também, tinha muitos que tinha prestígio e outros que o povo falava que até eram mal pagadores. “Êta”, que a gente ria (risos). Vender para quem? Pra empregado da companhia, você não recebe nunca. Tanto que eu fazia o possível pra não chegar a esse ponto, devido minha criação. Primeiro, porque o pessoal toda vida foi rígido com a gente para não fazer coisa malfeita. E nisso eu fui levando a vida.

Nesse comentário de Dona Dita (85 anos) destacam-se duas importantes informações que contribuem para entender o lugar de fronteira em que viviam aqueles moradores. A primeira se refere à percepção negativa do *status* social dos operários da CMIE, quando estes deixavam de cumprir suas obrigações financeiras. Nesse caso, estar inserido em um novo *status* social, promovido pela CMIE, significava também se expor a certas situações muitas vezes não favoráveis. Concomitante a essa situação, que se constituía nos limites entre uma decisão pessoal e a condição de ser operário da CMIE, vê-se também que o apelo às tradições, aos ensinamentos familiares – “Tanto que eu fazia o possível pra não chegar a esse ponto, devido minha criação. Primeiro, porque o pessoal toda vida foi rígido com a gente para não fazer coisa malfeita” – era fundamental para contrapor às novas situações a que aqueles indivíduos estavam expostos.

Por outro lado, o vínculo direto ao universo político-econômico dos coronéis Bembém e João Pereira, como foi expresso no comentário de Dona Morena (94 anos): “Isto aí era uma jagunçada que eu vou te contar. Além de trabalhar na Usina tinham que segurar na carabina,”⁶⁷ infundia certo poder àqueles indivíduos em relação ao restante da população, constituindo, pois, mais um importante elemento que colaborou efetivamente para a afirmação daquele *status* social singular e peculiar em Manga.

Nos limites entre a realidade histórica, em que o passado era substrato para as concepções de mundo, determinando ritmos, ritos, relações, práticas e costumes, e as manifestações da modernidade que se intensificavam na dialética do econômico e político,

⁶⁷ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 16/10/07.

perpassando sutil ou asperamente as diferentes dimensões do cotidiano daquelas pessoas, tem-se que, como destaca Seu Ambrósio (76 anos), viver aquela realidade “Não era ruim não. Só não era bom porque tinha hora que a gente gripava. Depois tomava o remédio, passava. Tornava ir, tornava trabalhar, né. Não era ruim não, né.”⁶⁸ Ou seja, mesmo com as dificuldades e adversidades, valia à pena inserir-se naquele universo de mudanças pelas quais passava Manga.

Sentimento semelhante demonstrou Dona Dita (85 anos) ao relacionar certos aspectos das práticas tradicionais com a chegada da modernidade, informada pelo entendimento de civilização:

O negócio era assim. Era como se diz: bom numa parte, e ruim em outra. A parte boa era isso: porque todo mundo tinha tranquilidade. Fazia uma festinha, não tinha intriga, não tinha briga, não tinha nada. Amanhecia era bêbado, caindo (risos). Dormindo à toa. E hoje isso não acontece. A parte ruim era isso: porque não tinha civilização. Era uma coisa assim, como se diz: nem todo canto a gente ia porque o povo era sem modo, não tinha educação. É onde eu digo: que era a falta de civilização. Porque era bom em uma parte disso. Porque era aquela tranquilidade. A ignorância mesmo fazia com que a pessoa achasse que desse jeito que estava bom. É... Se chegasse uma pessoa, se tivesse uma farrinha aqui, uma coisa, a pessoa aproximava, não tinha chegada. Outra hora se chegasse, dava logo uma dose de cachaça e botava para embriagar. Era desse jeito. Não sabia tratar com modo, não. É onde eu digo a você: não tinha intriga, não tinha briga. O sanfoneiro ficava tocando a sanfona. Aquilo tirava um pé, botava perto do outro, ficava descalço. E do jeito que ele tocava, desse jeito ele pisava no chão, no outro dia amanhecia o buraco. Todo dia fazia festa. Ô meu Deus, era ignorância, fazia festa em qualquer canto. Fazia uma barraca de folhas, e ali fazia a festa. No chão, na poeira, na ventosa,⁶⁹ como dizia um colega meu. Ele dizia: hoje no Sossego vai ser bom, vai ter um baile na ventosa. Mas é como se diz sobre a civilização: lá se vem às drogas, lá se vem tudo, que a gente não tem facilidade também, por isso. Porque antigamente não tinha isso, era só uma dozinha de pinga. [...] Já pensou? Civilização, já viu!⁷⁰

Note-se que Dona Dita (85 anos) exemplifica o que era viver no *entre-lugar*, o lugar de fronteira. Se por um lado a tradição garantia a estabilidade e certa “tranquilidade”, pois embora mesmo se “não havia nada” se “fazia festa em qualquer canto”, por outro, a modernidade instigava a possibilidade de novas experiências, ao se reportar à necessidade da formalização, argumento distinguível daqueles que tinham educação, que abandonavam a ignorância e, portanto, inseriam-se na “civilização”. Nesse sentido, viver o *local* – aquele intervalo entre o passado e o futuro – era, de fato, muito perigoso, pois era preciso transitar entre o certo e o incerto, abandonar, por vezes, aquilo que já sabia e se aventurar por lugares estranhos, afinal, “Já pensou? Civilização, já viu!”

⁶⁸ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 01/08/09.

⁶⁹ Refere-se ao ar livre.

⁷⁰ Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Manga em 29/07/09.

A modernidade, desse modo, em diferentes formas bateu em suas portas. Recebida na sala de visita, do estranhamento inicial ficou a certeza para aqueles moradores que eles já não estavam mais sozinhos. Daquele encontro, que se prolongou pelo restante da casa, pelos quintais, pelas ruas e praças, pelo rio, pelo campo e pelo tempo, resultou que o passado e o futuro já não tinham mais o mesmo significado; a certeza e a incerteza agora estavam tão próximas que não era possível evitá-las. Entre o ontem e o amanhã, o hoje, mesmo tão perigoso quanto inseguro, talvez fosse o melhor lugar para estar.

5. EPÍLOGO

O fenômeno da modernidade em Manga naquele período também foi permeado por outra característica da modernidade no Brasil, o rompimento com a ordem estabelecida. Se para os coronéis Bembém e João Pereira ela foi um importante instrumento para manutenção dos poderes político, econômico e social, também serviu de discurso contra tal *status*.

O evento que protagonizou esse caráter ambíguo da modernidade foi a intensa disputa, principalmente política, entre Antônio Lôpo Montalvão e aqueles coronéis. Depois de aproximadamente 10 anos de contendas, o resultado foi a bancarrota política daqueles líderes locais ao perderem as eleições municipais em 1958. A partir daí o grupo político liderado pelos coronéis Bembém e João Pereira não retornariam mais ao poder político em Manga.

Antônio Lôpo Montalvão era neto do coronel Joaquim Lôpo Montalvão, e irmão por parte de pai de Maria Amarante, esposa do coronel Bembém. Depois de uma série de conflitos envolvendo membros das duas famílias constituídas pelo seu pai Cecílio Lôpo Montalvão, Antônio Lôpo Montalvão muda-se, junto com a sua família, para Goiânia, GO. Após se envolver em um conflito que resultou na morte de uma pessoa naquela cidade, retorna para Manga e posteriormente vai residir em Recife. De lá se muda para Porto Alegre e depois para a Argentina (RIBEIRO, 2001). Ao retornar para Manga em fins da década de 1940 passa a ser o principal líder do grupo de oposição aos coronéis Bembém e João Pereira.

Não se sabe exatamente o que levou Antônio Lôpo Montalvão a se posicionar de forma veemente contra os coronéis Bembém e João Pereira. Conforme destaca Ribeiro (2001) mesmo com as disputas internas entre as duas famílias que tinha como patriarca Cecílio Lôpo Montalvão, Antônio, até o seu retorno definitivo a Manga, mantinha uma relação de certo modo cordial com alguns membros da outra família. Consta, inclusive, sua amizade mais próxima com Raymundo Pastor – seu sobrinho e filho do coronel Bembém –, que seria por ele derrotado na eleição para prefeito em 1958.

Ao retornar da Argentina, onde trabalhou como contador, mesmo só tendo freqüentado até a 3ª série do ensino primário, passa a atuar como comerciante. Inaugura, em sociedade com seu cunhado Osório Marinho, a Casa do Camponês. Estaria provavelmente ali o estopim do conflito. Diante do domínio econômico dos coronéis Bembém e João Pereira que monopolizavam o comércio atacadista e varejista local, utilizando como uma das estratégias a venda a prazo por preços mais elevados, e que tinha como condição de pagamento tanto a colheita como o desconto em salários, situação que provocava constantes endividamentos e,

conseqüentemente, promovia a dependência de parte significativa da população aos coronéis, Antônio Montalvão inaugurou em Manga uma modalidade de comércio até então inédita. Por meio de um sistema cooperativo comercializava produtos a baixo custo fornecidos por pequenos produtores locais, atendendo, principalmente, à população mais pobre e aos moradores da zona rural (MONTALVÃO, 2002).

Naquele mesmo período, filia-se ao Partido Republicano e inicia uma acirrada disputa também política com os coronéis Bembém e João Pereira. Utilizando do discurso de que era preciso acabar com o “caciquismo” e se auto-intitulando socialista, Antônio Lôpo Montalvão pregava a necessidade de modernização do lugar por meio da industrialização e da melhoria das condições de vida da população, principalmente, dos moradores mais pobres da cidade e daqueles que viviam na área rural (MONTALVÃO, 2002).

Ao instituir a disputa entre uma perspectiva “socialista” e o “caciquismo” dos coronéis, Antônio Montalvão trouxe para o cenário político, econômico e social local, já caracterizado pela idéia de progresso, como se viu anteriormente, novas possibilidades de mudança. A perspectiva da modernização ganhava nova feição. O significado da CMIE como símbolo da modernidade, bem como os outros elementos a ela vinculados, podiam ser questionados, pois também se relacionavam à hegemonia dos coronéis Bembém e João Pereira que se fundamentava, sobretudo, na opressão, manifestada em diferentes formas. Este foi, conforme observa Ribeiro (2001), o principal argumento do discurso de Antônio Montalvão, e que repercutiu sem muita dificuldade junto à população.

Outros elementos contribuíram para que a idéia de modernidade proposta por Antônio Lôpo Montalvão tivesse significado. Na esfera nacional, o processo de redemocratização do Brasil, iniciado depois da queda de Vargas, colocou em xeque a hegemonia do modelo oligárquico que até então predominava como principal força política, principalmente, nas pequenas e médias cidades do país. Havia, portanto, um clima favorável para novos discursos e para questionamentos. Antônio Montalvão soube muito bem aproveitar aquele momento. No seu entendimento era preciso garantir a liberdade do voto, pois “os votos são livres como nossa consciência” (MONTALVÃO, 2002), condição que, por sua vez, era imprescindível para o estabelecimento de uma nova ordem em Manga.

No contexto local, a liberdade de expressão que veio com a democracia permitiu o acirramento do embate entre os dois grupos opositores. Segundo informado por Montalvão (2002), Antônio Lôpo Montalvão se tornou o principal porta-voz daqueles que se sentiam oprimidos com os desmandos dos coronéis. Mesmo antes de ocupar algum cargo público desafiava com freqüência e publicamente aqueles dois líderes locais, condição que

provavelmente também se respaldava pelo fato de pertencer a uma família tradicional do lugar.

Descontente como os desmandos dos líderes locais e sem maiores alternativas para combater a força dos coronéis, contando com o apoio de familiares e com o financiamento do Banco do Brasil adquiriu em 1952 a Fazenda Barra do Cochá, no distrito de São Sebastião dos Poções, município de Manga, com o intuito de fundar ali uma cidade. Em 1954 disputa a eleição em Manga pela Aliança Libertadora Manguense, formada pelos partidos PR, UDN e PSP. Derrotado para o coronel João Pereira, volta à disputa em 1958, quando consegue êxito.

Um dos elementos que favoreceu a vitória de Antônio Lôpo Montalvão naquela época foi a instituição de uma Comarca Eleitoral em Manga em 1957. Como resultado, a eleição de 1958 foi marcada pela presença mais efetiva do poder judiciário e os votos, pela primeira vez, puderam ser apurados na própria cidade. Conforme descreveu Ribeiro (2001), a presença de um juiz de direito em Manga contribuiu para arrefecer o modelo fraudulento de fazer campanha eleitoral daqueles coronéis. O próprio juiz Carlos Porfírio declarou: “Ele (Antônio Montalvão) ganhou porque não deixei dois mil mortos e analfabetos votarem, como era hábito.” (RIBEIRO, 2001, p. 43).

Além desse abalo político, naquele mesmo período a hegemonia econômica dos coronéis era desafiada pela instalação de outra grande usina de beneficiamento de algodão em Manga. Tratava-se da Indústria Manguense Beneficiadora de Algodão, criada por iniciativa de Erasmo Gonzaga e Hélio Sales, políticos opositores dos coronéis Bembém e João Pereira. Este empreendimento quebrou a hegemonia da CMIE e passou a competir de forma agressiva no mercado de algodão, que se constituía a principal fonte de riqueza do município.

Após a vitória de Antônio Lôpo Montalvão acirrou-se os conflitos entre aqueles dois grupos políticos. O clima tenso que dominou a cidade fez surgir no imaginário popular, como comentou Dona Lourdes (86 anos), à percepção de que Manga vivia um clima similar ao das Coréias, que protagonizavam naquele período uma guerra extremamente violenta. Entre os fatos que podem ser destacados como inusitados daquela contenda destacam-se a transferência em 27 de fevereiro de 1960 da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Vereadores de Manga para Montalvânia, lugarejo erguido por Antônio Montalvão em sua Fazenda Barra do Cochá. Em junho de 1961, com o afastamento temporário de Antônio Montalvão para tratar de sua candidatura à Câmara Federal o vice-prefeito devolve a sede da Prefeitura e da Câmara de Vereadores para a cidade de Manga. No ano seguinte, Montalvânia emancipa-se política e administrativamente de Manga.

Nestes eventos a modernidade mostrava suas múltiplas faces. Diante dos costumes e

das práticas tradicionais apresentava-se como uma alternativa que prometia novas perspectivas. O mundo poderia ser melhor, era possível pensar diferente, agir diferente. A modernidade tanto simboliza conquistas e ganhos, como instituía a idéia de que o futuro, mesmo indeterminado e incerto, traria mais benefícios e novas oportunidades que se converteriam em algo melhor do que o que se tinha. O novo, por outro lado, não se voltava apenas contra as heranças do passado, mas também contra a própria ordem estabelecida, fosse ela moderna ou não. Criavam-se espaços para o questionamento e a disputa. Tudo, ou quase tudo, era permitido desde que o limite fosse horizonte sem fim.

Independentemente de idealismo particular ou algo similar, tanto os coronéis Bembém e João Pereira, como Antônio Montalvão souberam muito bem aproveitar o que oferecia a modernidade. Cada um a seu modo, construíram discursos e práticas que momentaneamente tornaram-se poderosos. De outro modo, provavelmente tamanha “liberdade” tenha dificultado a percepção de que a modernidade também carrega consigo o seu próprio fim.

6. *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

Ao longo deste estudo, em que se pretendeu apreender o impacto que a modernidade provocou nos modos de vida dos moradores de Manga entre 1936 e 1958, sobretudo, por meio da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A, a ênfase em localizar nos sujeitos a qualidade de agência foi extremamente profícua, pois foi possível apreender os fenômenos da modernidade a partir de suas qualidades dinâmicas. Nesse sentido, o exercício de procurar nos elementos históricos o suporte para se entender os fenômenos sociais contribuiu, sobremaneira, para equalizar teoria e empiria, no entendimento de que o conhecimento sociológico não pode prescindir do mundo real que se manifesta nas experiências dos atores. Como salienta Skocpol (2004, p. 26), em se tratando de estudos de mudança social, os resultados dos trabalhos que se orientam pela perspectiva sociológico-histórica atingem resultados mais substanciais do que aqueles que trabalham com “paradigmas teóricos excessivamente genéricos.”

Por esta perspectiva, para se apreender os aspectos da modernidade em Manga naquele período, utilizou-se como parâmetro o seu conceito histórico que se desenvolveu na Europa na segunda metade do século XVIII, quando a modernidade rompeu definitivamente com o passado e passou a se fundamentar na idéia de uma continuação ininterrupta e pela premente necessidade de novas coisas (KUMAR, 1997). Nesse sentido, os processos de modernização estavam diretamente vinculados à emergência do Estado Nacional, do capitalismo, do liberalismo, do individualismo, do deslocamento do tempo e do espaço e da negação sistemática das tradições familiares e coletivas.

Pretendeu-se, nas análises feitas, enfatizar as particularidades dos processos históricos da modernidade em Manga e como os sujeitos a qualificaram. Desse modo, um dos desafios mais instigantes deste empreendimento foi estabelecer uma relação entre o cotidiano e a história que, conforme observa Guerra (1993), se constitui uma fratura ainda não resolvida nas ciências que trata das questões humanas e sociais. Se por um lado, os modos de vida remetem ao cotidiano, em que se focalizam as práticas individuais e coletivas, como o trabalho, o lazer, o consumo, a vida familiar etc., por outro, a história, situada na dimensão da estrutura, se reportaria às questões macro, como, por exemplo, a economia, a política e os aspectos sociais.

No intuito de responder a esta demanda, a opção foi por privilegiar as dimensões macro das relações sociais e a partir delas buscar apreender aspectos gerais daqueles modos

de vida. Nesse sentido, por meio da abordagem de certos fenômenos econômicos, políticos e sociais foi possível identificar a tensão entre o passado e as expectativas de futuro, que foram analisados tanto a partir dos fenômenos sociais, como de suas representações feitas por sujeitos que viveram ou testemunharam aquela história.

Ouvir e refletir sobre o que disse Dona Morena, Seu Sátiro, Dona Dazinha, Seu Ambrósio, Dona Dita, Dona Lourdes, Seu Manuel da Volta, Hamilton Costa, Antônio Bandeira, entre tantos outros interlocutores, assim, foi, de fato, uma experiência singular, pois antes de encontrar um mundo estático, guardado no tempo e no espaço, me deparei com a vida. Antes de encontrar “verdades”, sistemas elaborados de determinação do que é, encontrei quase sempre aquilo que não é. Desse modo, sabendo dos limites deste trabalho, em que foi dado apenas um pequeno passo na longa jornada de se produzir conhecimento a respeito de Manga e da modernidade no Brasil, ficou a certeza do quanto é importante considerar diferentes versões da história. Como autores, eles e nós dialogamos incessantemente. E é exatamente nos limites desse diálogo, sustentado pelo mundo real e simbólico, representado em nossas percepções que, finalmente, encontramos respostas para nossas interrogações.

Considerando que cada discurso expressa certos critérios de verdade (ALEXANDER, 1986), e sabendo da impossibilidade de se desvencilhar de tal perspectiva, antes de ter como objetivo estabelecer determinações quanto à modernidade em Manga entre 1936 e 1958, reduzindo o entendimento desse fenômeno a ele mesmo, buscou-se, ao contrário, construir diálogos entre as dimensões micro, meso e macro da modernidade. Desse modo, foi possível apreender aspectos da modernidade em Manga considerando que são os sujeitos portadores da história seus reais agentes, sem prescindir, no entanto, de relacioná-los com as particularidades da modernidade no Brasil, bem como inseri-los na perspectiva da universalidade.

Como fenômeno social, a modernidade conectou Manga ao global. Se até então as percepções de mundo e as decisões se fundamentavam principalmente nos referenciais familiares e coletivos, com a implantação do município em 1924 e a partir da entrada em funcionamento da CMIE em 1936, emerge de forma mais evidente a perspectiva da racionalidade burocrática (WEBER, 1994b), quando o cotidiano local passa também a ser permeado em maior evidência pelos ditames do Estado Nacional e do capitalismo. Tanto a instituição dos poderes municipais, estaduais e federais, como os efeitos da esfera econômica contribuíram para modificar as relações sociais e, conseqüentemente, os modos de vida dos moradores de Manga.

O caráter pessoal das relações sociais produzido pela racionalidade burocrática, ao

provocar o desencaixe (GIDDENS, 1991) dos hábitos e práticas locais, conectando-os a outras dimensões, foi observado em Manga naquele período por meio de diversos fenômenos. A circulação de dinheiro em maior quantidade e intensidade, representando aquilo que Giddens (1991) chamou de ficha simbólica, foi um dos elementos mais impactantes nas relações sociais entre os moradores de Manga e destes com outras pessoas e empresas de outras localidades, pois até então, “ninguém sabia o que era salário, não. Não tinha não. Assalariados foram só os da Cia. Manga,” como observou Dona Dazinha (80 anos). Na esfera local, a maior circulação de dinheiro corroborou, sobremaneira, para instituir novos valores aos produtos. Se até então predominava entre a maioria da população o escambo, no intuito de satisfazer as necessidades básicas, quando o peixe, por exemplo, era trocado por produtos agrícolas, como comentou Dona Dita (85 anos), ou ainda quando aquele que tinha algum produto em quantidade maior do que o que precisava, fazia empréstimo a familiares e vizinhos, como informou Dona Dazinha (80 anos), prática, inclusive, ainda comum atualmente em Manga, com a maior circulação de dinheiro os produtos passaram a ter também um valor monetário. Nesse sentido, possuir dinheiro – e o trabalho na CMIE era um dos principais meios de adquiri-lo – significava ter acesso a uma quantidade maior de produtos, bem como aos produtos industrializados que, como se viu, passaram a circular em maior variedade em Manga naquele período.

A maior circulação de dinheiro em Manga também provocou outro fenômeno, o crescimento da cidade, quando ruas e bairros foram abertos. A possibilidade de uma renda monetária provocou não apenas o crescimento físico da cidade, como também contribuiu para melhoria da estrutura dos próprios prédios, que, como já informado, passaram a ter dimensões maiores e a oferecer mais conforto para seus moradores.

De outro modo, as relações comerciais, sobretudo da CMIE, com fornecedores e compradores, conectaram Manga a outras localidades, como se evidenciou por meio da compra e venda de algodão e outros produtos; da compra de maquinários, como os que foram utilizados na usina de beneficiamento; de relações comerciais com empresas nacionais, como as Indústrias Matarazzo de São Paulo, por exemplo, quando a CMIE se tornou uma importante fornecedora de algodão; e de relações internacionais, como as que foram realizadas pelos Diários Associados que possuíam uma fazenda em Manga e lá implantaram um sistema de irrigação importado da Inglaterra para o plantio de algodão. Estes eventos, entre outros, contribuíram, sobremaneira, para mudar as expectativas e perspectivas dos moradores de Manga, quando as dinâmicas locais passaram também a estar impregnadas de concepções exógenas, que passaram a influenciar os modos de vida daquelas pessoas.

Os efeitos da racionalidade burocrática também contribuíram para modificar as relações sociais. Se até então predominava, para a maioria da população, os referenciais familiares e coletivos, que se sustentavam, sobretudo, pela idade, gênero e posição no próprio grupo, determinando certos níveis de hierarquia, a partir daquele momento, as relações sociais passaram também a ser orientadas pelos *status* político e econômico, que se balizavam em regras impessoais. Tal situação se evidenciou tanto na instituição dos grupos sociais pessoas de primeira e pessoas de segunda, em que se acentuou os limites entre as elites locais e o restantes da população, como na emergência da classe operária, que passou a se distinguir dos demais moradores dimensionados na categoria pessoas de segunda por meio de certos privilégios, proporcionados, principalmente, pelo acesso direto aos benefícios da CMIE, como o salário, a energia elétrica, a distribuição de água, a distinção social etc.

Na esteira das mudanças pelas quais vivia Manga o sentido da confiança (GIDDENS, 1991) é profundamente alterado. Deslocava-se paulatinamente da percepção de que as atividades humanas são dadas pela natureza ou por concepção divina e passava a se fundamentar na perspectiva dos sistemas criados socialmente. Ou seja, a percepção das transformações que até então era orientada pelas experiências dos próprios sujeitos também se sustentava na perspectiva das mudanças que se evidenciavam no lugar. O trabalho assalariado pode ser tomado como exemplo. A possibilidade de ganho monetário permitindo o acesso a certas conquistas materiais, como a produtos industrializados e a bens duráveis, como a casa, são indícios de que a segurança e a confiança do ambiente familiar e coletivo passavam a sofrer a competição da autonomia individual, quando aqueles elementos podiam ser conquistados a partir dos esforços pessoais.

Para viver em modernidade era preciso possuir então uma consciência moderna (SZTOMPKA, 1998), que passava necessariamente pela perspectiva de “individualizar-se”, ou seja, estar preparado para aceitar substituir os referenciais familiares e coletivos e a própria experiência pela mudança e a inovação orientada para o futuro, para algo novo que não tem fim, bem como para aceitar incondicionalmente a burocracia. Se não se pode dizer que em Manga estes elementos passaram a ser hegemônicos a partir daquele momento, é possível, no entanto, argumentar que o conjunto das mudanças pelas quais passava o lugar, sobretudo, pela emergência do capitalismo e do Estado Nacional em maior evidência passou a ser uma realidade cada vez mais presente no cotidiano daquelas pessoas. A intensificação das relações comerciais e dos determinismos econômicos, com o crescimento acentuado e constante das atividades produtivas, bem como a crescente burocratização promovida pelo aperfeiçoamento dos aparelhos de Estado contribuíram para acentuar a disparidade entre os modos de vida

modernos e os tradicionais.

Em termos práticos, pode-se dizer também que a instituição do discurso de progresso associado à modernidade foi um importante instrumento de afirmação dos poderes dos coronéis Bembém e João Pereira. Os ganhos materiais e simbólicos da cidade, como a autonomia político-administrativa, a melhoria da infra-estrutura da cidade, o trabalho assalariado, o desenvolvimento do comércio e de outras atividades produtivas estavam diretamente associados às forças política e econômica daqueles líderes locais. Habilidade, e associando-se às lideranças políticas estaduais, conseguiram afirmar-se no poder e conduzir, em muitos de seus aspectos, os rumos daquela localidade.

Evidenciava-se, tal qual ocorria no Brasil, à modernidade conservadora (IGLÉSIAS, 1993; FERNANDES, 1975; FAUSTO, 2002 e CARVALHO, 2003), ou seja, implantavam-se instituições e normas modernas em estruturas arcaicas. Mais uma vez, pode-se retornar aos dois principais símbolos dos processos de modernização pelos quais passava o lugar para mais bem entender tal fenômeno. Considerando que já havia em Manga uma tradição de domínio econômico, político e social de uma pequena elite constituída por membros de algumas poucas famílias como os Alkmim, Diamantino e Montalvão, vindo se juntar a estas os Pastor e os Alves Pereira, onde a figura de coronéis predominava, a implantação do município em 1924, quando as instituições do Estado Moderno passaram a estar presente de forma mais efetiva no cotidiano daquelas pessoas, não representou necessariamente o fim daquele modelo arcaico de domínio, ao contrário, sua realização estava diretamente relacionada ao poder de barganha daquela elite. A emergência do Estado Moderno representou na verdade mais uma estratégia de manutenção da ordem e dos poderes já constituídos do que, de fato, a possibilidade de implantação de um regime que se voltasse para atender às demandas da sociedade.

Na constituição do aparelho administrativo do município, tem-se um exemplo desta ambigüidade da modernização no Brasil. A ocupação dos cargos públicos por membros da elite dominante e por pessoas indicadas diretamente pelos coronéis era um importante meio de garantir e associar os interesses daqueles que detinham o poder local com as práticas que eram instituídas por meio do Estado.

Do mesmo modo, a disseminação da economia capitalista, que viria a se tornar hegemônica no lugar a partir da entrada em funcionamento da CMIE, se sustentava também numa base oligárquica arcaica. Como se viu, não foi fruto de mudança de paradigma, mas constituiu-se em mais um instrumento a serviço dos interesses das elites locais. Ao contrário de possibilitar o acesso de toda população a melhores condições de vida – isso se refletiu

apenas para uma minoria –, à liberdade, à perspectiva de ganhos constantes, se acomodou perfeitamente na ordem vigente e contribuiu para acentuar a opressão à maioria da população.

Em seu conjunto, pode-se dizer que o modelo em voga naquele momento não permitia, de fato, uma participação efetiva da sociedade nas decisões que envolvia as questões de interesse comunitário. A lógica que predominava, respaldada pelo modelo político-econômico que prevalecia no país, era fortalecer o poder daquela elite local que daria suporte à oligarquia estadual e, em consequência, a nacional, recebendo, em contrapartida, apoio incondicional destes grupos. Neste aspecto, como observou Fernandes (1975), esse modelo eliminava completamente a possibilidade de democratização do poder e da propriedade.

Se, de algum modo, as mudanças produtivas proporcionaram certos ganhos para uma parcela da população, não se pode afirmar que a sua inserção na economia capitalista trouxe, de fato, melhores resultados. Por um lado, os benefícios do excedente ficaram concentrados nas mãos de poucos, acentuando a distância entre as pessoas de primeira e as pessoas de segunda, por outro, o “desmantelamento” da economia de caráter coletivo-comunitário, que se sustentava na produção e compartilhamento daquilo que era necessário para viver adequadamente, trouxe prejuízos para a maioria da população. Instigada por novas necessidades e expectativas, desestimulada pelo avanço da economia de mercado, a consequência foi o paulatino processo de pauperização da maioria da população.

Em outro aspecto, a circulação do discurso de progresso associado à modernidade também contribuiu para acentuar o caráter ambíguo daquele fenômeno. Ao mesmo tempo em que alimentava a tradição oligárquica do lugar, reafirmando, por meio dos aspectos econômicos, políticos e sociais, os poderes dos coronéis Bembém e João Pereira, também açulava a possibilidade de rompimento com aquela ordem. As perspectivas advindas com a modernidade, quando os sujeitos conquistavam certas autonomias, desvinculando-se de determinadas tradições que limitavam suas percepções, proporcionava novas reflexões à luz das mudanças pelas quais passava o lugar. As expectativas que surgiram a partir do trabalho assalariado e daqueles vinculados às atividades produtivas da CMIE podem ser tomadas como exemplo desta condição. Se, por um lado, os ganhos materiais traziam consigo a idéia de “ser alguém”, como expressou Dona Dazinha (80 anos), ou seja, o entendimento de que era possível conquistar algo por esforço próprio, por outro, essa “oportunidade” era proporcionada nos limites dos interesses daquele grupo dominante. Estabelecia-se, desse modo, uma tensão entre a necessidade de permanência e a evidência da ruptura, quando, enfim, a modernidade ganhava forma.

No seio de uma nova cidade, que se transmutava sem parar, as pessoas iam ocupando

lugares diferentes, faziam coisas diferentes. Deslocavam-se dos costumes e das tradições para novas realidades. Se até então prevalecia a experiência, contida na trajetória histórica de cada um e da própria comunidade, a partir daquele momento o futuro incerto também era evidente. Entre o ontem, o amanhã e as necessidades imediatas, os sujeitos buscavam novas alternativas. Era preciso aprender a sobreviver de forma diferente, mover-se pelo desconhecido, sonhar, desejar, fazer.

As novas formas de racionalidade instituídas pelo Estado e pelo capitalismo deslocaram significativamente o tempo e o espaço do contexto local para o não-local. Se até então eles ganhavam significado por meio dos fenômenos da natureza e das atividades sócio-espaciais localizadas no ambiente comunitário, com a modernidade passaram a obedecer também a outras lógicas, que independiam das decisões daqueles indivíduos. Nesse sentido, o tempo e o espaço também se inseriam na cadência do apito da Usina, no ritmo da máquina e na chegada do vapor.

Situados, portanto, nesse entre-lugar, os sujeitos se posicionavam entre a segurança das tradições, que garantia estabilidade (GIDDENS, 1991) e a incerteza, embora instigante, da modernidade, que prometia sempre para o futuro a possibilidade de novas conquistas e de algo sempre melhor. Era exatamente entre estas duas perspectivas que aqueles sujeitos tinham que agir. A tradição, tanto contribuía para delimitar as fronteiras da modernidade, como também era palco para o questionamento do próprio passado, pois não estava imune aos conflitos de interesse e do assédio ideológico. A modernidade, por sua vez, não prescindia da efetiva qualificação dos atores que a encenava. Negociada constantemente, (re)inventada, negada ou absorvida, para muitos, e em certas situações, a modernidade trouxe benefícios, criou expectativas, afirmou *status*. Para outros, no entanto, representou o medo, a incerteza, a insegurança.

Diante desse cenário, pode-se, enfim, argumentar que é na contingência e na história que se assenta a construção da modernidade. Nesse sentido, são as demandas imediatas, configuradas pelas necessidades e expectativas dos sujeitos, que informam a necessidade da tradição ou da modernidade, constituindo, como observou Bhabha (1998) um local de fronteira, uma nova realidade, em que o passado e o futuro ganham significado em cada evento. Se não há determinismo, a referência em uma ou outra direção é apenas uma satisfação passageira, em que a cada momento os portadores da história reorientam os rumos de sua própria história.

7. Referências

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ABREU, Marcelo de Paiva. “O Brasil e a economia mundial”. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. São Paulo: Difel (História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol. 4). 1984. p. 9-49.

ALEXANDER, Jeffrey C. **O novo movimento teórico**. Texto apresentado no X Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, realizado em outubro de 1986, em Campos do Jordão, SP. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_01.htm>. Acesso em: 12 fev. 2009.

ALKMIM, Carlos Diamantino. **Recordações de minha tia**. Belo Horizonte: Edições C.L.A., 2005.

ALKMIM, Carlos Diamantino. **Sabor de Manga**. Manga: (ed. do autor), 1999.

AMBRÓSIO, Manoel. **Brasil Interior: palestras populares – folk-lore das margens do S. Francisco**. São Paulo: (ed. do autor), 1934.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna**. Belo Horizonte: PUC-Minas/C/Arte, 2004.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Salvador: Progresso, 1950.

AVRITZER, Leonardo e DOMINGUES, José Maurício (org.). **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

AZEVEDO, Almir Sabino. **Montalvão e Montalvânia: não há como esquecer**. Brasília, 2002.

BACCEGA, Marcus e SAMPAIO, Maria Clara S. Carneiro. **História e Sociologia Histórica no tempo do mundo: contribuições de Max Weber e interação entre a história Econômica e a**

História Social das Idéias. Disponível em:
<http://www.gpepsm.ufsc.br/index_arquivos/4.pdf> Acesso em: 05 abr. 2009.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Vol. 1. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOLLE, William. **Fisiognomia da cidade moderna**. São Paulo: Edusp, 2000. pp. 313-363.

BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 159-166.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Lei nº 541 de 15 de dezembro de 1948. Cria a Comissão do Vale do São Francisco, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em:
<www.codevasf.gov.br/principal/legislacao/leis/lei-nb0-541-de-15-dezembro-de-1948>.
Acesso em: 29 out. 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

BURKE, Peter. **History and social theory**. Cambridge: Polity Press, 1992.

BURTON, Richard. **Viagem de Canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1977.

CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANGA. **Livros de Alvarás de Licença para Construção e Reconstrução**. Manga, 1924a.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANGA. **Livro de leis da Câmara Municipal de vereadores de Manga**. Manga, 1924b.

CAMELO, José Vieira. **A Dinâmica política, econômica e social do Rio São Francisco e do seu vale**. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_17/Jose_Vieira_Camelo_Filho.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2007.

CAMPOS, Daniel Vasconelos. **Max Weber, o conhecimento sociológico da história: uma interlocução com a filosofia hegeliana**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CANIELLO, Márcio. **O Ethos Sanjoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”**. *Mana*, Rio de Janeiro, 9(1): pp. 31-56, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v9n1/a03v09n1.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2008.

CANIELLO, Márcio. **Sociabilidade e padrão ético numa cidade do interior: carnaval, política e vida cotidiana em São João Nepomuceno – MG**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 15ª reimpressão.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Brasília: INL/MEC, 1979.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha e CUNHA, Suzana Ezequiel da. **Os caminhos da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004.

COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Cartografia da Conquista do Território das Minas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

COSTA, João Batista de Almeida. **A reescrita da História**: a valorização do negro e a atualização das relações ancestrais no norte de Minas”. In *Revista Verde Grande*. Montes Claros, v. 1., pp. 12-27, 2005b. Texto recebido por: <historiaroberio@yahoo.com.br> em 10 dez. 2008.

COSTA, João Batista de Almeida. **Cerrados norte mineiro**: populações tradicionais e suas identidades territoriais. 2008b. Texto recebido por: <historiaroberio@yahoo.com.br> em 10 dez. 2008.

COSTA, João Batista de Almeida. **Cultura, natureza e populações tradicionais**: o sertão norte mineiro como síntese da nação brasileira. Artigo publicado na *Revista Verde Grande*, 1(3), Montes Claros: 2005a, pp.8-48. Texto recebido por: <historiaroberio@yahoo.com.br> em 10 dez. 2008.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos**: identidade através de rito em Brejo dos Crioulos (MG). Dissertação (Mestrado em Antropologia), UNB, Brasília, 1999.

COSTA, João Batista de Almeida. **Identidade Norte Mineira**: assuntando sua especificidade regional nos estudos da nação. 2008a. Texto recebido por: <historiaroberio@yahoo.com.br> em 10 dez. 2008.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianeiros**: englobamento, exclusão e resistência. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UNB, Brasília, 2003.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras**. I Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo, novembro 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/simbolagua.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2008.

DIEGUES, Antônio C. e ARRUDA, Rinaldo S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade social, subjetividade coletiva e modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

DOMINGUES, José Maurício. **Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporâneo**. Tempo Social, Revista de Sociologia, USP, São Paulo, 10(2): 209-234, 1998. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol10n2/modernidade.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2009.

D'ORBIGNY, Alcide. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

DOURADO, Walter de Castro. **Pequena História da Navegação no Rio São Francisco**. Juazeiro: (ed. do autor), 1973.

DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. 1ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERRAZ, Francisco. Introdução: a construção da modernidade. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (et al.). **Modernização política e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990. p. 3-19.

FREITAS, Vitor Figueira de. **Na bacia do São Francisco**. Belo Horizonte: (ed. do autor), 1960.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.

FURTADO, Junia Ferreira. **Homens de negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOLGHER, Isaías. **Guerra dos emboabas**: a primeira guerra civil nas Américas. 2ª ed. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982.

GOMES, Núbia Pereira Magalhães. **Mundo encaixado**: significação da cultura popular. Belo Horizonte: Mazza; Juiz de Fora: UFJF, 1992.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

GUERRA, Isabel. **Modos de vida**: novos percursos e novos conceitos. Lisboa: Sociologia – problemas e práticas, nº 13, 1993. p. 59-74. Disponível em: <<https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/932/1/6.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **A província brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente à exploração do Rio São Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico**. Rio de Janeiro (s.n.), 1860.

HESENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A época colonial**. Tomo I: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A Crise dos paradigmas na Sociologia**: problemas de explicação. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1990. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_13/rbcs13_05.htm> Acesso em: 18 jul 2008.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

IANNI, Octavio. **A Sociologia e o mundo moderno**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 7-27, 1.sem. 1989. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol01n1/a%20sociologia.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2009.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol. XXVI. Rio de Janeiro, 1959.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil**: 1º de Setembro de 1940. Rio de Janeiro, 1950.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil**: 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

LACERDA, Carlos. **O Rio São Francisco**: desafio e promessa. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.

LARA, Silvia Hunold. **Campo da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LASCH, Christopher. **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos e espaço público**: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, jun. 2002, vol. 17, num. 49. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a08v1749.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2008.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**. Tomos I, II e III. 5ª ed. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

LIMA, Anfrísio. **Espinhos de mandacaru**. Manga: (s.n.), 2009.

LINS, Wilson. **O Médio São Francisco**: uma sociedade de pastores e guerreiros. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2008.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, num. 49, Brasil, pp. 11-29, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2008.

MALISKA, Marcos Augusto. **Max Weber e o estado racional moderno**. Capítulo 4 da primeira parte da Tese de Doutorado: Os desafios do Estado Moderno: federalismo e integração regional, defendida junto ao programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cejur.ufpr.br/revista/artigos/001-2sem-2006/artigo-02.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2009.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Editora Novos Rumos, 1986.

MATA MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATOS, Vera Lúcia A. **Os Barranqueiros do São Francisco**. Januária: (ed. do autor), 1986.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MONTALVÃO, Kátia. **A Trajetória do fundador da cidade de Montalvânia na memória coletiva**: uma contribuição para a cultura local e escolar. Dissertação (Mestrado em Pesquisa e Educação) Université Du Québec À Chicoutimi e Universidade do Estado da Bahia, 2002.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (O Brasil Republicano; v. 3), 2003. p. 156-194.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

NANTES, Pe. Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da integração**: os remeiros do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, v. 10, 1995.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Organizadores). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

ORTIZ, Renato. **As ciências sociais e a cultura**. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 14(1): 19-32, mai. de 2002.

ORTIZ, Renato. **Da modernidade incompleta à modernidade-mundo**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol. XV, nº 1, jan./jun., pp. 77-97, 2000.

ORTIZ, Renato. Estado, cultura popular e identidade nacional. In: ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 127-142.

OTTONI, Carlos. **Da Diamantina a São Francisco: impressões de viagem.** Revista do Arquivo Público Mineiro, vol 2, 1877. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1996. (CD-ROM).

PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. **Território de contrastes economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX.** Trabalho apresentado no X Seminário sobre Economia Mineira. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D17.PDF>> Acesso em: 14 ago. 2006.

PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. **Weber e Durkheim postos em perspectiva.** PEIRANO, Mariza (org.). **Leituras de Weber.** Série Antropologia, 263, Brasília, 1999. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie263empdf.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2008.

PEREIRA, Antônio Emílio. **Memorial Januária: terra, rios e gente.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

PIERSON, Donald. **O homem do Vale do São Francisco.** Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco. Tomo III, 1972.

PINHO, Patrícia de Santana. **Reinvenções da África na Bahia.** São Paulo: Annablume, 2004.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas.** Montes Claros: (ed. do autor), 1979.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA. **Livros de Alvarás de Licença para Construção e Reconstrução.** Manga, 1931a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA. **Livro de Atas da Comissão Municipal para propaganda de “Bônus de Guerra”.** Manga, 1943.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA. **Livro de Decretos-Leis da Prefeitura Municipal de Manga.** Manga, 1945.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA. **Livro de Honra da Prefeitura Municipal de Manga.** Manga, 1936.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGA. **Livro de Termos da Prefeitura Municipal de Manga.** Manga, 1931b.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PRADO Jr., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRATT, Mary Louise. **Olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

REIS, Douglas Sathler dos. **O Rural e Urbano no Brasil**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_777.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2008.

RIBEIRO, Loredana M. Ricardo. **O salvador político e a cidade ideal: mito e utopia no extremo norte de Minas Gerais (1950-1980)**, 2001. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1994.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: CODEVASF, 1983.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte 1)**. Mana. Rio de Janeiro, 3(1): 41-73, 1997a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte 2)**. Mana. Rio de Janeiro, 3(1): 103-150, 1997b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2442.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Xacriabá: identidade e história** (relatório de pesquisa). Série Antropológica. Brasília: UnB, 1994. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie167empdf.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2008.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos e CAMARGO, Pablo Matos. **Comunidade quilombolas de Minas Gerais no século XXI**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx**. 3ª. Ed. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Paulo Robério Ferreira. **Identidades afro-descendentes reinventadas: crenças populares e códigos sócio-religiosos no alto-médio São Francisco**. Rio de Janeiro: Revista História, imagem e narrativas, nº 5, ano 3, set. 2007.

SILVEIRA, Victor. **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SKOCPOL, Theda. **A imaginação histórica da Sociologia**. Estudos de Sociologia, Araraquara, 16, 7-29, 2004. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/soc/revista/artigos_pdf_res/16/01skocpol.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2008.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

SOUZA, Brana Carvalhaes Machado de e SANTANA, Luciana. **Plano de inventário de Manga**. Prefeitura Municipal de Manga, MG, 2005.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000a.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000b.

SOUZA, José Evangelista de. **Carinhonha: no médio São Francisco, rumo ao velho oeste**. (versão sem edição). s/d.

SPINK, Mary Jane P. (org.). **Práticas discursivas e produção do sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SZTOMPKA, Piotr. **A Sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TAVOLARO, Sérgio B. F. **Existe uma modernidade brasileira?** Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, n. 059, pp. 5-22, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/107/10705901.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNGER, Edyla Mangabeira. **O sertão do velho Chico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VALADE, Bernard. Mudança social. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p. 337-374.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999a.

VASCONCELOS, Diogo de. **História média das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999b.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (et al.). **Modernização política e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VIANNA, Oliveira. **Ensaio inédito**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

VIEIRA, Luiz Renato. **Racionalização e mudança social em Max Weber**. Educação e Filosofia, Uberlândia, 7(14): 179-188, jul./dez., 1993. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/1081/979>>. Acesso em: 03 jun. 2009.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Lisboa: Edições 70, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3ª ed. Brasília: UnB, 1994a. vol. 1.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3ª ed. Brasília: UnB, 1994b. vol. 2.

WEFFORT, Francisco C. **A cultura e as revoluções da modernização**. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiados do Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1995.

8. *Apêndice A*

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivo da Pesquisa: Discutir o impacto dos efeitos da modernidade nos modos de vida dos moradores de Manga na década de 1940 após a implantação de um grande empreendimento industrial: a Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A.

Objetivo da Entrevista: Identificar, através dos depoimentos:

- a) Aspectos característicos de Manga antes da inauguração da Usina, no que diz respeito às sociabilidades e a construção de espacialidades –elementos determinantes dos modos de vida, além de aspectos do imaginário que dão sustentabilidade àquela sociedade;
- b) Testemunhos de narrativas sobre a vida em Manga proferidas pelos mais velhos quando da época da infância, juventude ou fase adulta do entrevistado;
- c) Qual o entendimento de modernidade e a percepção das mudanças provocadas no cotidiano a partir da inauguração da Usina;
- d) O que ficou do modo de vida tradicional e o que mudou depois da implantação da Usina.

1. *DADOS PESSOAIS*

- 1.1. Nome do entrevistado:
- 1.2. Naturalidade:
- 1.3. Nascimento:
- 1.4. Estado civil:
- 1.5. Religião:
- 1.6. Escolaridade:
- 1.7. Profissão/Ocupação atual:
- 1.8. Local de moradia:
- 1.9. Qual a origem de sua família? São aqui de Manga ou vieram de outro lugar?

2. *IMPLANTAÇÃO DA USINA*

2.1. Em 1937 foi inaugurada aqui em Manga uma grande usina de beneficiamento de algodão (Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A). O que o senhor(a) lembra do momento em que a Usina foi inaugurada?

3.2.1. Características contributivas para a implantação da CMIE

2.2. Antes da Usina ser implantada qual era a importância de Manga para a região? (Em que as pessoas trabalhavam?)

2.3. Em sua opinião, por que a Usina foi construída aqui?

2.4. Depois que a Usina entrou em funcionamento O que mudou? (como Manga passou a ser “vista” nesta região do Vale do Rio São Francisco?)

2.5. As pessoas estudavam? Onde?

3.3. Que modernidade é essa?

2.6. Na época em que a Usina foi inaugurada aqui em Manga, aconteceram outras mudanças? Quais?

3.2.2. Os coronéis

2.7. Os coronéis João Pereira e Bembém tiveram alguma importância na implantação da Usina? Se sim, qual?

2.8. Outras pessoas foram importantes para a implantação da Usina? Quem? Por quê?

2.9. O que senhor(a) sabe sobre a disputa entre os coronéis João Pereira e Bembém e Antônio Montalvão.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS

3.1. O senhor(a) conhece alguma história sobre Manga que os mais velhos costumavam contar?

4. *TRADIÇÃO E MODERNIDADE*

4.3. *Rua do Cascavel*

4.1. Em sua opinião, por que a Rua do Cascavel é tão conhecida?

4.2. Você conhece alguma história da Rua do Cascavel?

4.3. Como os moradores da Rua do Cascavel eram vistos pelos outros moradores de Manga?

SE MORADOR (ou ex-)

4.4. De que viviam os trabalhadores da Usina que moravam na Rua do Cascavel antes da Usina ser inaugurada?

4.5. Mudou alguma coisa na vida dos moradores da Rua do Cascavel depois que a Usina foi inaugurada? O quê?

4.6. Como era a convivência entre os moradores da Rua do Cascavel?

4.7. Como era a convivência dos moradores da Rua do Cascavel com os outros moradores da cidade?

4.8. Como era a vida diária? (o que as pessoas costumavam fazer além do trabalho na Usina?)

4.9. Como era o trabalho na Usina?

4.10. Qual a importância de se trabalhar na Usina?

4.2. *Nas fronteiras do local, tradicional e moderno*

Vida em família

4.11. Antes da Usina ser inaugurada como era a vida em família? (Quais as atividades)

4.12. Depois que a Usina entrou em funcionamento mudou alguma coisa na vida em família?
Se sim, o quê? (Mudou alguma coisa na vida das mulheres?)

Vida Social

4.13. Como era a convivência das pessoas aqui em Manga antes da inauguração da Usina?
Mudou alguma coisa depois que a Usina foi inaugurada?

4.14. Quais os locais em que as pessoas costumavam se reunir? Por quê?

4.15. Quais as festas que existiam em Manga quando da sua infância, adolescência e juventude?

4.16. Depois que a Usina foi inaugurada mudou alguma coisa em relação às festas e aos eventos populares?

4.17. Tinha algum tipo de jogo ou brincadeira que era comum as pessoas praticarem? Quem e onde praticavam?

Representações

4.18. O que significa para você ser manguense?

A Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A (Retomada)

4.19. A Usina trouxe benefícios para Manga? Se sim, quais?

4.20. A Usina trouxe problemas para Manga? Se sim, quais?

4.21. Tem mais alguma coisa que mudou em Manga depois que a Usina começou a funcionar?

9. *Apêndice B*

FICHA DE ENTREVISTA

Projeto: ENCONTRO COM A MODERNIDADE: mudança social em Manga a partir da inauguração da Cia. Manga Industrial e Exportadora S/A na década de 1940.

Tipo de Entrevista: História Temática (H.T.)

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

Tel: _____ **CEP:** _____

Duração: _____ **Recurso para registro de áudio:** _____

Local: _____

Data: ___/___/_____. **Período:** _____

Pesquisa e Roteiro: Paulo Robério Ferreira Silva

Entrevistador: Paulo Robério Ferreira Silva

Sumário:

Índice Temático:

Transcrição - Período: _____

Carta de Cessão – Data: ___/___/_____.

Número de páginas: _____.

Observações:

10. *Apêndice C*

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu _____,
 nacionalidade _____, estado civil _____,
 CPF _____, declaro ceder para os devidos fins a **Paulo Robério
 Ferreira Silva**, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro, **RG, 1088301-SSP/AL, CPF
 788185244-52**, a plena propriedade e os direitos do depoimento de caráter histórico
 documental que prestei ao pesquisador, gravado em ____/____/_____, na cidade de
 Manga, MG, num total de _____ horas gravadas.

Assim sendo, **Paulo Robério Ferreira Silva** fica autorizado, desde a presente data, a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, sem restrições de prazos, autorizando-os que ouçam e usem citações dela, ficando vinculado o controle à instituição que tiver a sua guarda.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo o presente documento, que terá minha firma reconhecida em cartório.

 Manga, MG, _____ de _____, de 20 _____.

Observação de restrições:

 _____.

11. *Apêndice D*

QUADRO DE ENTREVISTADOS

1) Manuel Marinho de Almeida

Entrevista realizada em 12 de Agosto de 2006.

<i>Naturalidade</i>	Manga, MG
<i>Nascimento</i>	1935
<i>Estado civil</i>	Casado
<i>Religião</i>	Católica
<i>Escolaridade</i>	Nenhuma
<i>Profissão/Ocupação atua</i>	Agricultor
<i>Local de moradia</i>	Justa I, Manga, MG
<i>Origem da família</i>	A família é de origem baiana,

2) **Sátiro Francisco da Silva**

Entrevistas realizadas em 03 de Março de 2007 e em 09 de Agosto de 2009.

<i>Naturalidade</i>	Manga, MG
<i>Nascimento</i>	02 de janeiro de 1927
<i>Estado civil</i>	Casado
<i>Religião</i>	Católica
<i>Escolaridade</i>	Nenhuma
<i>Profissão/Ocupação atua</i>	Agricultor
<i>Local de moradia</i>	Sítio Bela Vista, Veredinha, Manga, MG
<i>Origem da família</i>	A família é do próprio município de Manga

3) **Virgínia de Souza Santos** (Dona Morena)

Entrevistas realizadas em 16 de Outubro de 2007 e 31 de Julho de 2009.

<i>Naturalidade</i>	Carinhanha, BA
<i>Nascimento</i>	13 de março de 1913
<i>Estado civil</i>	Casada
<i>Religião</i>	Católica
<i>Escolaridade</i>	Pré-escolar
<i>Profissão/Ocupação atua</i>	Do lar
<i>Local de moradia</i>	Travessa 24 de Outubro (Rua do Cascavel)
<i>Origem da família</i>	O pai nasceu em Pernambuco; a mãe em Carinhanha, BA

4) **Idália Ferreira Dutra** (Dona Dazinha)

Entrevista realizada em 06 de Outubro de 2008.

<i>Naturalidade</i>	Manga, MG
<i>Nascimento</i>	10 de maio de 1929
<i>Estado civil</i>	Casada
<i>Religião</i>	Católica
<i>Escolaridade</i>	4ª série
<i>Profissão/Ocupação atua</i>	Diversas (parteira, professora, trabalhou na igreja, artesanato (atualmente))
<i>Local de moradia</i>	Rua Marechal Deodoro (atualmente). Antes: Rua do Cascavel
<i>Origem da família</i>	O pai nasceu na Ilha Tamanduá, Juazeiro, BA; a família materna tem origem no povo autóctone que viveu no Vale do Rio Japoré, Manga; a mãe nasceu em Carinhanha, BA.

5) **Hamilton Pereira Costa**

Entrevista realizada em 21 de julho de 2009.

<i>Naturalidade</i>	Bom Jardim, GO
<i>Nascimento</i>	21 de setembro de 1950
<i>Estado civil</i>	Casado
<i>Religião</i>	Sem religião
<i>Escolaridade</i>	Ensino médio
<i>Profissão/Ocupação atua</i>	Comerciante
<i>Local de moradia</i>	Praça Costa e Silva, 71, Manga, MG
<i>Origem da família</i>	A família paterna veio de Portugal; a família materna tem origem em Carinhanha, Bahia e em Goiás (descendentes de Xavantes)

6) **Maria de Lourdes Alkmim Silva**

Entrevista realizada em 21 de Julho de 2009.

<i>Naturalidade</i>	Manga, MG
<i>Nascimento</i>	02 de Outubro de 1923
<i>Estado civil</i>	Casada
<i>Religião</i>	Católica
<i>Escolaridade</i>	Ensino médio
<i>Profissão/Ocupação atua</i>	Agente fazendária
<i>Local de moradia</i>	Praça Costa e Silva, 49, Manga
<i>Origem da família</i>	O pai é descendente dos Xacriabá de São João das Missões, MG; a família materna é de Carinhanha, BA.

7) **Benedita Ribeiro dos Santos Silva** (Dona Dita)

Entrevista realizada em 29 de Julho de 2009.

<i>Naturalidade</i>	Carinhanha, BA
<i>Nascimento</i>	19 de agosto de 1924
<i>Estado civil</i>	Casada
<i>Religião</i>	Católica
<i>Escolaridade</i>	4ª Série
<i>Profissão/Ocupação atua</i>	Do lar
<i>Local de moradia</i>	Rua Ovídio de Abreu, bairro JK
<i>Origem da família</i>	Pai e mãe de Carinhanha, BA

8) **Antônio Lima Bandeira**

Entrevista realizada em 31 de Julho de 2009.

<i>Naturalidade</i>	Manga, MG
<i>Nascimento</i>	10 de abril de 1941
<i>Estado civil</i>	Casado
<i>Religião</i>	Católica
<i>Escolaridade</i>	Doutor
<i>Profissão/Ocupação atua</i>	Professor universitário / consultor
<i>Local de moradia</i>	Viçosa, MG
<i>Origem da família</i>	Família paterna tem origem na Bahia e materna em Pernambuco

9) **Ambrósio Francisco Lima**

Entrevista realizada em 01 de Agosto de 2009.

<i>Naturalidade</i>	Crumatá, Manga, MG
<i>Nascimento</i>	Dezembro de 1933
<i>Estado civil</i>	Casado
<i>Religião</i>	Testemunha de Jeová
<i>Escolaridade</i>	3ª série
<i>Profissão/Ocupação atua</i>	Ajudante de serviços gerais / aposentado
<i>Local de moradia</i>	Praça Melo Viana, Manga, MG
<i>Origem da família</i>	Do próprio município de Manga

12. *Apêndice E*

RELAÇÃO DE MORADORES DA RUA DO CASCAVEL⁷¹

1. Matias Vieira Lima e Dozinha (a família mudou-se para São Paulo);
2. Mateus Vieira Lima e Lissú (a família mudou-se para a região da Pampulha em Belo Horizonte. Filhos: Socorro, Gracinha, Antônio e Duda – este atuou ou atua na política e no futebol)
3. Joaquim Torres e Maria Torres (família em Manga. Ele faleceu no banheiro da usina e a esposa esta viva);
4. Zé Picolé (a família mudou-se para Montes Claros. Filhos: Toninho, Messias, Raimundo, todos trabalham como motorista);
5. Ismael da Cruz Abreu (família em Manga. Foi morto por um companheiro de trabalho, Zacarias – único caso de morte por assassinato envolvendo trabalhadores da usina e moradores da Rua do Cascavel. Filhos: Laleza, Mercês, Antônio, Belinha e Zé Marinho);
6. João Dutra e Dona Dazinha (ele falecido, ela viva);
7. Isaac José dos Santos e Dona Morena (ele falecido, ela viva. Um filho residente em Manga);
8. Barreirinhas e Judite (a família mudou-se para a Bahia);
9. Rafael e D. Dita (ele falecido, ela viva. Vários filhos em Manga);
10. Seu Felipe e Ângela (ambos falecidos. Filhos em Manga residentes em Manga: Anita e Florzinha);
11. Josué (já falecido. A família reside atualmente em Pirapora);

⁷¹ Informações prestadas por Dona Morena em Entrevista realizada em 16 de Outubro de 2007.

12. João Damasceno (já falecido. A família reside em Belo Horizonte).

13. *Anexo 1*

IMAGENS



Figura 25: Anfrísio Gonzaga Lima
Fonte: Silveira (1926)



Figura 26: Igreja de São Sebastião
Fonte: Jornal Folha de Minas, 26 mar. 1939



Figura 27: Coronel Joaquim Lôpo Montalvão
Fonte: Domínio público



Figura 28: Mercado Público Municipal
Fonte: Tela pertencente a Hamilton Costa



Figura 29: Rua Olegário Maciel (ao fundo prédio da CMIE)
Fonte: Domínio público



Figura 30: Construção do cais (2)
Fonte: Domínio público



Figura 31: Casa do coronel Domiciano Pastor Filho (Bembém) (ao fundo)
Fonte: Domínio público



Figura 32: Embarque de algodão em vapor (data não disponível)
Fonte: Domínio público



Figura 33: Benção da cruz do futuro altar-mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida (06 de Novembro de 1943)

Fonte: Domínio público



Figura 34: Pescadores com surubim

Fonte: Domínio público



Figura 35: Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida (década de 1950)
Fonte: Domínio público

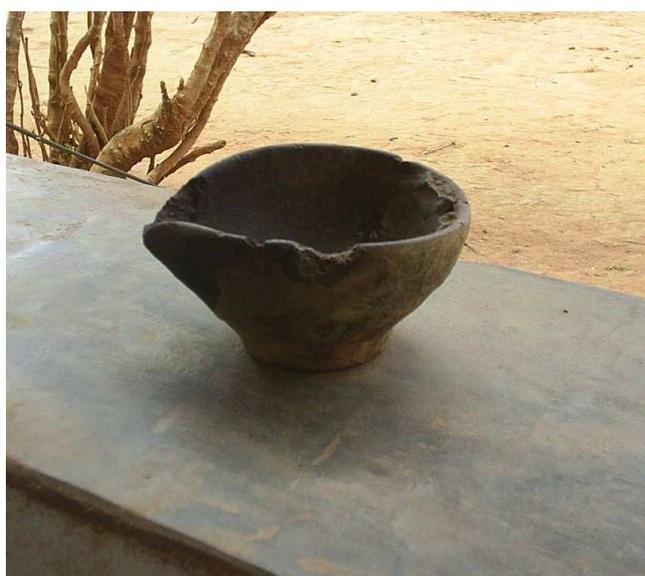


Figura 36: Candeeiro de barro
Fonte: Acervo do autor



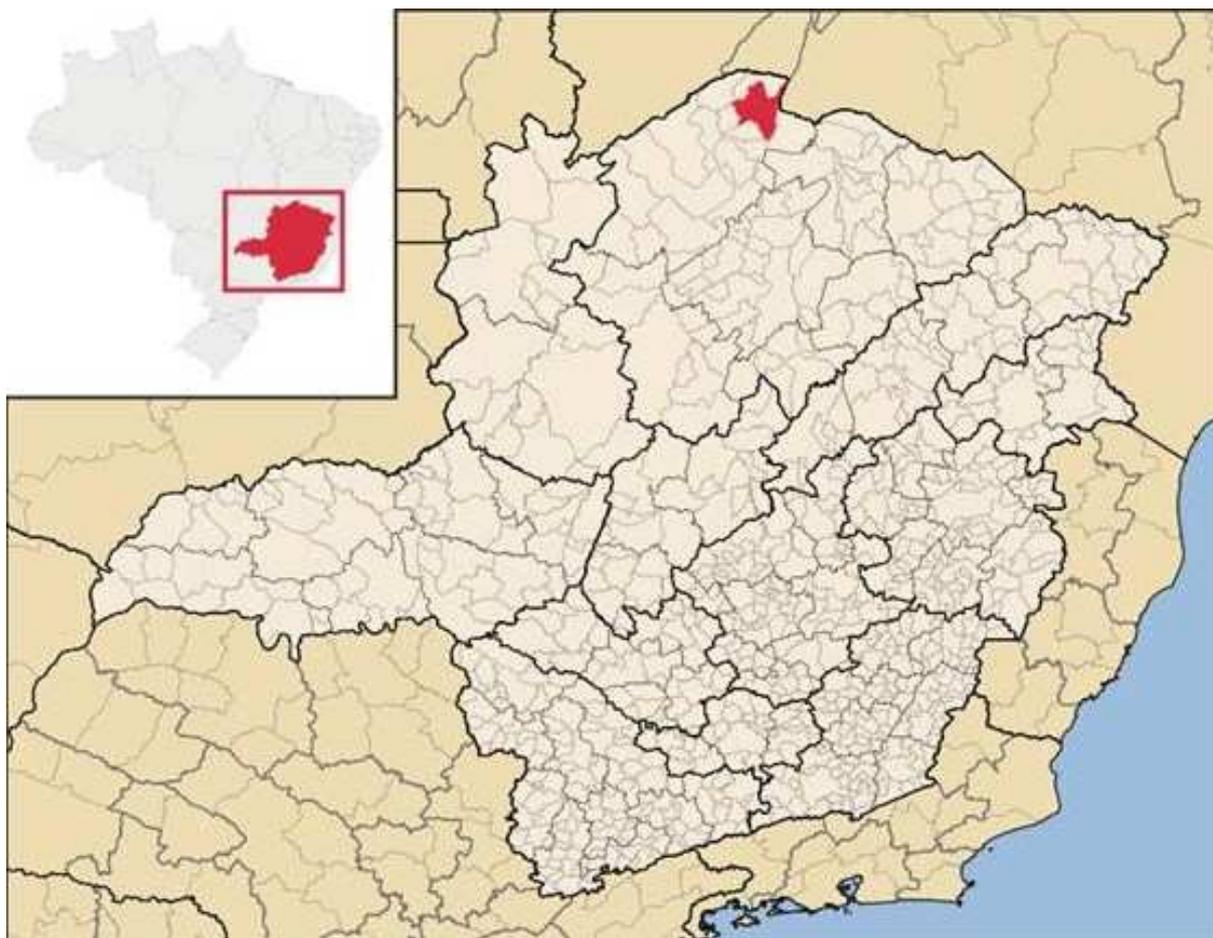
Figura 37: Imagem aérea de Manga (contemporânea) (1)
Fonte: não identificada



Figura 38: Imagem aérea de Manga (contemporânea) (2)
Fonte: não identificada

14. Anexo 2

MAPA



Mapa 1: Localização de Manga em Minas Gerais

Fonte: Wikipedia. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Manga.svg>. Acesso em: 06 nov. 2009.

15. *Anexo 3*CAPÍTULO XV DO ROMANCE *ESPINHOS DE MANDACARU* DE ANFRÍSIO LIMA⁷²

Tempos se passaram sobre esses fatos. Reformas sociais e políticas se verificaram no decorrer dos mesmos. Os próprios costumes locais sofreram a influência da época.

Viera clinicar na cidade um médico, Dr. Marcos Moraes, que granjeou fama de ótimo clínico e que, além de sincero e franco, era humanitário, procurando sempre se identificar com a miséria alheia, socorrendo os necessitados e aliviando as dores dos desprotegidos da sorte. Dr. Marcos era um cidadão de sólida cultura e completamente avesso à política, sobre a qual, quando se fazia mister, citava a frase de Vargas Vila e isso com certo humorismo:

— *Política... maldita ciência do manejo dos homens.*

Dr. Marcos era amigo do Coronel Porfírio, de quem admirava as qualidades, mas tinham opiniões contrárias com referência à política.

Em conversa com o Dr. Marcos, dizia-lhe certa vez o Coronel Porfírio:

— Bom tempo era aquele do coronelismo, que se tem procurado extirpar do organismo político da nação como se fora uma praga prejudicial e que, no entanto, num profundo estudo de psicologia política, apesar da evolução que se vem notando nesse setor da vida nacional, ainda é uma arma poderosa para as lutas governamentais. Dele, os partidos não poderão prescindir, sob pena de sua completa desagregação. Ele é uma parte integrante da política em qualquer aspecto em que esta se apresente. O coronelismo sabe agir, sabe guiar, sabe ser leal aos seus princípios e não sabe trair em face das conveniências, porque isso seria desairoso e uma desmoralização. Tem ele, por escopo primordial, dar cumprimento aos compromissos assumidos, trabalhando pela grandeza da pátria, integrado que também está na evolução sociopolítica da nação.

Dr. Marcos respondeu:

— Não esposo a sua opinião, Coronel Porfírio. Tenho ideias diferentes sobre o coronelismo do sertão. Embora completamente avesso à política, não somente a isso impellido pelos sagrados misteres do meu sacerdócio, pois a Medicina não deixa de ser um sacerdócio, como também por índole, procuro estudar com muito interesse a sua ciência, para que melhor

⁷²

Publicação autorizada pela família do autor, portadora dos direitos autorais.

possa julgar os homens e os fatos. Se me permite, com a franqueza que pauta os meus atos, devo dizer-lhe que o coronelismo foi um dos maiores males dos nossos sertões, uma das piores pragas.

— E por quê? Que argumentos expõe para comprovar tal assertiva?

— Porque os coronéis sertanejos, com poucas exceções, jamais primaram pela decência nas suas atitudes e tinham sempre a ponderação e a justiça relegadas ao esquecimento, quando se tratava de suas conveniências, dos seus interesses pessoais ou políticos. Guindavam-se ao poder e, para conservá-lo, chegavam a cometer as mais graves e horripilantes injustiças. Para eles, em qualquer hipótese, o meio justificava o fim. Baseavam-se neste princípio, execrando para conseguir o que desejavam. O direito alheio era menosprezado sem qualquer complacência. Imperava apenas no município a seu comando o direito da força, porquanto a força do direito era para eles letra morta. E para se garantirem nas posições e imporem a sua vontade absoluta, naqueles tempos em que a liberdade era simplesmente um mito, cercavam-se de terrível jagunçada, que sustentavam à custa de alheios sacrifícios.

— Creio bem que o doutor exagera os fatos.

— Absolutamente. Ainda não se perderam na ampulheta do tempo, que podemos asseverar que foi de ontem, as façanhas dos inúmeros coronéis deste estado e principalmente da Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba e outras unidades da Federação. Eles agiam não sob o regime da lei, mas sob o regime de suas próprias leis, que eram as do trabuco. Nos sertões, não havia ordem e nem paz. Imperava o cangaceirismo. Liberdade não existia. Era a força do bacamarte que imperava, e ai daquele que se rebelasse contra essa força.

E continuou:

— Nem mesmo o próprio governo tinha poder para debelá-la, porquanto muitas vezes nela se estribava para a sua estabilidade. Aquele regime de arrocho e de injustiças era preciso que tivesse um fim. E se com o correr do tempo e da compreensão dos poderes públicos, ele não foi totalmente destruído, extirpado pela raiz, pelo menos melhorou extraordinariamente. As raízes sobreviventes da árvore maléfica, de vez em quando, brotam aqui e acolá, mas já não encontrando terreno propício à sua vegetação, estiolam-se, definham e tendem a morrer.

Voltando às minhas apreciações sobre o coronelismo, queira o senhor vasculhar a história. Tome conhecimento das lutas inglórias e fratricidas que resultavam sempre em saques e roubos, desenvolvidas em nossos sertões no tempo dos coronéis, e veja se tenho ou não razão nas minhas assertivas. Que foram Antonio Dó, Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino, Luiz Padre, Lampião e tantos e tantos outros célebres facínoras, senão frutos diretos do

coronelismo? E vejo, com muita tristeza, que ainda existem, pelos sertões afora, remanescentes de tão malfadada família.

No tempo do coronelismo, em que os juízes de direito eram deportados, montados em bois, se não comungassem com as bandalheiras dos chefes, não se submetessem aos desregramentos do seu mandonismo como vis cretinos, a justiça era um verdadeiro mito. Não ouviu contar, coronel, como foi tragicamente assassinado o juiz de direito de uma das cidades ribeirinhas desta região, acuado, em sua casa, com a família, por uma súcia de jagunços desenfreados, isso há muitos anos atrás?

E continuava emocionado:

— Já não ouviu falar de como foi deportado um ex-chefe da mesma cidade, que teve ainda as suas propriedades queimadas e os seus haveres roubados? Já não se lembra dos saques havidos e dos incêndios praticados pelas hordas de jagunços vindos de Santa Maria da Vitória, nas lutas de Carinhanha? E esses fatos, Coronel Porfírio, não são isolados. Centenas e centenas deles se reproduziram pelos sertões afora. A extraordinária força de que dispunha o Padre Cícero Romão Batista, em Juazeiro do Ceará, era oriunda simplesmente do fanatismo das massas, que ultrapassavam as raias do concebível, posto que o seu poderio tinha assento também na solidariedade incondicional que lhe prestavam os seus amigos coronéis dos sertões do seu estado e dos estados vizinhos. Era o seu poder absoluto nos sertões cearenses um fruto misto do fanatismo e do coronelismo.

E ainda:

— Ninguém ignora, coronel, como atuavam os grandes caudilhos do sertão: Horácio de Matos, uma força dentro do próprio governo, que foi assassinado na capital da Bahia; Marionílio, Leobas, Franklin de Albuquerque, de grande prestígio político; João Duque que, como epílogo das lutas que desencadearam em Carinhanha, concorrera para uma intervenção federal naquela cidade; José Pereira, em Princesa, na Paraíba; Clemente Araújo, que combatia João Duque em Carinhanha, auxiliando os seus amigos da cidade, que tinham por chefe o Dr. Josefino Moreira de Castro, médico que fizera, como estudante, a campanha de Canudos; os Lacerdas, em Pilão Arcado, adversários de Franklin; Donato, em Minas, e tantos e tantos outros. Esse tempo, coronel, já passou. O Brasil tomou novos rumos e o sertão vai se saneando.

— A sua citação, Dr. Marcos, sobre os juízes de direito, não consistia, no tempo, em uma regra geral. Acredito tenham se dado fatos isolados. Entretanto, ainda hoje, apesar de nossa evolução política, juízes há que, desprezando os sagrados postulados da justiça, postergando os princípios de direito e a sua própria honra funcional, se imiscuem

desastradamente nas lutas políticas partidárias e cometem toda a sorte de indignidade e de perseguições contra os seus adversários. E uma autoridade de tal porte engendra contra si próprio, não há dúvida, os arremessos da opinião pública. Não aconselharia, mas tais juízes bem mereciam castigo. O juiz deve ser íntegro e colocar a justiça acima de quaisquer interesses, a fim de que possa merecer o respeito e a confiança pública.

E continuava:

— O grande sábio e filósofo Aristóteles já dizia no seu tempo, no estudo das estruturas dos governos: “Não deixar que os magistrados se transmudem em fonte de renda. Nada há que decepcione mais o povo do que saber que as autoridades, em vez de incorruptíveis, são peculadoras.”

Como se vê, Dr. Marcos, a prevaricação das autoridades, mesmo que a consideremos como exceção, vem de tempos milenares. O princípio de Aristóteles já era uma advertência muito séria aos seus coestaduanos. Se juízes foram castigados em nossos sertões, cavaram eles mesmos a sua própria ruína. Não deve, pois, merecer censura o coronelismo por esses fatos esporádicos. O coronelismo existe e continuará a existir no sertão. Ele vai acompanhando a marcha da evolução político-social e se integrando, como sempre o fez, na vida da nação, trabalhando pelo progresso e pela grandeza da pátria. Dou-lhe alguma razão no que concerne aos excessos havidos, que talvez tenham sido exceções, mas na generalidade o panorama não era tão negro como o pintou.

— Era, coronel. Se exceções houve, foram em poucos atos humanos praticados. Deve o senhor convir que hoje o coronelismo nada vale ou vale apenas o que nele possa existir, como exceção de senso e compreensão da realidade político-social.

Hoje, a política se faz com liberdade de ação e de pensamento, sem peias e sem intimidações. Hoje, não é o coronel quem manda, o coronel a quem os próprios governos obedeciam por conveniências partidárias. Quem manda na atualidade é o povo na sua soberania. É o povo que elege os mandatários da nação, que dita as leis pelos seus representantes, que encaminha o país para os seus verdadeiros destinos. E se o governo não contar com o apoio dessa força anônima, mas poderosa, que em todos os tempos se tem feito sentir, não poderá subsistir de forma nenhuma.

Não estará, porventura, a par das constantes renovações dos nossos costumes político-sociais? Não tem presenciado como a liberdade de ação vem se acentuando nos pleitos eleitorais? Não vê como já desapareceu a enferrujada engrenagem da máquina política de outros tempos? E o que pensa de tudo isso? É certo que não estamos mais naqueles tempos em que o direito do voto era medido e contado pelo calibre da carabina. Hoje, o voto é

soberano e livre, o voto é expressão lídima da escolha e da vontade do eleitor. Os cabos eleitorais já não têm expressão, já nada valem. Vale o povo na sua soberania. Nem mesmo os partidos, organismos que orientam e conduzem a política, podem se considerar arregimentados e se sobrepor ao povo. Em diversos pleitos, tivemos exemplos flagrantes que provam a realidade de nossa assertiva. Fala mais alto a voz do povo que as determinações dos partidos.

— Quero crer em certa parte, doutor, que o povo tenha mesmo esta enorme parcela de poder que lhe quer emprestar, mas isso não quer dizer, de modo nenhum, que esteja extinto o prestígio do coronel no sertão, porquanto continua ele sendo acatado e prestigiado por esse mesmo povo a que o senhor se refere. Na minha opinião, porém, o povo continua sendo espoliado nos seus direitos; continua a passar fome, sem lar e sem pão, vivendo das migalhas que lhe são atiradas com desdém. E apesar das reformas sociopolíticas que se têm verificado, a sorte do povo continua sendo jogada às urtigas. Ele fala pela boca dos seus representantes nos parlamentos, mas a sua voz não encontra eco e ele continua a viver de esmolas e a ser tragado pelas endemias. Falo do povo que é povo na verdadeira acepção do vocábulo, porque para os magnatas, para os tubarões, para os exploradores do povo nada falta, como gozadores, que são, à custa da miséria alheia.

Nas reformas por que tem passado o nosso país, pouco de útil, considerando-se a utilidade como princípio da manutenção da vida, tem havido que venha a melhorar a situação angustiosa do povo, que continua cada vez pior, em face do infernal crescimento do custo da própria vida. As melhorias que têm surgido com tanto alarme não passam de cataplasmas que em nada tonificam o organismo depauperado e combalido desse mesmo povo. Aumentam o salário. Cresce, muitas vezes mais ao aumento verificado, o custo de vida, e nada se faz para ao menos estabilizá-lo num nível consentâneo com a bolsa proletária. Os açambarcadores e os tubarões jamais serão eliminados do plano econômico da nação. O povo que se agunte. Esse terrível dilema, doutor Marcos, não pode continuar por muito tempo.

E continuava o coronel:

— As águas sobem impetuosamente. As comportas e os diques romperão, e as águas se espalharão além, sem que ninguém as possa deter na sua impetuosidade demolidora. O povo não tem para quem apelar, traído que está na sua confiança, e a nação inteira assiste, calçada de vergonha, a essa deprimente situação, a sua completa derrocada. Os apelos do povo de nada valem. Vale apenas a ganância dos insaciáveis comedores que vivem à sua custa, sugando-lhe as energias e atirando-o à miséria, sem que surja qualquer providência imediata do governo para pôr cobro a tão caluniosa situação.

— Desconheço-o, coronel, nessa sua vibrante alocução. Não o conhecesse bastante, tê-lo-ia nessa oportunidade como um fervoroso adepto do Marxismo. Ninguém pode e nem deve fazer justiça por suas próprias mãos. O nosso regime sociopolítico está evoluindo sobremodo para integrar-se na fórmula de uma perfeita democracia, que muito já tem avançado e se avoluma, a olhos nus, para a melhoria econômica do povo e conseqüentemente para a grandeza da nação. Portanto o povo não deve se desesperar, mas se impor pelo seu próprio valor; não deve rogar, deve solicitar tudo aquilo que de direito lhe assiste; deve sugerir e deve mesmo reagir nas ocasiões oportunas, mas dentro dos princípios legais, nunca se enveredando pelo caminho da violência, que é sempre condenável e nada constrói. A sua causa é tão justa que virá a merecer o aplauso unânime da nação, pelos órgãos que a dirigem. Os poderes públicos terão que se voltar para as suas necessidades, para as suas reivindicações; terão que lhe amparar nas suas justas pretensões e nos seus insofismáveis direitos. É isso a revolução branca, a revolução da idéia, que não mancha de sangue e de crime as mãos do povo, que vencerá pelo poder do direito e da justiça.

— Palavras, doutor Marcos, palavras bonitas, cujo valor se perde sem qualquer ressonância. O matuto diria: “Isso é água para boi beber.” Já não podemos viver de esperanças, porquanto já não confiamos nas instituições, porque assim nos arriscaríamos a morrer de fome. Devemos encarar a vida pelo prisma da crua realidade com que ela se nos apresenta. O governo, mesmo na sua boa vontade de bem servir à coletividade, continua, pelo imperativo de sua máquina política, a servir melhor aos espoliadores do próprio povo, que vê dia a dia mais arrasadas as suas parcas economias, quando estas, porventura, ainda possam existir. Confie o povo no governo e morrerá de fome, completamente desnutrido e vítima das endemias que nos assolam, criando-nos ainda mais um ambiente de nefastas conseqüências. O povo que trabalhe, que moureje, que se esforce na labuta cotidiana, se quiser sobreviver. E assim o fazendo, ele se dignificará a si próprio e criará novas energias, embora combalido, para a sua sobrevivência, para a sobrevivência da família. Não nos iludamos, doutor Marcos, é este o panorama da atualidade, infelizmente.

— O senhor está muito pessimista, coronel. Sua doutrina peca pela base. O senhor tem se deixado, de algum modo, influenciar pela tendência de certa doutrina condenável, sem mesmo atinar com a sua maléfica conseqüência. Ou isso, ou então não sei a que possa atribuir essa sua atitude, como homem de governo que sempre foi e continua a sê-lo, em face dos problemas socioeconômicos da nação, com relação ao bem-estar do povo. Medite um pouco e veja que se excede nas suas apreciações. É inegável que o governo tem olhado com carinho o

problema social, não se descuidando da situação, não há dúvida, aflitiva do povo, procurando sábia e interessadamente resolvê-lo em todas as suas minúcias.

— Sim, doutor. Sou inegavelmente um homem do governo, mas vendo as coisas como andam - tão mal encaminhadas - e me considerando uma pequena parcela do povo, não posso deixar de censurar os poderes que a relegam a uma situação tão deprimente, tão calamitosa, como a que atualmente se verifica. Esse proclamado interesse do governo, a que se refere, tem sido ineficaz. A situação piora dia a dia, o povo continua sofrendo e esse sofrimento precisa ter um fim.

E tê-lo-á. Tudo virá a seu tempo. “Roma não se fez num dia.”

— Bem, doutor Marcos, reafirmo o que disse. Oxalá o senhor tenha razão e que o seu prognóstico se realize.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)